

Defender a educação, os alunos e os professores: plenário na Aula Magna na terça-feira

Professores na Aula Magna para lição ao Governo

Os professores de Lisboa encheram a Aula Magna da Reitoria no plenário promovido pelo seu Sindicato para discutir o combate à política educativa do Governo

Págs. 3 e 4

INTERPELAÇÃO

«Os portugueses poderiam viver melhor numa sociedade mais justa»

PCP demonstra na AR que o Governo de Cavaco Silva usou circunstâncias favoráveis com uma política que gerou um crescimento económico quantitativamente insuficiente e qualitativamente negativo

Pág. 5

PCP trabalha:

- **Jornadas sobre o Sector Têxtil em Guimarães**

Págs. 16 e 17

- **Carlos Carvalhas com intelectuais no Porto**

Págs. 11

- **Jornadas Parlamentares do PCP em Coimbra**

Pág. 6

- **«O trabalho da CDU em minoria»**

Seminário em Santarém

Págs. 7 e 22

- **Assembleia de Organização em Évora, com Álvaro Cunhal**

Pág. 10



«A esquerda não embarca»

Artigo de José Casanova

Pág. 18

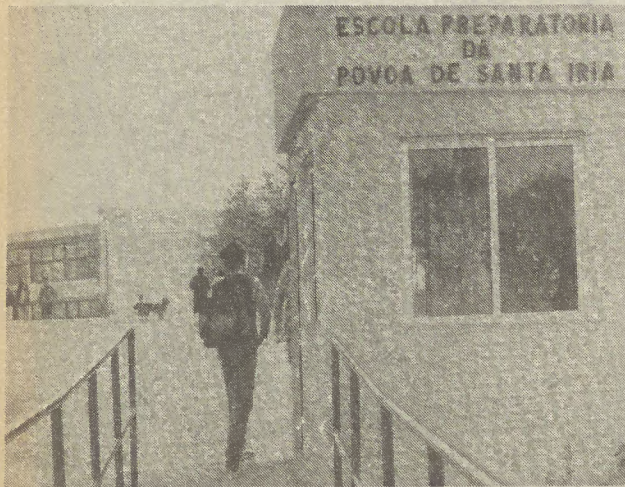
- **Governo lançado no eleitoralismo**

Nota da Comissão Política

Pág. 32

EDITORIAL

Bipolarização e alternativa



A greve dos professores na segunda e terça-feira paralisou o ensino preparatório e secundário em todo o país.

RESUMO

3 Quarta-feira

A CGTP critica o Governo por não assumir em lei o compromisso de estabelecer o limite máximo das 40 horas semanais ■ Os trabalhadores dos serviços prisionais terminam uma greve de três dias sobre questões salariais e de carreiras ■ Miguel Trovoada toma posse do cargo de Presidente de São Tomé e Príncipe em cerimónia a que assiste Mário Soares ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução com novas condições para o estabelecimento de um cessar-fogo definitivo no Iraque.

4 Quinta-feira

Iniciam-se em Portugal as conversações para um cessar-fogo em Angola ■ O PCP propõe a criação das autarquias metropolitanas de Lisboa e Porto antes da criação das regiões administrativas ■ A Assembleia Municipal de Lisboa aprova com os votos contrários do PSD e a abstenção do CDS uma moção exigindo a aprovação na especialidade da lei-quadro da regionalização ■ Os presidentes das seis repúblicas jugoslavas estabelecem um acordo tendente a evitar o recurso à força enquanto durarem as negociações sobre o futuro do país.

5 Sexta-feira

Têm início as Jornadas Parlamentares do PCP, em Coimbra onde o líder do grupo parlamentar, Carlos Brito, acusa os sociais-democratas de pretendem silenciar a Assembleia da República logo que termine a sessão legislativa ■ No Koweit registam-se perseguições sistemáticas aos palestinianos ali residentes enquanto a luta pelo poder inviabiliza a formação de um Governo.

6 Sábado

O Presidente da República, Mário Soares, está em Florença, Itália, onde inaugura uma exposição sobre os Descobrimentos portugueses ■ Durante o fim-de-semana o primeiro-ministro Cavaco Silva visita a região central do País ■ É transmitida uma entrevista a Álvaro Cunhal, num programa na Rádio Renascença ■ Na Itália o Presidente Francesco Cossiga encarrega Giulio Andreotti de resolver a crise governamental e defende reformas institucionais com o reforço dos poderes presidenciais ■ O Conselho de Segurança da ONU condena a repressão no Iraque na que passa a ser a Resolução 688.

7 Domingo

Termina o V Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal ■ Inicia-se a sexta semana de paralisação dos mineiros soviéticos sem que as negociações com o Governo tenham chegado a bom termo ■ Pela primeira vez desde as eleições de Dezembro Helmut Kohl visita a ex-RDA.

8 Segunda-feira

Os professores fazem uma greve de dois dias com elevadas percentagens de adesão (90 a 95 por cento segundo a Fenprof) em protesto contra o não pagamento dos novos escalões salariais ■ A CGTP acusa o Governo de pretender ultrapassar a Assembleia da República ao discutir na Concertação Social legislação sobre trabalho de menores, férias e período experimental ■ O presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, presta declarações no Tribunal a propósito do processo que a edilidade move ao secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, inicia uma visita a França ■ Chefes de Estado e de Governo da CEE reúnem-se em cimeira no Luxemburgo de onde sai uma proposta para a ONU visando o estabelecimento de um enclave no Iraque para protecção da população curda ■ Ao entrar em vigor a isenção de visto para entrada na Alemanha, milhares de polacos atravessam a fronteira mas grupos de extrema-direita e neonazis provocam confrontos com cidadãos polacos ■ Na segunda volta das eleições albanesas o PTA confirma a maioria absoluta alcançando mais de dois terços dos 250 lugares do Parlamento.

9 Terça-feira

Na AR o Governo é sujeito a uma interpelação, por iniciativa do PCP, que critica o acentuar das desigualdades a par de um crescimento económico que não foi o que podia ter sido ■ Os professores da Grande Lisboa decidem continuar a greve até dia 13 ■ Enquanto as delegações da Unita e do governo angolano reúnem, em Bicesse, pela primeira vez sem mediação, Cavaco Silva encontra-se em Paris com José Eduardo dos Santos ■ A Geórgia proclama unilateralmente a sua independência da URSS; Gorbachov preconiza, numa entrevista a uma publicação japonesa, um «mercado comum» asiático ■ O primeiro-ministro iraquiano rejeita a proposta de criação do «enclave» para os curdos.

Torna-se por de mais evidente que a batalha política nesta fase pré-eleitoral das legislativas de 91 se tornou mais intensa não apenas pela proximidade das eleições mas principalmente porque o ritmo dos acontecimentos políticos e o processo multimodo da singular época de mudanças que vivemos se tornaram mais velozes, complicados e profundos.

É uma situação insólita e anómala que coloca ao nosso movimento operário, popular e democrático exigências de novo tipo em termos de prontidão e acerto de respostas aos intrincados problemas e desafios da hora actual.

Todo este tumultuar de questões e fenómenos de grande complexidade faz inevitavelmente confluír para as eleições legislativas de Outubro uma excepcional carga política dispersiva que, contudo, carece de força para inviabilizar as hipóteses e as possibilidades reais de alterar de maneira decisiva o rumo dos acontecimentos, e pôr um travão aos processos negativos em desenvolvimento na hora actual, de lhes inverter o sentido, de construir e viabilizar soluções alternativas que apontem noutra direcção que não a da continuação da direita no Poder.

O governo do PSD capitaneado por Cavaco Silva ele próprio dá-se também conta com grande realismo de que nas próximas legislativas se joga muito de decisivo do seu futuro imediato, do seu projecto político antidemocrático, da sua hegemonia do Poder.

A necessária remoção do clique cavaquista é uma possibilidade admissível das forças democráticas mas não de fácil alcance.

Exige pressupostos sem os quais dificilmente se poderia aspirar a uma mudança de carácter democrático na política nacional. O cavaquismo governante dispõe de vastos recursos que é imperioso considerar e superar se se quiser realmente desalojá-lo das suas actuais posições no Poder.

Eis por que derrotar o PSD, Cavaco Silva e o seu governo nas eleições de Outubro; assegurar a vitória das forças democráticas; pôr em minoria os partidos da direita e construir e viabilizar na base da convergência e do entendimento mínimos entre os diversos sectores da oposição democrática, principalmente entre o PS e o PCP, uma alternativa de governo e de política, são, em largos traços, componentes de

um objectivo central, comum e imediato das forças democráticas no momento actual.

Admitir este facto cuja lógica é difícil de contestar do ponto de vista fundamental de defesa da democracia pluralista, conduz necessariamente o debate para uma das questões não simplesmente teórica mas de eminente incidência prática que tem dificultado a aproximação entre os dois maiores partidos da oposição democrática - o PS e o PCP: a da bipolarização da política nacional.

O PCP tem, como se sabe, combatido firmemente esta concepção hege-

A direita que soube sair-se airoso da incapacidade de apresentar candidato presidencial próprio elegível joga agora em força na bipolarização

monista da política nacional. O problema da convergência, do entendimento mínimo e da alternativa entre as forças democráticas portuguesas não depende, como é óbvio, de um só partido, no caso vertente do PCP. Pressupõe necessariamente a concordância e a vontade políticas de cada uma das forças potencialmente vocacionadas para a sua viabilização.

Em certos meios da opinião democrática comenta-se por vezes as propostas do PCP relativamente a esta questão como uma teimosia irrealista e sem sorte ou, como disse o senhor Jofre Justino, membro da FAUL do PS, uma tentativa do PCP «para instrumentalizar o PS e alcançar por essa forma posições onde não poderia chegar por outros meios...» (!!!)

Tais comentários e falas não facilitam, mesmo dificultam, de facto, a necessária aproximação entre os dois partidos e no plano mais vasto entre as forças da oposição essenciais à formalização de uma alternativa democrática à direita. Não têm contudo força para a impedir.

Sejamos, porém, claros: o PCP insiste na sua «teimosia» partindo de pressupostos que não é possível eludir.

Primeiro - Na actual correlação de forças políticas em Portugal - e com todas as probabilidades neste período pré-eleitoral até Outubro - não é possível a um único partido democrático, designadamente ao PS, conquistar a maioria absoluta.

Jogar nesta absurda concepção bipolarizadora, construir sobre ela todo um castelo de cartas de ilusões políticas relativamente às eleições legislativas de Outubro, é dar mostras de irrealismo político inadmissível num partido adulto que justamente se reclama de democrático, como o PS;

Segundo - O PCP não reafirma os seus propósitos convergentes e unitários nem «bate à porta» das outras forças democráticas, designadamente o PS, como parceiro pobre mas como um grande partido fortemente enraizado nas massas populares, na classe operária, nos trabalhadores, no povo. Sem arrogâncias mas com um activo incomparável ao serviço da democracia e de Portugal, como força indispensável ao progresso democrático da sociedade portuguesa com um papel insubstituível na luta contra as desigualdades e as injustiças sociais.

O PCP não se limita à apresentação simples das suas propostas, por melhor elaboradas que sejam, para a solução dos problemas diários e de fundo do povo português e do País - mergulha profundamente na realidade nacional, insere-se como combatente de primeira linha na batalha pela concretização na prática das aspirações fundamentais dos portugueses em todas as frentes de actividade, a sua luta é uma síntese criadora da teoria e da prática ao serviço da causa do povo do nosso país.

A semana que acabou de passar, num quadro de lutas de uma grande importância como a do professorado e dos trabalhadores da saúde, é ilustrativa desta realidade: reunião nacional em Santarém sobre o trabalho em minoria nas Câmaras Municipais; Encontro Nacional do PCP sobre o Sector Têxtil, em Guimarães; Debates sobre o pacote laboral da ORL; Encontro de Reformados no Distrito de Setúbal; Jornadas Parlamentares do PCP em Coimbra; interpelação na AR ao governo sobre a política económica.

É uma contribuição válida dos comunistas para uma alternativa democrática à direita governante.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax. 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2º 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livralra, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra - Telef. (039) 20753
- DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º 1200 Lisboa Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guiões 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS E ESPANHA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 10.090\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale do correio.

Professores em luta pelo salário, pela dignidade

Passada a Páscoa, o terceiro período apresenta-se mais duro de roer do que as amêndoas do Ministério da Educação.

Os professores do ensino básico e secundário voltaram à escola, neste início do terceiro período, para retomar as suas actividades no ponto em que as haviam deixado antes da chamada *semana santa*. Ou seja, em luta.

As razões que motivaram as greves que inviabilizaram a realização as reuniões dos Conselhos de Turma no final do segundo período não se alteraram, logo, a greve continuou.

Melhor dizendo, a greve continua, durante toda a semana, e é no mínimo duvidoso que a maioria das escolas venha a divulgar as notas do segundo período até 15 de Abril, data avançada pelo Ministério da Educação como limite para o efeito. E

isto porque, apesar da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) estar «sozinha na luta que visa obrigar o Ministério da Educação a pagar os aumentos salariais que está a dever aos professores desde Janeiro» - como noticiava na segunda-feira «O Público» - o facto é que os professores envolvidos não parecem dispostos a deixarem a equipa da Roberto Carneiro a fazer tábua rasa dos compromissos assumidos.

A história conta-se em poucas palavras.

Em Janeiro, de acordo com a legislação em vigor, devia ser descongelado o aumento salarial dos professores resultante do aumento geral da Função Pública, da escala indicatória e

da actualização dos escalões. Como se afirma no preâmbulo do Decreto-Lei nº409/89, «em face das exigências de aplicação e de implementação final do novo sistema retributivo aplicável à função pública, aprovam-se pelo presente diploma as escalas indicatórias que vigorarão para os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a partir de 1 de Janeiro de 1991 e de 1 de Janeiro de 1992, bem como as remunerações em vigor para este corpo especial desde 1 de Outubro, acompanhadas das normas de estrutura da nova carreira docente indispensáveis à viabilização da transição».

Ouseja, em Novembro de 1989, com efeitos desde 1 de Outubro de 1989, era

promulgada a legislação que institua o Novo Sistema de Retribuição (NSR) dos professores, cujos aumentos eram faseados até 1992, ao contrário da restante função pública, e com início em 1 de Janeiro deste ano.

Tendo em conta o NSR, presume-se, o ministro da Educação, Roberto Carneiro, inscreveu no orçamento do seu Ministério mais 48 milhões de contos, aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado para o corrente ano.

Depois disso, Roberto Carneiro ausentou-se. A verba foi-lhe recusada e ele não se preocupou mais com o assunto.

No início do ano, o Ministério informou as escolas de que deveriam

requisitar novas verbas, de acordo com o NSR. Pelo vistos, ninguém no Ministério se deu ao trabalho de fazer contas, até que os pedidos começaram a chegar e o pânico se instalou. Em 11 de Março, numa pressa do tamanho de um susto, o ME informava as escolas, por telefone e postal, que tinham de suspender os pagamentos.

Não havia dinheiro. Mas ao invés de assumir o facto, o ME remetia para as escolas a responsabilidade de engano nos cálculos, primeiro, e de contabilização *indevida* da mudança de escalões, depois.

Gerou-se o pandemónio.

Recusados os mapas iniciais, às secretarias das escolas coube a ingrata tarefa de refazer tudo; os cortes de verbas - aparentemente sem critério - levaram a situações absurdas: casos houve em que os professores receberam tudo a que tinham direito, incluindo a mudança de escalões, como nos Açores e na Madeira, e outros em que nem o salário anterior foi garantido. Os atrasos e a confusão não podiam ser maiores.

Como é natural, os professores não acharam graça. E lançaram mão das possibilidades que se lhes ofereciam: em primeiro lugar, reclamaram. Não foram ouvidos.

Depois, naturalmente, decidiram-se por outras formas de luta: greve às avaliações.

Foi nesta fase que Alarcão Troni - já que uma vez mais Roberto Carneiro se encontrava ausente - decidiu *brincar* com a ética dos professores. Ao subverter por completo os princípios que presidem à realização dos Conselhos de Turma, Alarcão Troni conseguiu a proeza de ofender todos os professores. Lançou mais achas para a fogueira.

Registos

*O Ministério da Educação anuncia publicamente que «prevê» para Julho o pagamento devido aos professores pela actualização de escalões.

Fomos ao Dicionário procurar a palavra e não encontramos razões para alegrias. **Prever:** ver com antecipação; supor; calcular; prognosticar; profetizar.

É assim a modos que um suponhamos!

*A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), de Manuela Teixeira, conhecida pelo seu sistemático alinhamento com o Governo, garante ter subscrito um «acordo» com Alarcão Troni e a secretária



de Estado do Orçamento em que se estipula o pagamento dos salários em atraso e retroactivos dos professores do preparatório e secundário entre 25 de Junho e 15 de Julho, «ainda que para tal seja preciso recorrer a requisição intercalar de fundos».

Não se percebe as vantagens. O pagamento é devido, o atraso mantém-se, nem sequer se prevêem juros de mora e não se explica porque não se faz já a requisição intercalar de fundos. Com acordos destes, mais vale um desacordo.

*Diz o Ministério que os professores tiveram a «maior valorização salarial de sempre», mas os supostos beneficiários continuam à espera de ver para crer. O mesmo se passa com os docentes e investigadores do Ensino Superior, que desde o ano passado esperam a progressão nos escalões e desde Outubro de 1989 aguardam o pagamento das diferenças de remuneração devidas pelo exercício de funções em categorias superiores. Após meses de silêncio e espera foram agora convidados a comparecer, hoje, no 13º andar do Ministério da Educação. Para quê? Para receberem uma proposta de descongelamento de escalões.



Na Assembleia do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, realizada anteontem na Aula Magna participaram mais de mil professores, que decidiram prolongar a greve até dia 13

Expedientes de mau pagador

A realização de Conselhos de Turma - reunião de todos os professores da mesma - para a atribuição de notas aos alunos no final de cada período do ano lectivo não é, naturalmente, um mero acto administrativo.

À luz da legislação em vigor, e da filosofia que lhe está subjacente, os professores não dão notas; **propõem** notas, cabendo ao Conselho a decisão final sobre as mesmas. Isso mesmo, com o debate e análise do aproveitamento de cada aluno, justifica e legitima a existência dos Conselhos de Turma, já que de outra forma, retirado o carácter pedagógico dos mesmos, nada obstará a que cada professor deixasse, no final do período, as notas da respectiva disciplina num simples envelope, para afixação burocrática.

Ora foi isso que o Despacho nº9, assinado pelos secretários de Estado da Reforma Educativa, do Ensino Superior e Adjunto do Ministro, se propôs, ao estipular, de forma de legalidade mais do que duvidosa, que os Conselhos de Turma se realizem mesmo com a ausência de algum professor. Um expediente que

tem muito que se lhe diga. Em primeiro lugar, porque subverte em absoluto os princípios que presidem à realização dos Conselhos de Turma.

Em segundo lugar, porque constitui uma objectiva violação da lei da greve.

Como se sabe, a lei da greve protege tanto os que fazem greve como os que não a fazem. Por isso mesmo é que **proíbe** a divulgação, seja de que forma for, de quem faz ou não greve. Ora, como é fácil de perceber, a afixação de pautas incompletas - como pretende o Ministério - com a observação de que não se procedeu à avaliação numa ou mais disciplinas «por ausência do respectivo professor» - que está em greve - traduz-se na prática pela identificação de grevistas e não grevistas, o que é ilegal.

Acresce ainda que o famigerado Despacho - incongruente se se levar em contas as afirmações de Alarcão Troni sobre a «pouca importância» destas reuniões, a que chamou «intercalares» numa manifesta ignorância do funcionamento escolar - acresce, dizíamos, que o mesmo estipula a realização dos Conselhos de Turma na

primeira semana de aulas «quanto possível sem interrupção da actividade lectiva».

Ignora-se se o senhor Troni alguma vez entrou numa escola, para além das que deve ter frequentado nos seus tempos de estudante. Mas é por de mais evidente que tanto ele como os seus pares que subscrevem o dito Despacho ou não entendem nada do funcionamento escolar ou não têm escrúpulos de deliberadamente enganarem a opinião pública. Porque a menos que se faça das aulas e/ou das reuniões de Turma uma mera fantochada, a realização simultânea das mesmas é impraticável.

Para além disso, os subscritores do Despacho parecem ter de greve uma noção muito particular, já que falam da «ausência» dos professores como se de mero passeio, ou precalço, ou acidente se tratasse, e não de um **direito legítimo** que assiste a quantos trabalham e defendem os seus interesses.

Coisas de quem da democracia, da ética e da dignidade profissional tem uma enorme ignorância.

O Ministério Mente

O Ministério da Educação mentiu à opinião pública. Esta acusação, feita por diversas organizações sindicais dos professores, não é feita de ânimo leve. Assenta tão-só na realidade dos factos. Basta ver o que o Ministério disse e o que diz a legislação de que o próprio é responsável e comparar.

Mas o Ministério não se ficou por aí. Questionado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República sobre se «corresponde à verdade que o Ministério da Educação terá dado instruções no sentido de impedir ou suspender a aplicação das medidas decorrentes da entrada em vigor do estatuto remuneratório da carreira docente», o chefe do gabinete do Ministro não hesitou em responder: «É falso.»

Mais, na referida resposta afirma-se que «ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico as novas grelhas remuneratórias vêm sendo aplicadas com toda a normalidade» e que nos «2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário o vencimento correspondente ao mês de Março contempla integralmente as mudanças de índices e a retroactividade a 1 de Janeiro de 1991 nos casos ainda não satisfeitos».

E a resposta termina novamente com a invocação do artigo 26º do Decreto-Lei 409/89 para justificar o não pagamento devido pela mudança de escalões.

O que o Ministério não diz, nem a esta Comissão Parlamentar, é que o referido Decreto-Lei entrou em vigor em 1 de Janeiro deste ano, para aplicação no seu todo.

Não diz também que em 11 de Março fez chegar às escolas, de forma expedita e pouco ortodoxa - um simples telefonema

ou um postal - informação de que os vencimentos dos docentes deviam ser calculados com base nos de 1990 acrescidos de 13,5 por cento.

Não diz que estava acordado o descongelamento dos aumentos salariais em Janeiro - incluindo índices e mudanças de escalão - e que as escolas só efectuaram as respectivas requisições de verbas após receberem uma circular do Ministério nesse sentido.

Não diz que foi incapaz de fazer atempadamente as contas e, colocado perante os números resultantes da legislação em vigor, não teve pejo em vir a público acusar as escolas de terem *incorrecta e indevidamente* processado os salários a que os professores têm direito.

O que o Ministério também não diz é que até à data quer os professores do ensino superior quer os do ensino pré-escolar e primário continuam por receber os aumentos a que têm direito.

O que o Ministério não diz é que, de forma prepotente e abusiva, está a

produzir legislação a par e passo com a luta dos professores, de modo a tentar impor administrativamente a sua vontade e a escamotear as suas responsabilidades no efectivo atraso no pagamento do que aos professores é devido.

O que o Ministério enfim não diz, nos seus falaciosos e dispendiosos anúncios na televisão e nos jornais - em que se agiganta o *maior aumento de sempre dos professores* - é que há dois anos que a classe não é aumentada e que mesmo com os novos vencimentos - quando forem efectivamente pagos - continuará a ser, em termos europeus, a pior remunerada.



O que diz o Ministério e o que diz a Lei

O Despacho conjunto nº3-1/SEO/SEAM/91, assinado por Manuela Leite e Alarcão Troni, arrisca-se a entrar na história do Ministério da Educação do Governo PSD como o exemplo acabado da inépcia e da mentira oficial.

À falta de argumentos válidos para não pagar o devido aos professores dos ensinos básico e secundário, recorre-se para a legislação aprovada onde - pasme-se - nada se encontra que lhe dê razão.

O próprio artº 26 que é invocado diz que «compete à Direcção-Geral da Administração Escolar a elaboração,

1 - Considerando que foi detectada diversidade de procedimentos no processamento dos vencimentos do pessoal docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que urge uniformizar, por nosso despacho conjunto de 11 do corrente determinámos que:

«o montante a autorizar a cada escola, no corrente mês de Março, para Remunerações Certas e Permanentes teria como limite o valor autorizado em Janeiro acrescido de 13,5%».

2 - O montante autorizado visava garantir o pagamento das remunerações certas e permanentes do pessoal tendo em atenção o aumento salarial do índice 100.

3 - No entanto, admitindo-se que o montante autorizado, a que se refere o número 1, poderá, em algumas escolas, ter-se manifestado insuficiente para garantir o pagamento integral dos índices, ficam as escolas autorizadas a proceder, de imediato, à requisição de fundos, tendente ao pagamento dos índices devidos a partir de 1.1.91, nos casos em que estes não tenham, ainda, sido liquidados.

4 - As importâncias devidas pela progressão na carreira docente - mudança de escalões - serão pagas, após o esclarecimento da situação profissional dos professores abrangidos, na sequência da publicação das listas de transição para o NSR - Novo Sistema Retributivo - artº 26º

do D.L. nº409/89, de 18 de Novembro - o que se prevê ocorra até final do mês de Maio.

5 - As escolas que tenham processado indevidamente os novos escalões, deverão suspender esse procedimento, de forma a garantir a padronização prevista no número anterior.

6 - O presente despacho será, de imediato, comunicado à escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário pelo Gabinete de Gestão Financeira, do Ministério da Educação, o qual acompanhará a gestão uniforme da massa salarial do pessoal docente abrangido, bem como esclarecerá eventuais dúvidas.

conside-

serviço
spectiva
erarqui-

mido à
ciãos
do

sionali-
1 do
e Maio
stos n

de qua
100/86,
dos no

Artigo 9.º

Progressão

1 - A progressão nos escalões da carreira docente faz-se por decurso de tempo de serviço efectivo prestado em funções docentes, por avaliação do desempenho e pela frequência com aproveitamento de módulos de formação.

2 - A progressão ao escalão seguinte da carreira produz efeitos no dia 1 do mês seguinte ao da verificação do tempo de serviço efectivo prestado em funções docentes necessário à progressão.

3 - A progressão nos escalões da carreira docente não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas nem de publicação no *Diário da República*.

4 - Trimestralmente será afixada nas direcções regionais de educação a listagem dos docentes que se beneficiam de escalão.

JA REPUBLICA - 1 SÉRIE

5088-(7)

Artigo 21.º

Escalas Indiciárias de transição

1 - Até à entrada em vigor da escala indiciária referida no n.º 1 do artigo 12.º são aplicáveis aos docentes inseridos na carreira as remunerações previstas no anexo IV, cuja entrada em vigor é fixada, respectivamente, em 1 de Outubro de 1989 e 1 de Janeiro de 1991.

2 - O disposto no número anterior é aplicável aos docentes a que se refere o n.º 3 do artigo 2.º do presente diploma.

Artigo 22.º

Índices de transição

Artigo 23.º

Tempo de serviço

1 - O tempo de serviço prestado na fase ou escalão de que o docente é titular conta como tempo de serviço prestado no escalão de integração para efeitos de progressão ao escalão imediatamente seguinte.

2 - A progressão nos escalões tem lugar a partir de Janeiro de 1991.

Artigo 24.º

Regime especial de transição e acesso

Aos docentes que em 30 de Setembro de 1989

Artigo 26.º

Formalidades de transição

1 - A transição do pessoal docente obedece às formalidades de transição previstas no estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Compete à Direcção-Geral de Administração Escolar a elaboração, por distrito, da lista de transição do pessoal docente para a nova estrutura de carreira docente.

3 - Da integração na nova carreira docente cabe reclamação para o director-geral de Administração Escolar.

Artigo 28.º

O disposto no capítulo IV do presente diploma profere-se desde 1 de Outubro de 1989.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Outubro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Alberto José Nunes Correia Ralha*.

Promulgado em 14 de Novembro de 1989.

Publicado...

A Propósito

Nos dias 23 e 24 do passado mês de Fevereiro realizou-se o Encontro Nacional de Professores do PCP. Pela sua oportunidade, relembramos algumas das afirmações então proferidas.

Se quiséssemos definir em três palavras a actual situação profissional dos professores poderíamos escolher - desilusão, instabilidade e inconformismo. Numa altura em que o Governo Cavaco Silva, através do ministro da Educação, reafirma o seu empenhamento na Reforma do Sistema Educativo e assevera que a mesma está em marcha, definir o estado de espírito dos professores com aquelas três palavras só não é preocupante para quem tem a noção de que é possível realizar uma reforma profunda à margem dos professores se não mesmo contra eles. Mas, apesar de esta ser uma realidade facilmente constatável nas escolas, multiplicam-se os discursos governamentais que reafirmam a necessidade de valorização e dignificação da profissão docente. Contradições de quem faz da política um exercício de retórica cheio de demagogia e mal disfarçadas intenções. (...)

(Mário David Soares)

(...)As deficientes condições de trabalho juntavam-se outros problemas de igual importância em que avultava o da situação salarial. Com efeito, a três meses do final do ano de 1990, nenhum professor tinha dúvidas de que o seu aumento salarial para aquele ano já havia sido tragado pela inflação, o que significava que os portugueses estavam a assistir uma vez mais à degradação do seu poder de compra. A esse facto acrescia que a prometida revalorização salarial, anunciada desde 1987 por Roberto Carneiro, se saldara abaixo das expectativas geradas pelo ministro, com a agravante do Novo Sistema Retributivo (NSR) estar congelado desde 30 de Setembro de 1989.

(...)A movimentação dos professores e a disposição de muitos deles para lutas mais agudizadas levaram o Governo a saltar da, em princípio, «intransponível» fasquia dos 11,5% de aumento em 1991, obrigaram-no a cumprir o faseamento juntamente com o descongelamento dos escalões e a publicação da portaria bem como a recuar na sua posição relativamente ao cálculo do pagamento das horas extraordinárias.

(...)Assim, num horizonte temporal de curto e médio prazo, perfila-se como necessário realizar acções conducentes à mobilização dos professores no sentido de manifestarem expressa e publicamente o que subjectivamente vêm sofrendo - a desilusão de serem um dos sujeitos primários de uma actividade de transcendente importância, permanentemente desprezada pelos poderes políticos nos seus aspectos profissional, social e remuneratório.

(Paulo Sucena)

Que o sistema escolar entrou em ruptura mais ou menos pronunciada, é uma evidência.

E é patente, aliás, a incapacidade do Governo e do Ministério da Educação, com as opções e prioridades da sua política, concretizarem de facto a reforma educativa que a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece e enfrentarem com sucesso os principais problemas e estrangulamentos que se manifestam, como os financeiros, carência e degradação de instalações, insucesso e abandono escolares, aumento da procura educativa no secundário e superior, condições para as carreiras docentes, entre outros.

Para além das grandes frases demagógicas, para o Governo do PSD, as opções da política educativa e os investimentos na educação valem, não pelo seu interesse geral, social e nacional, mas pelos benefícios que podem gerar em termos dos interesses classistas que ele defende.

(Edgar Correia)

Fracassos do Governo postos a nu

Desmascarando a monumental campanha desenvolvida pelo Governo em torno do crescimento económico, a interpelação do PCP demonstrou que ele não foi o que poderia ter sido e não foi acompanhado de justiça distributiva, o que acentuou as desigualdades sociais e as assimetrias regionais

A necessidade de operar uma mudança no rumo da política nacional e de substituir o actual Governo e a sua maioria parlamentar voltaram a estar em foco na Assembleia da República, constituindo mesmo ideias centrais a reter da interpelação ao Governo, realizada terça-feira, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Da comprovação desta necessidade ocuparam-se no decorrer do debate os deputados comunistas, traçando para o efeito um quadro rigoroso e completo da realidade actual, onde abundou a informação relativa às questões do crescimento e do desenvolvimento económico e social.

Tratava-se sobretudo de demonstrar - e este foi justamente o principal desafio lançado ao Governo - que os portugueses podiam viver melhor e que está ao alcance do nosso país um crescimento económico que seja sinónimo de modernização da economia, de justiça social, preservação do ambiente e desenvolvimento regional.

Dado o mote, no discurso de abertura proferido por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP - retomado e desenvolvido por outras intervenções da bancada comunista feitas por Carlos Brito, Octávio Teixeira e Victor Costa -, desde logo se tornaram claras as gritantes diferenças de opinião que separam Governo e oposição, nomeadamente no que respeita à interpretação do que tem sido o crescimento económico verificado nos últimos anos.

Esta acabaria por ser, aliás, a grande questão em torno da qual acabou por se centrar grande parte do debate, com o Executivo, através dos ministros presentes (Finanças, Emprego e Segurança Social, Planeamento e Assuntos Parlamentares) a dirimir estafados argumentos em torno do crescimento da economia - na linha da colossal campanha de propaganda por si desenvolvida em torno desta matéria - e os partidos da oposição, em particular o PCP, a demonstrar factualmente quanto é falso que tal crescimento tenha a ver seja o que for com méritos que o Governo reclama como seus.

É que, se é inegável que se registou um crescimento económico em resultado de factores exógenos que se prendem sobretudo com uma conjuntura favorável e com o aproveitamento dos aspectos positivos da integração na CEE, a verdade que ele não se traduziu em desenvolvi-

mento, não se fazendo sentir, conseqüentemente, numa melhoria do bem-estar dos portugueses.

Testemunham-no, como fizeram questão de recordar os deputados comunistas, o aprofundamento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais, o alastrar das zonas de pobreza, o acentuar das diferenças que nos separam dos outros países da CEE nos principais indicadores sociais, a progressiva degradação do ambiente e a manutenção das crónicas fragilidades da nossa economia.

«O Governo esconde-se por detrás do biombo do crescimento quantitativo, propagandeia obsessivamente o crescimento do PIB - lembrou a propósito Carlos Carvalhas -, para esconder que esse crescimento é sectorial e regionalmente desordenado, que, no fundamental é tributário do exterior, que não assegura uma aproximação sustentada ao nível dos países mais desenvolvidos, que não tem conduzido a uma alteração significativa do padrão de especialização da economia portuguesa e tem sido acompanhado de um profundo agravamento da precarização do emprego, da degradação das condições de vida de largos milhares de trabalhadores e das desigualdades sociais».

Questionada que estava, sem resposta consistente, a dimensão e qualidade do crescimento propagandeado pelo Governo, para os deputados comunistas tratava-se ainda de demonstrar - e esta foi outra das suas apostas - como têm sido desbaratadas pelo Governo as imensas oportunidades que se têm aberto ao País e a sua incapacidade para implementar uma estratégia global de desenvolvimento económico e social.

Com efeito, apesar dos cerca de 700 milhões de contos provenientes dos fundos comunitários, como assinalou Carlos Carvalhas, nos sectores directamente produtivos (designadamente na indústria e agricultura), a competitividade não foi melhorada, mantendo-se simultaneamente todas as vulnerabilidades face ao Mercado Único, do mesmo modo que continuam por fazer as alterações na especialização produtiva.

Mas a interpelação de terça-feira permitiu ainda trazer para primeiro plano algumas questões que são directamente sentidas de forma candente por muitos portugueses e que, no fundamental, são esquecidas ou esca-

moteadas pelo Executivo de Cavaco Silva. Referimo-nos concretamente aos problemas das reformas e pensões - «abaixo da linha de sobrevivência», para utilizar a expressão por Carlos Brito -, à questão da habitação, onde se avolumam os sinais de crise, à crescente precarização do emprego e à desigualdade na distribuição do rendimento nacional em favor dos detentores do capital.

As intensas peregrinações eleitorais pelo País, como lhes chamou o líder parlamentar comunista, ao referir-se ao frenesim de deslocações e inaugurações em que se desdobram responsáveis ministeriais, foi ainda tema que concitou as atenções do plenário, com a bancada

comunista a acusar o Governo de «instrumentalizar as questões do crescimento e desenvolvimento económico para pedir uma nova maioria absoluta».

A este respeito, nota de realce merece a chamada de atenção para os perigos que comporta a ideia de que Portugal só é governável por uma maioria absoluta monopartidária - «uma ideia perigosa, que nada tem a ver com a nossa Constituição, nem com as experiências dos países vizinhos», como foi sublinhado pela bancada do PCP -, ideia que reflecte igualmente uma concepção «extremamente empobrecedora da gama de soluções governativas que o nosso sistema de governo proporciona».



A bancada do PCP durante a interpelação

Falta uma estratégia de desenvolvimento

«A análise séria, despida de objectivos eleitoralistas, da evolução da economia e da sociedade portuguesas nos últimos anos põem a descoberto uma das faces da política do Governo de Cavaco Silva: a ausência de uma **estratégia global de desenvolvimento económico e social**.

«O Governo agarra-se obsessivamente aos resultados do crescimento económico, apresentando-o como um princípio sacrossanto cujo objectivo se esgotaria em si mesmo, demitindo-se ou fugindo a questionar esse crescimento nas suas vertentes económica, social e regional.

«Designadamente, o Governo não cuida de analisar se esse crescimento económico se regista nos sectores de activi-

dade e nas produções que mais interessam à modernização da estrutura produtiva e ao crescimento sustentado da economia portuguesa no futuro. Não só se mostra insensível ao facto de sectores estratégicos da economia, no sector industrial como no financeiro, serem cada vez mais dominados por capitais estrangeiros, como incentiva e promove a desnacionalização da economia portuguesa nomeadamente através do processo de privatizações. E acerca do investimento estrangeiro, apesar de ser tão louvado pelo Governo, chega-se à conclusão, em recente estudo elaborado por uma empresa contratada pelo próprio Ministério da Indústria, que aquele o que tem, é procurado as vantagens da mão-de-obra barata, e que o

«A questão que agora se coloca, e é um desafio que fazemos ao Governo, é a de saber se este reconhece objectivamente que a sua política acentuou desequilíbrios e não melhorou a especialização produtiva, que as perspectivas são para o abrandamento do crescimento, que as taxas de juro estão altas, que o escudo está sobrevalorizado, que a indústria perde competitividade, que o objectivo de diminuição da inflação marca passo, se reconhece finalmente que é necessário mudar de política.»

seu impacto no desenvolvimento tecnológico da indústria portuguesa, tal como a inserção das respectivas empresas no tecido económico e social é «globalmente fraco». Depois, o Governo demite-se de promover uma orientação espacial do crescimento que reduza os desequilíbrios regionais, nem impõe na prática a preservação e melhoria das condições ambientais. No fundamental, escamoteia aquele que é, ou deveria ser, o objectivo essencial de um processo de crescimento económico: a distribuição dos benefícios desse crescimento pelas diferentes classes e camadas sociais da população e a modernização do aparelho produtivo.

«O Governo esconde-se por detrás do biombo do crescimento quantitativo, propagandeia obsessivamente o crescimento do Produto Interno Bruto, para esconder que esse crescimento é sectorial e regionalmente desordenado, que, no fundamental, é tributário do exterior, que não assegura uma aproximação sustentada ao nível dos países mais desenvolvidos, que não tem conduzido a uma alteração significativa do padrão de especialização da economia portuguesa e tem sido acompanhado de um profundo agravamento da precarização do emprego, da degradação das condições de vida de largos milhares de trabalhadores, da acentuação das desigualdades sociais.

Carlos Carvalhas — 10 de Abril na AR

Direitos do Homem, direitos dos trabalhadores

«O Governo sempre tem servido os portugueses com uma abundante retórica acerca dos direitos do homem, dos seus direitos e poderes. Mas do que se trata é da sua concretização ou não concretização prática.

«O crescimento económico dos últimos cinco anos, para além de ter conduzido ao aprofundamento das assimetrias regionais, tem sido acompanhado de um indistigável agravamento das desigualdades sociais.

«É inegável que os benefícios quantitativos resultantes do crescimento económico têm sido desigualmente distribuídos, beneficiando os detentores do capital e os especuladores imobiliários e mobiliários, e lesando os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas.

«Tal evolução é inequivocamente confirmada, desde logo, pela distribuição do Rendimento Nacional, lesando as remunerações dos trabalhadores: entre 1985 e 1989 a parcela dos

salários baixou de 47 para 42% do RN, ao mesmo tempo que no triénio 1986/89 os lucros das empresas praticamente duplicaram o seu peso relativo (passando de 7 para 13%). Com a iníqua política de rendimentos promovida pelo Governo, não só os lucros se apropriaram da parte de leão dos aumentos da produtividade do trabalho como os impostos indirectos absorveram o essencial dos ganhos dos termos de troca proporcionados pela favorável evolução económica

externa. E, contrariamente ao desejável e necessário, os salários horários médios dos trabalhadores portugueses na indústria afastaram-se ainda mais dos de outros países comunitários, numa clara manifestação do aprofundamento da divergência real.»

«E em vez de promover de forma decidida a modernização do aparelho produtivo continua a procurar travar o «desafio» na base dos baixos salários, do trabalho infantil e da exploração da mão-de-obra.

Carlos Carvalhas — 10 de Abril na AR

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas do PCP em Coimbra

Reforçar a acção na recta final da Legislatura

As conclusões das Jornadas foram divulgadas numa conferência de imprensa em que participaram os deputados Carlos Brito, João Amaral, Octávio Teixeira, Ilda Figueiredo, Victor Costa e ainda o camarada Carlos Fraião, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP

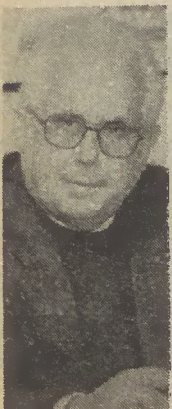


• «Devemos procurar divulgar com rigor o nosso trabalho, as nossas posições, para que o povo português nos conheça, não pelas desfigurações que de nós fazem, mas pelo que efectivamente somos, propomos e fazemos. Mas devemos recusar liminarmente a política-espectáculo, as medidas «fogo de artifício» sem qualquer base real, os lances pré-fabricados. Esse não é o nosso método nem o nosso estilo.

• «É por isso que quando o Governo fala nas virtudes da estabilidade, na estabilidade institucional, na estabilidade formal e abstracta, certamente que não se está a referir aos milhares de jovens que se viram arbitrariamente excluídos do ensino superior, dos professores que foram obrigados a entrar em luta pelos seus salários, aos músicos, aos trabalhadores dos museus, aos polícias de segurança pública e aos sargentos que intervêm pelo direito de associação, aos trabalhadores da Reforma Agrária aos que têm que emigrar à procura de vida melhor, aos que vivem em bairros de lata e casas degradadas, às milhares de crianças que têm que trocar os seus sonhos e brinquedos pelo trabalho infantil.

• «Após as derrotas nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições autárquicas e perante a aproximação das eleições legislativas, o Governo resolveu vestir a pele de cordeiro, ceder a algumas justas reivindicações, dar a ideia que é dialogante e sobretudo procurar que a memória dos cidadãos em relação ao seu Governo se fixe somente neste meio ano.»

Carlos Carvalhas na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares.



• «O episódio das multas e castigos imposto nas últimas Jornadas Parlamentares do PSD aos seus Deputados, que para o efeito foram levados a reconhecerem-se como faltosos, incompetentes e irresponsáveis para maior glória do Chefe Cavaco Silva, radica nesta pretensão autoritária e inconstitucional do Governo e visa também fazer uma fácil exploração eleitoralista de alguns preconceitos antiparlamentares que subsistem na nossa sociedade.

• O Governo com a colaboração obediente da maioria não se limita a desrespeitar os poderes de fiscalização da Assembleia, invade mesmo a área de competência legislativa. Há a ideia vaga de que o Governo pede excessivas autorizações legislativas à Assembleia. Aqui vão os números: o Governo apresentou durante a legislatura 186 propostas de lei à Assembleia da República, ora destas 84 são autorizações legislativas, isto é 45%, não é um excesso, é um escândalo!

Carlos Brito, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares

O Grupo Parlamentar do PCP vai propor o prolongamento dos trabalhos da Sessão Legislativa para além da data de 15 de Junho, visando assim a conclusão dos processos pendentes mais importantes e, deste modo, dar cumprimento às suas competências e corresponder ao interesse nacional.

Tomada nas suas VIII Jornadas Parlamentares, realizadas nos dias 5 e 6 em Coimbra, esta decisão dos parlamentares comunistas confirma assim a informação dada na última edição do «Avante!» relativamente ao propósito do PCP de vir a adoptar medidas que obstem aos planos do Governo e do PSD subjacentes à proposta por estes avançada de encerrar a Assembleia da República em 15 de Junho, contrariamente ao que sempre sucedeu na vigência do regime democrático.

Tais planos, para cuja gravidade política o PCP entendeu chamar a atenção, têm como objectivo fundamental permitir ao Governo desenvolver actividade política durante cerca de três meses e meio em pleno período pré-eleitoral, sem qualquer fiscalização parlamentar.

Realizadas sob o lema «Reforçar a iniciativa do Grupo, garantir a fiscalização do Governo», as Jornadas dedicaram uma parte dos seus trabalhos às comunicações dos deputados que participaram no programa de contactos com as populações e instituições nos distritos de Coimbra e Aveiro, tendo aprovado medidas para dar expressão no Par-



lamento aos problemas detectados.

Atenção particular no decorrer das Jornadas, para além da preparação da interpelação ao Governo realizada terça-feira, foi dada ainda à actuação deste e da maioria PSD na presente Sessão Legislativa, acção marcada na opinião dos deputados comunistas pelo autoritarismo e o abuso de poder, cujas consequências negativas para a situação do povo, do País e do regime democrático trataram de examinar detalhadamente.

Nota de realce merece ainda o conjunto de novas iniciativas legislativas aprovadas pelos participantes, os quais definiram ainda orientações para as questões mais candentes em aberto na Assembleia e as prioridades do PCP em matéria de agendamentos.

É o caso do agendamento já efectuado para o próximo dia 23, ao abrigo do direito de fixação da ordem do dia, do projecto de lei sobre gestão democrática das escolas de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, o qual corresponde às aspirações da generalidade da comunidade escolar, contrariando simultaneamente as intenções do Governo de impor um sistema de gestão assente no autoritarismo e na promoção das suas clientelas.

A questão da Regionalização, nomeadamente a necessidade de que fique concluído até final da Legislatura o processo de aprovação da respectiva Lei-Quadro, foi outro dos aspectos sublinhado pelos participantes, os quais alertaram para os indícios de novas manobras bloqueadoras do processo conducente à criação das regiões — apesar de estar marcado para dia 11 de Abril o debate na generalidade da proposta de lei do Governo —, visando assim impedir a aprovação final da lei, o que, a concretizar-se, faria

voltar à estaca zero todo o processo legislativo da Regionalização.

As Jornadas, de acordo com o documento de conclusões, preveniram também para o escândalo que representaria o facto de a Assembleia não discutir as numerosas petições que lhe foram enviadas com mais de mil assinaturas, o que significaria o não cumprimento das disposições constitucionais e legais que obrigam à sua discussão em plenário e defraudaria a enorme expectativa que a entrada em vigor da Lei do Direito de Petição criou na opinião pública.

Reclamada pelas Jornadas foi ainda a publicação do requerimento para a constituição de uma nova Comissão de Inquérito ao Ministério da Saúde, apresentado por 50 deputados da oposição, tendo sido reafirmada, por outro lado, a disposição do Grupo comu-

nista de encetar as diligências necessárias que impeçam a concretização de alterações legislativas liquidadoras de direitos dos trabalhadores, nomeadamente do pacote laboral.

Salientado no decorrer dos trabalhos foi ainda o conjunto muito importante de projectos apresentados pelos deputados comunistas ao longo da Legislatura — cuja aprovação representaria relevantes benefícios para a generalidade dos portugueses e os interesses do País — e o seu propósito de até final da mesma propor o agendamento de vários outros, versando temas tão diversos como sejam, por exemplo, a educação pré-escolar, a defesa do ambiente, o combate à droga, o transporte para idosos, o regime dos eleitos das freguesias, medicamentos gratuitos para cidadãos em grave carência, rendas apoiadas e o fomento das produções agrícolas.

Acção sem paralelo

O balanço da actividade legislativa dos partidos na Assembleia da República, ao longo dos últimos quatro anos, não deixa margem para dúvidas: o PCP lidera com grande margem os principais institutos regimentais (os projectos de lei, no domínio da competência legislativa; as ratificações, no domínio da competência fiscalizadora).

Divulgados pelo presidente do Grupo Parlamentar, Carlos Brito, no decorrer da sua intervenção na sessão de abertura, os números respeitantes a este intenso labor são elucidativos. É o caso, por exemplo, dos projectos de lei apresentados na actual Legislatura, distribuídos pelos partidos da seguinte forma: PCP-237; PS-211; PSD-159; PRD-38; CDS-17; PEV-13; PCP com outros partidos-10.

Mas se os números falam por si, não menos significativas, como realçou o líder parlamentar comunista, são as matérias mais versadas nos 237 projectos do PCP. Vejamos alguns exemplos: direitos dos trabalhadores, 11; reformas, pensões e segurança social, 12; saúde, 9; ensino educação e formação profissional, 11; ambiente, 10; habitação transportes e comunicações, 3; ciência e cultura, 4; direitos, liberdades e garantias e assuntos constitucionais, 17; poder local, 26; economia e finanças, 10; agricultura e pescas, 10; juventude, 15; direitos das mulheres, 4; emigrantes, 3; deficientes, 3.

Atenção aos abusos

Ao avançar nas suas Jornadas Parlamentares com a proposta de prolongamento dos trabalhos da Sessão Legislativa para lá de 15 de Junho (data prevista pelo PSD para o fecho da Assembleia da República), o Grupo Parlamentar do PCP, sem prejuízo de outras posições concertadas com os restantes partidos da oposição, deu já de forma decisiva um contributo para que o Parlamento desempenhe cabalmente as suas competências constitucionais e assegure, simultaneamente, as condições de igualdades e democraticidade das próximas eleições legislativas.

Este último aspecto, que não pode ser dissociado de uma efectiva fiscalização parlamentar, reveste-se de particular importância neste período, uma vez que são conhecidas as propensões do Executivo para utilizar abusivamente os meios e o aparelho de Estado, nomeadamente para fins eleitorais.

O excessivo recurso à figura da autori-

zação legislativa por parte do Governo não deixa de ser, aliás, representativo de tal prática de abuso de poder por parte do Executivo de Cavaco Silva, razão pela qual os deputados comunistas avançaram também em Coimbra com a proposta de que essa figura legislativa só seja concedida excepcionalmente e em matérias de comprovada urgência e de evidente interesse nacional.

Entre as medidas preconizadas pelo Grupo comunista no plano da fiscalização da actividade do Governo, nas quais se insere a proposta de que sejam obrigatoriamente concluídos um conjunto de processos legislativos em curso, destaca também para a ideia de que uma vez suspensos os trabalhos do Plenário, a Comissão Permanente deve reunir regularmente para assegurar todas as suas competências, incluindo em matéria de fiscalização, reuniões essas a que o Governo deverá obrigatoriamente comparecer.

É urgente criar Área Metropolitana de Lisboa

Na Região de Lisboa reside 1/4 da população e uma enormidade de problemas. O PCP exige e aponta soluções

O anúncio de um Forum subordinado ao tema «Área Metropolitana de Lisboa — uma visão necessária», a realizar no próximo dia 10 de Maio no Teatro da Malaposta, em Odivelas, foi uma das novidades apresentadas na reunião de eleitos do PCP e da CDU das 17 Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, que teve lugar a semana passada na Casa do Alentejo, em Lisboa, para discutir questões relacionadas com o planeamento e o ordenamento desta importante zona do País (onde vivem 2,7 milhões de portugueses) e o trabalho conjunto dos referidos 17 municípios, donde resultou um documento que será entregue, como um contributo de trabalho, à equipa Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT). Foi igualmente apreciado o processo em curso para a criação de uma Associação de Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

A iniciativa, que reuniu trabalhadores, eleitos e técnicos autárquicos e membros das Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP e foi dirigida por João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lis-

boa, teve como oradores Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e membro suplente do CC do PCP, e José Luís Pereira, presidente da Câmara Municipal da Moita e da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS).

Recordando que «mais de 25% da população vive na Grande Lisboa, em situação de continuidade urbana que exige uma visão de conjunto e uma intervenção integrada», e que a gravidade dos problemas ali vividos torna vantajoso que essa intervenção caiba a órgãos resultantes de sufrágio universal, Luís Sá saudou «o facto de estar em perspectiva uma associação dos 17 municípios da margem norte e sul do Tejo, objectivo por que sempre nos batemos». Só que os municípios e as suas associações não podem «impedir actuações centralizadas, como a que poderá vir a traduzir-se no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, encomendado pelo Governo e que por ele terá que vir a ser aprovado». Daí o PCP reclamar que, ainda antes do fim da actual

sessão legislativa, seja aprovada a Lei Quadro da Regionalização.

Entretanto a autarquia metropolitana que o PCP concebe (e cujo Projecto de Lei apresentado há um ano não foi votado pela AR) «será dotada de uma estrutura leve, orientada sobretudo para o planeamento metropolitano, compatibilizando-a com o planeamento em curso nos municípios e para a coordenação das intervenções da administração central, municipal e das empresas concessionárias de serviços e abastecimento público». Do ponto de vista dos órgãos, propõe-se uma assembleia com 35 membros (directamente eleitos e outros eleitos pelas Assembleias Municipais da área), um executivo com sete membros eleitos pela Assembleia Metropolitana (método de representação proporcional), um conselho de municípios constituído pelos presidentes das 17 câmaras e um conselho de coordenação com a administração central. E Luís Sá frisou:

«Estamos a trabalhar no programa eleitoral do PCP para o próximo sufrágio para a Assembleia da República; vamos aprofundar o debate; mas desde já pos-

so anunciar que a criação das autarquias metropolitanas com órgãos directamente eleitos e acção e atribuições articuladas com os municípios e a Administração Central, será um ponto que terá lugar importante no programa eleitoral que o PCP apresentará para as próximas eleições. São os problemas e os interesses de 2,5 milhões de habitantes que o exigem».

A intervenção de Daniel Branco denunciou, circunstanciadamente, a baixa qualidade de vida e bem-estar que alastra pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde «se acumulam gravíssimos problemas e bloqueamentos que acarretam prejuízos de toda a ordem para as populações», recordando que «ao



Lisboa não é só a capital, mas uma área metropolitana onde vive mais de 1/4 da população do País

desenvolvimento não é qualquer crescimento que interessa — interessa apenas o crescimento integrado e globalmente considerado, capaz de produzir qualidade medida em ganhos de bem-estar para os homens e mulheres que o produzem», enquanto José Luís Pereira,

a propósito do Planeamento e Urbanismo na AML, analisou alguns dos graves problemas que afligem a Região, nomeadamente «o alojamento, os transportes, o acesso aos serviços colectivos, as dificuldades na manutenção ou obtenção de emprego».

Capital quer Regionalização

Na sequência do agendamento, para hoje, na Assembleia da República, da discussão da proposta do Governo da Lei Quadro da Regionalização, o PCP e o PS apresentaram na Assembleia Municipal de Lisboa uma moção, aprovada com a abstenção do CDS e os votos contra do PSD, onde se exige:

1 — «Que a Assembleia da República, imediatamente a seguir a 11 de Abril, proceda à aprovação na especialidade da Lei Quadro da Regionalização e ao estabelecimento de um calendário dos passos subsequentes que ainda seja possível dar no processo de regionalização até ao termo da actual legislatura.

2 — «A não inclusão na futura Lei Quadro da Regionalização de disposições centralistas e autoritárias como as que constam da proposta de lei, colocando-a de acordo com o espírito democrático e descentralizador que a Constituição da República exige».

Os considerandos da moção denunciavam, acerca do agendamento e proposta do executivo, que «não resulta clara a intenção do Governo em torno desta iniciativa, já que a história passada e os acontecimentos recentes evidenciam da parte do Governo e da maioria parlamentar uma postura de activo bloqueamento do processo de regionalização, traduzida de-

signadamente através da recusa da aprovação de um calendário que tivesse permitido passar à segunda fase do processo de criação das regiões administrativas, iniciado com a aprovação na generalidade há dois anos de cinco projectos de lei de regionalização».

E conclui-se:

«A proposta de Lei Quadro apresentada pelo Governo caracteriza-se por uma concepção autoritária e centralista de regionalização, traduzida designadamente nas restritas competências dos órgãos regionais electivos, nos desmedidos poderes que se pretende atribuir ao "governador regional" e no controlo estreito da vida da região pelo Governo».

Os lixos de Alijó

A Câmara Municipal de Alijó, no Distrito de Vila Real, de maioria PSD, encontrou uma maneira original de implementar o serviço de recolha do lixo: decidiu impor o pagamento de uma taxa (indexada ao talão de consumo da água) que todos os munícipes deverão pagar, embora haja muitos que ainda não beneficiem do referido serviço... Agostinho Monteiro, eleito da CDU na Assembleia

Municipal, votou contra e explicou, em conferência de Imprensa, que uma imposição destas transforma a taxa num imposto — coisa que a autarquia não pode cobrar — pelo que o núcleo concelhio da CDU decidiu solicitar à Procuradoria Geral da República e ao Provedor de Justiça o pedido de inconstitucionalidade desta pretensão «taxa».

Na mesma conferência de imprensa em que se conde-

nou a actuação do município de Alijó, a CDU informou também que irá solicitar «aos organismos de tutela competente a realização de inquéritos administrativos, pois que é atribuído, como receita, no Plano e Orçamento da Câmara, um imposto de mais-valias que já não existe, e porque existem outras irregularidades na actuação camarária».

O TRABALHO CDU EM MINORIA

O trabalho em câmaras e freguesias onde a CDU está em situação de minoria foi tema, sábado passado, da reunião de meia centena de autarcas desta coligação vindos de todo o país ao auditório da biblioteca municipal de Sanitarém. Aí foi traçado um retrato válido para 48 câmaras resultado vindo das eleições de 1989 após as quais, como realçou Luís Sá na intervenção que encerrou o encontro, aumentou muito o índice de participação de eleitos da Coligação Democrática Unitária em executivos de autarquias com maiorias de outras forças partidárias, designadamente PS e PSD.

Durante o encontro foi possível detectar que a maior preocupação manifestada ao longo do dia dizia respeito à dificuldade existente em valorizar junto da opinião pública o trabalho da CDU, diferenciando-o da restante gestão autárquica.

Não ficar «refém político» da atribuição de pelouros, na expressão utilizada por Jorge Cordeiro do executivo da DORL do PCP, e não abdicar da tomada de posição sobre a gestão global das autarquias foram duas das *pistas* lançadas durante a reunião, onde se defendeu a utilização constante de meios de valorização directa e indirecta do trabalho destes eleitos, seja

através da edição de boletins próprios, do anúncio público do trabalho concreto dos pelouros, de um maior contacto com a imprensa regional, etc.

Outra necessidade sentida foi a de aumentar o conteúdo político e social do trabalho autárquico de comunistas e seus aliados, de forma a que ele esteja sempre ligado ao sentir e às necessidades mais prementes das populações.

Alguns oradores foram da opinião de que o maior partido da coligação — o PCP — deveria mobilizar as suas organizações regionais e locais no sentido de prestarem mais apoio técnico e político aos vereadores da CDU. Ajudar a melhorar o trabalho destes e mais facilmente fazer chegar às populações os resultados desse trabalho seria o objectivo imediato enquanto, por outro lado, devido à proximidade dessas organizações com a realidade local, seria possível aos eleitos responder a uma maior diversidade de preocupações manifestadas pelas populações.

No final, Luís Sá realçou o «dever democrático de exercer o Poder de outra maneira» que os eleitos CDU têm, facto que coloca as questões eleitorais ou de promoção das forças políticas da coligação em segundo plano.

TRABALHADORES

Movimentação sindical no Ensino

17 de Maio pode ser o dia de uma grande manifestação nacional

Pelo que veio a público até este fim-de-semana, os professores preconizavam a realização de nova greve de dois dias em 8 e 9 do corrente. Está anunciada uma manifestação nacional.

Ao nível estrito dos sindicatos, depreende-se que a rejeição das atitudes do Ministério e do Governo é consensual entre as várias organizações, embora as acções de luta sejam diferentes ou complementares.

Só a Fenprof (e não o Sindep nem a FNE) assinou o pré-aviso de greve para 8 e 9 do corrente.

O facto não significa que as associações sindicais não filiadas na Federação Nacional dos Professores tenham recusado formas de luta. Apenas e de momento escolheram outras, de resto e na maior parte também adoptadas pela Fenprof.

A FNE, por exemplo, não pôs de lado a greve. Simplesmente a adiou, na expectativa de o Governo repor a legalidade.

O Sindep, por seu turno, apresentava ao Provedor de Justiça uma queixa contra o Ministério da Educação. A queixa foi aceite.

O secretariado nacional da Fenprof fazia publicar

entretanto, quinta-feira passada, a sua resolução de 28 de Março juntamente com o pré-aviso da nova greve de 8 e 9 do corrente. No preâmbulo da proposta que fazia nessa altura aos professores, a Fenprof afirmava nomeadamente que continuavam «válidas todas as razões que estiveram na origem da luta que os professores desencadearam no final do 2.º período, embora se perfilam agora condições diferentes das anteriores». (Sublinhado nosso.)

Já nessa altura, aliás, era proposta aos professores pelo secretariado federativo nova greve em 8 e 9 de Abril.

A cumprir-se o pré-aviso publicado sexta-feira passada, a greve será nacional, como a anterior, e abrangerá, de acordo com o documento legal e legalmente publicado a seu tempo, «todos os professores» (e não apenas os filiados em sindicatos da Fenprof).

A paralisação de dois

dias abrangerá também, de acordo com aquele documento, que veio a público nos jornais, todos os «educadores, investigadores e demais trabalhadores com funções pedagógicas dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Pré-Escolar (regular e especial) de todo o País».

O curto pré-aviso, que era antecedido na imprensa pela já citada resolução do secretariado nacional da

Fenprof, de 28 de Março findo, abrangia também «os trabalhadores que desenvolvem funções auxiliares, de vigilância, ou quaisquer outras que impliquem contacto com os alunos».

Saliente-se, por último, que o mesmo pré-aviso não afasta, antes implica, os contactos institucionais, designadamente com a Presidência da República, AR, partidos, Provedor e Tribunal de Contas.

Demissão

O secretariado nacional da Fenprof (Federação Nacional dos Professores) fez publicar sexta-feira passada em vários jornais um «esclarecimento» sobre um outro de origem ministerial. No final desse documento destaca-se o pedido daquela organização sindical ao ministro da Educação e à sua equipa para que se vão embora.

A Fenprof «entende que perante a incapacidade revelada pela actual equipa ministerial (citamos), a sua demissão seria o melhor serviço a prestar ao Ensino e à Educação em Portugal».

Ao pretender «clarificar» um «esclarecimento» emitido pelo Ministério da Educação, a direcção da Fenprof acusa o ME de «autocraticamente» ter «subtraído milhares de contos ao montante requisitado pelas escolas».

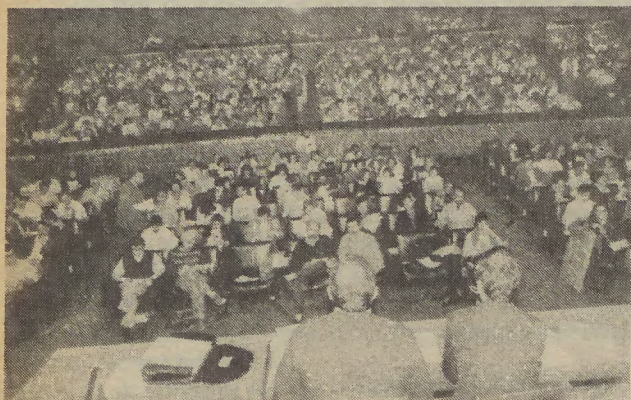
Os dirigentes da Fenprof negam que em 1991 os professores — ao contrário do que pretende o Ministério — tenham obtido «a maior valorização salarial de sempre».

Só a terão se o mesmo Ministério e o Governo cumprirem imediatamente «os diplomas legais em vigor».

Como isso não aconteceu, «os professores não estão na generalidade — obsta a Fenprof — a receber os seus vencimentos com os índices e mesmo, em muitos casos, nem sequer receberam os seus vencimentos acrescidos de 13,5 por cento».

E não haverá reforço de verba, diz a Contabilidade Pública.

Quem pagará, então?



Aspecto da Assembleia do SPGL, terça-feira, na Aula Magna

Inspeção levanta autos a multinacional americana

A Cablesa, uma multinacional americana, com instalações em Carnaxide, nos arredores de Lisboa, foi recentemente autuada pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT).

Este organismo, como se sabe dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social, levantou autos à Cablesa por irregularidades várias, revela o boletim do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, o mais representativo dentro da empresa.

Entretanto, os trabalhadores entram em greve parcial e por turnos. Em 26 de Março, o mesmo Sindi-

cato (SIESI) afirmava que as paralisações, num total de quatro horas por dia, se prendiam com o facto de a «administração proibir ilegalmente a realização de plenários na empresa».

Num total de 400 trabalhadores que a multinacional emprega em Carnaxide — a maioria mulheres —, cerca de 180 são contratados a prazo.

O SIESI revela que a IGT autuou a Cablesa por «classificações indevidas», que certamente levarão a reclassificações que o contrato de trabalho não permite.

A Cablesa foi ainda au-

tuada, segundo o SIESI, por outras irregularidades. O Sindicato, de acordo com o seu boletim de Março, especifica que a proibição dos plenários se deu na unidade do Linhó (arredores de Sintra).

A incorrecção na atribuição de categorias profissionais foi outro dos motivos por que a Cablesa foi autuada.

Por último, a IGT agiu contra a Cablesa «por falta de instalações permanentes para a comissão intersindical», tanto em Carnaxide como no Linhó.

O SIESI acusa a direcção da empresa de «comporta-

mento repressivo e discriminatório».

As pressões dos dirigentes da multinacional no nosso país incidem, segundo o Sindicato, na rescisão dos contratos por parte das «operárias mais antigas». Entre elas, «as que apresentam problemas de saúde mais frequentes, associados, aliás, à própria dureza do trabalho que desenvolvem».

A IGT actuou a pedido do SIESI.

Das razões já referidas para os autos da Inspeção ressaltam naturalmente os contratos a prazo: «situações abusivas» nas duas fábricas, frisa o Sindicato.



Primeiro de Maio

Para preparar as comemorações do 1.º de Maio em todo o País, a comissão executiva da CGTP-IN anunciou uma reunião para segunda-feira passada, na sua sede em Lisboa. A ordem de trabalhos, além do 1.º de Maio, inclui o desenvolvimento das deliberações do plenário nacional de sindicatos ultimamente realizado, a situação no que respeita às leis laborais e o desenvolvimento da acção reivindicativa. Foto das comemorações do 1.º de Maio em Lisboa, no ano findo.

Lisboa-Madrid

Conforme o «Avante!» noticiou na semana passada, começa amanhã, dia 12, num hotel da zona de Lisboa, o 3.º Encontro de Sindicalistas Lisboa-Madrid.

Para divulgar mais pormenorizadamente os objectivos da iniciativa, que tem por lema «Viver Melhor numa Europa Social», a União dos Sindicatos de Lisboa promove hoje um almoço com os jornalistas.

Paralisação na Alfredo da Costa

Uma greve de 48 horas na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, iniciou-se em 8 do corrente com uma adesão de 87,5 por cento dos trabalhadores abrangidos: apoio geral, operários e motoristas.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, a paralisação teve origem na reivindicação sobre o horá-

rio de trabalho (redução para 36 horas semanais).

Os trabalhadores em greve faziam na altura do respectivo pré-aviso um horário de 48 horas por semana.

As 36 horas são legais desde o princípio do ano corrente.

Para anteontem, 9, estava anunciada uma concentração em frente a uma das portas da Maternidade.



O sector do material eléctrico e electrónico (fabricantes) tem sido dos mais atingidos pelas «modernizações», que regra geral têm redundado em drásticas reduções de pessoal, principalmente mulheres, em prejuízo da contratação colectiva e aumento do emprego precário, com a correspondente utilização do contrato a prazo e outras formas precárias de emprego, cuja garantia continua gravemente comprometida pela actualização do Governo e dos parceiros sociais que assinaram o chamado acordo económico e social. Na foto: aspecto de uma secção de cablagem

TRABALHADORES

Metalúrgicos e mineiros exigem Trabalho com direitos

No 5º Congresso dos metalúrgicos e mineiros foi aprovada uma plataforma para a acção que inclui, nos seus objectivos prioritários, a redução do horário, a estabilidade no emprego, a defesa dos direitos sociais e sindicais, a valorização profissional, a melhoria dos salários e o desenvolvimento do sector.

A plataforma para a acção, documento-base do congresso que vai orientar a actividade da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal nos próximos três anos, foi aprovada no sábado pelos 500 delegados dos 16 sindicatos da FSMMP, depois de uma discussão preparatória durante mês e meio nos locais de trabalho e em reuniões especializadas. Aborda, em nove capítulos, temas como a CEE e o processo de integração de Portugal, a evolução científica e tecnológica, o desenvolvimento da economia nacional e dos sectores abrangidos pelos sindicatos da federação, a organização e acção sindical, a luta por melhores condições de trabalho e de vida.

A federação reivindica a redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais e 8 horas diárias, na generalidade das situações, e para 35 horas

semanais e 7 horas diárias, nas minas e nos casos de trabalho nocturno, insalubre, penoso, perigoso ou em regime de turnos.

Considerando a estabilidade no emprego como, não só um direito dos trabalhadores, como uma necessidade nacional, a FSMMP reclama a passagem a efectivos de todos os trabalhadores a prazo, à hora ou subalugados, em postos de trabalho permanentes: Recusando a polivalência, exige a dignificação e a valorização profissionais, a formação profissional e a estabilidade na profissão.

Aponta-se como linha de acção o prosseguimento das reivindicações salariais nas empresas, numa altura em que as actualizações já acordadas são, em média, superiores a 16 por cento.

Para o desenvolvimento do sector, a federação dos metalúrgicos e mineiros defende a modernização e ampliação do aparelho produ-

to instalado (com a consequente promoção do emprego), a paragem imediata da ofensiva privatizadora e a melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho.

O exercício dos direitos contratuais e específicos de cada empresa, a correcção das discriminações, nomeadamente salariais, e a eliminação de todas as ilegalidades na atribuição dos prémios são meios concretos apontados pelo congresso para fazer cumprir os direitos sociais e sindicais, salvaguardando-os e melhorando-os.

Os delegados da metalurgia, metalomecânica e minas aprovaram ainda uma moção que expressa as reivindicações dos reformados e pensionistas do sector, e resoluções «Pela paz, a cooperação e solidariedade internacional», «Por um sector empresarial do Estado forte, reestruturado e dinâmico! Paragem imediata das privatiza-

ções!», «Que o Governo abandone de vez o pacote laboral!».

O 5º Congresso da FSMMP decorreu na SFUAP, na Cova da Piedade, e iniciou-se no dia 5, com a apresentação do relatório de actividades desde Dezembro de 1987 (4º Congresso). No domingo foi eleito o Conselho Nacional, órgão com 50 membros efectivos e 18 suplentes, que vai dirigir o trabalho da federação neste triénio. Dos eleitos, 54,5 por cento têm menos de 40 anos - como sublinhou João Paulo, ao intervir no encerramento em nome do novo CN.

Como convidados, assistiram aos trabalhos do congresso representantes de estruturas de trabalhadores em empresas, sindicatos, uniões e federações, de autarquias, de associações e colectividades, dos quadros técnicos, e das federações Mineira e do Metal (Comisiones Obreras) de Espanha.



Nos sectores mineiro e metalúrgico regista-se um elevado índice de sinistralidade - alerta a federação sindical do sector

Mais um acidente mortal

Poucos dias depois de a FSMMP ter alertado - como noticiámos no último «Avante!» - para a elevada sinistralidade verificada nos sectores da metalurgia e das minas, com 175 mil acidentes e 127 mortes em 3 anos e meio, mais um desastre teve lugar, no passado dia 3, na Somincor. Por esmagamento, morreu o mineiro José Manuel Loures, de 23 anos.

Na ocasião, em nota enviada à comunicação social, a federação voltou a reclamar das entidades oficiais competentes que sejam tomadas urgentemente medidas para pôr termo a tão elevado índice de acidentes.

Carvalho da Silva alerta:

Pacote laboral em fase decisiva

O pacote laboral encontra-se actualmente numa fase decisiva, sendo necessário que os trabalhadores e o movimento sindical se empenhem ainda mais no esclarecimento, na mobilização e na luta para que o Governo abandone os seus projectos de alteração das leis laborais.

Esta ideia foi exposta pelo coordenador da CGTP-IN, no encerramento do congresso dos metalúrgicos e mineiros. Manuel Carvalho da Silva considerou que a recente decisão do Tribunal Constitucional foi «uma grande derrota política para o Governo» e «uma significativa vitória dos trabalhadores e da CGTP-IN», única organização social que reclamou a declaração de inconstitucionalidade. «Formalmente, o pacote laboral voltou à estaca zero e, contrariamente àquilo que pretendiam o Governo e o patronato, será cumprida a legalidade democrática, será respeitado o direito de participação dos trabalhadores, a legislação laboral terá que ter um grande debate público» - sublinhou Carvalho da Silva.

Para transformar esta derrota do Governo numa grande vitória sindical - defendeu o coordenador da CGTP - há que ter presente

que se mantém a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, que as apreciações feitas pelo TC sobre as diversas matérias do pacote são perigosas e que «os nossos inimigos vão procurar por todos os meios aproveitá-las contra nós». Este desafio - afirmou - «exige astúcia, pragmatismo, trabalho unitário e, acima de tudo, uma grande capacidade de transmissão da nossa mensagem».

«Vários dos projectos do Governo são inaceitáveis porque, do nosso ponto de vista, violam a Constituição ou pisam o risco vermelho da legalidade, mas, acima de tudo, porque são condenáveis do ponto de vista social e humano» - frisou o dirigente da Inter, depois de ter dito que «a CGTP-IN não tem da Constituição da República, nem tão-pouco das decisões do TC, uma visão sacrosanta».

Carvalho da Silva concluiu a sua intervenção referindo as reivindicações da CGTP para o próximo 1º de Maio, de entre as quais sobressai, a par do abandono do pacote laboral, a exigência da redução imediata do horário de trabalho.

Médicos apoiam professores e criticam associações sindicais

Assinaladas como «comuns aos médicos» algumas das questões socioprofissionais, que determinam as acções reivindicativas dos professores, são apoiadas com manifestação pública de solidariedade pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa.

Em 2 do corrente, o SMZS sublinhava ser «inconcebível que o Governo não respeite os seus compromissos negociais, com legislação por si próprio elaborada».

Ao criticar a atitude do Governo, o SMZS põe em causa também o comportamento de algumas associa-

ções sindicais. Lê-se no comunicado da direcção:

«Na luta que os professores agora desenvolvem o Governo reedita um conjunto de atitudes já utilizadas em Dezembro do ano passado, quando da greve dos médicos. Ou seja, recorre ao estabelecimento de acordos com algumas estruturas sindicais, que não resolvam qualquer das questões centrais das reivindicações, de modo a tentar isolar as organizações sindicais que, de uma forma firme e independente, se empenham na satisfação das legítimas aspirações e interesses do sector profissional que representam».

«Foi assim — prossegue a direcção do SMZS — em Dezembro passado, com a tentativa de isolar a FNAM (Federação Nacional dos Médicos), é agora a mesma atitude para com a FENPROF.

«As estruturas sindicais que nestes sectores profissionais se dispuseram a assinar acordos com o Governo — acrescenta a direcção do SMZS — desempenham conscientemente o papel de «muletas» e de «correias de transmissão» dos interesses partidários das estruturas governamentais, em detrimento dos profissionais que dizem representar, com o objectivo expresso de sabotar a sua justa luta e de fa-

cilitar a acção prepotente dos ministérios respectivos.

«Este tipo de conduta — destaca ainda a direcção sindical dos médicos — tem vindo a colocar mais uma vez a questão da independência e autonomia da intervenção sindical face ao poder político, seja ele qual for.

«O Sindicato dos Médicos da Zona Sul — conclui o comunicado da direcção — está convicto de que a firmeza negocial e reivindicativa, de que a FENPROF sempre tem dado provas, acabará por impor ao Governo o cumprimento das suas próprias leis e compromissos».

Cortes na banca

No Banco Fonsecas & Burnay há «corte dos vencimentos dos membros da comissão de trabalhadores», revela o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP.

Numa nota distribuída à comunicação social em 4 do corrente, aquele Organismo sublinha que as estruturas representativas dos trabalhadores estão a ser atingidas por «medidas prepotentes e repressivas» por parte das administrações bancárias.

Essas medidas coincidem com o anúncio governamental de «privatização sobre privatização».

Na nota em cinco pontos é dado especial realce aos lucros do exercício de 1989 para 1990 que, para os bancos mais alvejados pela «febre privatizadora» (BPA, BESCL e BFB) é superior a 26 milhões de contos.

Para o mesmo período «o acréscimo dos lucros de exercício» soma, segundo a mesma nota, 13 996 mil contos.

Comenta o Organismo do PCP:

«São lucros e riqueza de

todo o povo português que o Governo do PSD quer colocar em meia dúzia de mãos, designadamente estrangeiras».

O mesmo terá acontecido, segundo a nota citada, com a privatização do Banco Totta & Açores.

Pronunciando-se contra as privatizações em geral, o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP pergunta:

«Onde estão os prejuízos das empresas públicas que justificavam a necessidade das privatizações?» (Necessidade apregoada pelo Governo, naturalmente).

Pergunta ainda a Direcção dos Bancários:

«É ou não a entrega em bandeja do património nacional a troco de algumas somas que de imediato são investidas em propaganda partidária e demagogia eleitoralista?»

A nota termina condenando «mais uma vez esta política antinacional e antidemocrática do Governo do PSD e reclama a necessidade de uma nova política que só um Governo democrático tem condições para executar».

Cascais pode ser melhor

É já no próximo domingo que os comunistas de Cascais vão reunir a sua 5ª Assembleia de Organização, que decorrerá na SMUP, na Parede, e contará com a participação de José Casanova, da Comissão Política do PCP.

No âmbito da preparação da assembleia, que terá como lema «Com o PCP mais forte, Cascais pode ser melhor», foi enviada a todos os militantes uma carta individual com os objectivos da discussão e que apela à participação de todos na definição das orientações para o concelho de Cascais.

À disposição dos interessados foi colocado um documento orientador da discussão, que define como áreas prioritárias as autarquias, a juventude e as empresas e um pequeno questionário sobre aspectos da actividade partidária, que procura recolher opiniões para melhorar o trabalho.

Têm entretanto decorrido reuniões regulares e específicas para debater e aprofundar os objectivos da assembleia, que elegerá uma nova Comissão Concelhia. O PCP defende para Cascais uma política de urbanização, ambiental e de segurança da população, que ronda actualmente as 142 mil pessoas.



DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

A DORPOR anuncia para o próximo sábado a realização de um encontro sobre o desenvolvimento regional, que decorrerá no Salão de Conferências da Biblioteca Municipal. Os debates serão feitos em plenário e versarão sobre temas como «Melhor qualidade de vida, menos desigualdade» e o «Desenvolvimento integrado».

Estão já confirmadas as presenças dos deputados Álvaro Brasileiro, João Amaral, Joaquim Teixeira, Júlio Antunes, Lino de Carvalho, Luís Roque e Rogério de Brito, que iniciam uma visita ao distrito na sexta-feira, no âmbito das jornadas legislativas de Portalegre.

Ainda neste distrito, o euro-deputado do PCP Joaquim Miranda terminou ontem uma visita de quatro dias, durante os quais manteve contactos com várias organizações eclesásticas, económicas, sociais, culturais e desportivas. No final da iniciativa, promovida pela direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, Joaquim Miranda deu uma conferência de imprensa.

ÁLVARO CUNHAL EM VILA REAL

O secretário-geral do PCP visita nos próximos dias 19 e 20 de Abril o distrito de Vila Real, onde participará num conjunto de iniciativas públicas promovidas pela direcção da Organização Regional do PCP, no âmbito das comemorações do 70º aniversário do Partido.

No programa está previsto realizar, no dia 19, um debate com a juventude e uma sessão de debate em Chaves. No dia 20, terá lugar em Vila Pouca Aguiar, um encontro com agricultores e organizações da lavoura da região e um almoço de confraternização em Vila Real.

ANIVERSÁRIO

Para assinalar os 70 anos do PCP, realizou-se no centro de trabalho de Montargil, na passada sexta-feira, um convívio

em que participou José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do PCP.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A igualdade de oportunidades das mulheres é formalmente reconhecida como um direito humano básico; no entanto, da afirmação à prática existe um abismo que tende cada vez mais a aprofundar-se. Agravam-se as discriminações das mulheres na vida económica, social, política e cultural, situação que só poderá ser alterada com uma política alternativa à do actual Governo. Estes são alguns dos tópicos que vão ser debatidos numa iniciativa da DORL que se realizará no próximo dia 20 de Abril, no Hotel Embaixador em Lisboa. O encontro dirige-se não só às comunistas da ORL, mas pretende envolver direcções de colectividades, presidentes de conselhos directivos de escolas, comissões de trabalhadores, dirigentes e delegadas sindicais, autarcas e colaboradoras de rádios e jornais regionais. Os trabalhos decorrerão em dois painéis temáticos que farão o levantamento da situação e perspectivarão linhas de acção e propostas concretas para uma verdadeira política de igualdade.

ALENQUER

A organização de Alenquer do PCP realiza no domingo pelas 14 horas, na Romeira, a sua 4ª Assembleia, em que participará António Andrés, membro da Comissão Executiva do Comité Central. Trata-se de um importante acontecimento na vila, em termos locais, donde sairão as grandes linhas de actuação do Partido no concelho, com vista às tarefas futuras que se colocam aos comunistas no plano local e nacional.

Em debate vão estar temas como a ligação aos trabalhadores e às populações, o trabalho do Partido no poder local, junto da juventude e dos agricultores.

De costas voltadas para a saúde

«A política do ministro Arlindo de Carvalho é uma política de costas para a área de cuidados, onde se resolvem mais de 90 por cento das situações de saúde e que constitui o pilar fundamental dum eficaz assistência à população». Esta denúncia foi feita pela Comissão Nacional de Saúde do PCP, durante uma conferência de imprensa promovida a semana passada na sede do PCP em Lisboa, em que participaram o deputado João Camilo e Paulo Fidalgo.

Durante a sessão foi feito um balanço da actividade do Ministério da Saúde e uma análise da actual situação ao nível dos cuidados de saúde primários, dos cuidados diferenciados, da urgência e da saúde mental, do que foi feito na política do medicamento e dos recursos humanos.

Nos cuidados diferenciados tem-se assistido à sucessão de escândalos, demissões, situações de rotura financeira ou de stocks, negligências no funcionamento pondo em causa a assistência, obras vultuosas sem critérios técnicos rigorosos e no geral a aposta na obra de fachada em



João Camilo e Paulo Fidalgo na conferência de imprensa em que o PCP acusou o ministro de estar de costas para o pilar fundamental da assistência à população

ano eleitoral, recheada de falsas inaugurações.

Cedendo em toda a linha às transnacionais da indústria farmacêutica, o ministro da Saúde tem obstaculizado a produção de genéricos, publicando uma lei de fraco alcance, que mesmo assim não avança um passo na sua concretização. Por outro lado, o PCP acusa o Ministério de não ter uma posição firme contra o alargamento do tempo de validade das patentes e de não apoiar quer a iniciativa nacional no campo da produção, quer a criação do controlo de qualidade, fazendo deste modo «frete

aos interesses de um dos mais poderosos lobbies que actuam junto do Parlamento Europeu».

O mau-estar em que hoje vivem os trabalhadores do sector foi também abordado, recordando-se as lutas e reivindicações que tiveram expressão, por exemplo, na greve dos médicos, estando anunciada para breve uma paralisação dos enfermeiros, enquanto os administrativos manifestam em todo o País, em abaixo-assinados massivos, as razões da sua insatisfação. Contudo, no Ministério o único plano que existe é no sentido de calar o descon-

tentamento, ocultar a degradação dos cuidados e não permitir o debate da situação. Para tapar a miséria que fica por detrás, fazem-se obras a todo o vapor, mesmo sem critério e sem prioridades, de forma a garantir em ano de eleições uma cortina de propaganda.

A conferência de imprensa integrou-se no conjunto de iniciativas realizadas no âmbito da preparação do 3º Encontro Nacional de Saúde do PCP, que decorrerá no próximo fim-de-semana, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa.

Refira-se que esta realização conta com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e abordará dois grandes temas - a política de saúde à luz da nova Lei de Bases e a situação dos cuidados de saúde e a participação das populações. No sábado, os trabalhos repartem-se por quatro mesas temáticas, enquanto no domingo preveem-se comunicações sobre dialéctica, novas tecnologias, medicamentos, e sobre a situação laboral dos trabalhadores do sector da saúde.

Loures

O desafio das legislativas

Reforçar a organização do Partido na perspectiva da batalha das eleições legislativas é o objectivo central da 5ª Assembleia do PCP em Loures, que terá lugar no próximo sábado, no cinema dos Bombeiros desta cidade, com o lema «Em Loures com o PCP - Um presente com futuro». Os trabalhos têm início pelas 9.30 da manhã e serão encerrados com uma intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Para além dos cerca de 250 delegados, vão estar presentes representantes de várias forças políticas democráticas, de movimentos sociais e individualidades independentes.

A reunião aprovará uma proclamação que divulgará

as propostas do Partido sobre os principais problemas do concelho, bem como serão apresentadas as grandes reivindicações da população ao poder central.

Em conversa com o «Avante!», João Sancho e José Manuel Abrantes, ambos do executivo da Comissão Concelhia, adiantaram que esta assembleia visa igualmente dar um impulso à actividade das células de empresa, aumentar a influência do PCP junto do movimento associativo e popular, junto da juventude e permitir um melhor acompanhamento do trabalho autárquico.

Particular atenção será dada à reestruturação da organização do Partido, nomeadamente à elevação do

trabalho de direcção da Comissão Concelhia e dos organismos executivos, das comissões específicas e dos organismos de direcção da zona Oriental, Norte e Oriental, bem como das comissões de freguesia.

Uma outra medida preconizada tem como fim institucionalizar plenários alargados a quadros ligados às áreas

prioritárias de actividade como sejam o poder local, o movimento operário, a juventude e movimento associativo popular.

O trabalho preparatório incluiu um vasto conjunto de plenários em todas as organizações, que elegeram os delegados, analisaram e debateram o projecto de resolução



A anterior assembleia concelhia realizou-se em Maio de 1987

Um mais um... ou menos

«Não se vê que utilidade poderá ter este debate a dois para a discussão séria e responsável dos problemas do Algarve, sendo conhecidas a proximidade e mesmo coincidência de posições» - protesta o Executivo da DORAL do PCP, numa nota à comunicação social em que comenta o anúncio da realização de um debate político entre o PS e o PSD sobre a região.

Para os comunistas, aquela iniciativa, marcada pelos dois partidos para 21 de Abril e excluindo outras forças políticas com importante representatividade no Algarve, «não passa de uma operação misticadora de propaganda, visando incutir a ideia de bipolarização, tão cara ao PS mas que a vida já mostrou que, além de ser artificial, não tem qualquer correspondência com a realidade partidária regional e nacional».

Além da «proximidade e mesmo coincidência» das posições do PS e do PSD em relação às grandes questões regionais,

a DORAL chama também a atenção para as responsabilidades reais de ambos os partidos no bloqueamento do processo de regionalização e para as ambiguidades e a ausência de posição do PS quanto ao PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território) e ao traçado da Via do Infante, «só para referir alguns exemplos».

Lembrando a «importante implantação e representatividade» e as «posições próprias, sérias e responsáveis» do PCP, o executivo da Direcção Regional do Partido considera que o debate entre o PS e o PSD «não dará qualquer contributo para a discussão séria dos problemas do Algarve, nem para o esclarecimento das causas e das responsabilidades que cabem a estes partidos nos importantes estrangulamentos que estão colocados ao desenvolvimento regional».

PCP

Solidariedade com o povo curdo

Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre a situação dos curdos no Iraque

1. A Comissão Política do Comité Central expressa a solidariedade do PCP para com o povo curdo vítima da brutal repressão conduzida pelo regime iraquiano. Expressa igualmente a sua solidariedade para com as forças democráticas e progressistas do Iraque que de há muito lutam contra a ditadura no seu país e pelo reconhecimento ao povo curdo dos seus justos direitos e aspirações. É de salientar que numa tal situação é imperativa a solidariedade política e a ajuda humanitária ao povo curdo.

2. A luta do povo curdo, que algumas forças políticas e países parece terem só agora descoberto, tem uma longa história. É de lembrar que, nos fins da década de setenta, tendo o PCP rompido as relações, que até então mantinha, com o Baas do Iraque por motivo da sangrenta repressão contra o Partido Comunista Iraquiano e contra o povo curdo ao lado do qual lutavam os comunistas iraquianos, outros partidos portugueses mantiveram as relações de amizade com o Governo de Bagdad e com o ditador iraquiano sem jamais terem tido uma palavra de solidariedade para com aqueles que sofriam as violências da repressão.

3. Será questão a apurar se o povo curdo, tendo desencadeado a ofensiva militar com a falsa esperança de que o momento chegara de uma vitória contra a política de Bagdad, não estará a pagar caro o ter acreditado que as declarações e apelos dos Estados Unidos quando da guerra do Golfo significavam a próxima e inevitável deposição de Saddam Hussein e um apoio imediato à acção militar curda.

4. É também de apontar a hipocrisia dos governos que, como os dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Turquia e Irão, sendo responsáveis ou coniventes numa continuada política de opressão e repressão do povo curdo, procuram agora aproveitar-se da dramática situação no norte do Iraque para tentar confundir a opinião pública, escamotear a questão nacional palestina e justificar projectos de intervenção nos assuntos internos de povos e Estados soberanos. O plano de criar no território do Iraque um «enclave curdo» sob tutela internacional, insere-se em tais projectos que têm a inconfundível marca do imperialismo. A Resolução nº 688 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada apenas por 10 dos seus 15 membros, não pode deixar de causar a maior inquietação.

5. A Comissão Política do CC sublinha que a questão curda, que surge agora de forma dramática ante a opinião pública mundial, se insere entre os complexos problemas acumulados no Médio Oriente que necessitam de solução, entre os quais avultam também a ocupação por Israel de territórios árabes e o direito do povo palestino à constituição de um Estado independente. A construção de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente passa pela correcta solução de tão graves problemas.

9. Abril. 1991

Com a participação de Carlos Carvalhas Intelectuais assinalam no Porto os 70 anos do PCP

Cerca de 400 pessoas participaram sexta-feira passada no jantar que o Sector Intelectual do Porto organizou para assinalar o 70º aniversário do PCP e no qual interveio o secretário-geral adjunto do Partido

«Continuaremos persistentemente na busca de espaços de diálogo, onde não se escamoteiem as diferenças, de opinião, mas igualmente se afirmem as semelhanças. Esperamos encontrar-vos ao nosso lado, na procura de respostas para um vasto leque de interrogações sobre variadas problemáticas» - disse o pintor Rodrigo Pina Cabral, ao saudar, em nome da direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP, os cerca de 400 participantes no jantar comemorativo dos 70 anos do Partido, que decorreu no dia 5, num hotel da cidade.

Presidida pelo camarada Emílio Peres, a realização contou ainda com intervenções do Professor Óscar Lopes, membro do Comité Central do PCP, e de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto.

Nesta iniciativa estiveram conhecidos intelectuais comunistas e independentes, das mais variadas áreas de actividade, nomeadamente os arquitectos Álvaro Siza Vieira e Alcino Soutinho, os actores Júlio Cordoso, António Reis, Alexandre Falcão e Óscar Branco, os músicos Pedro Abrunhosa, Fausto Nevas e José Luís Borges Coelho, o pintor Jaime Azinheira, os professores José Morgado, Helena Morgado, Armando de Castro e Coelho dos Santos, o juiz Sá Coimbra, o presidente do Sindicato dos Professores do Norte, Mário David Soares, e Maria Merlinda, do Sindicato dos Médi-



cos. Não puderam estar presentes, mas fizeram questão de manifestar a sua vontade de participar, a professora Isabel Pires de Lima, os pintores Ângelo de Sousa, Jaime Isidoro e Henrique Silva, o professor Helder Pacheco, o arquitecto Viana de Lima, o maestro Álvaro Salazar e o jornalista Araújo Moreira.

Carlos Carvalhas interveio a encerrar a iniciativa, fazendo algumas referências ao percurso histórico do PCP,

O secretário-geral adjunto do PCP considerou «justo lembrar hoje e aqui a importância da intervenção dos intelectuais na luta política, a sua contribuição para a luta do nosso povo, a sua integração com o movimento popular antes e depois do 25 de Abril e nos nossos dias».

«A menção da cultura no discurso governamental não passa, na maioria das vezes, de algo de ornamental e decorativo, de algo que se acres-

centa à trivialidade cinzenta da vida quotidiana, sem uma concepção e uma prática efec-

tiva da sua importância e da construção de um projecto nacional para o País» - constatou Carlos Carvalhas. - «Sob o aparente culto de uma neutralidade da cultura, que a ideologia da morte das ideologias facilita, ela é encarada como a imposição real de valores que exprimem o desejo de manutenção de uma situação de exploração e de desigualdade, de fatal distinção entre o privilégio que marca e a indiferenciação massificadora, designadamente daqueles que são desprovidos do acesso aos meios de criação cultural» - acusou o dirigente comunista.

Desenvolvimento do Baixo Tâmega

O «Encontro sobre o Desenvolvimento do Baixo Tâmega», zona onde se incluem os três concelhos menos desenvolvidos do Porto, foi realizado no passado sábado numa iniciativa das concelhias de Amarante, Marco de Canaveses e Baião do Partido Comunista Português, contando com a presença de Carlos Carvalhas.

Neste encontro foram apresentadas contribuições sobre a agricultura e a floresta da região, desenvolvimento industrial, serviços e turismo bem como educação e cultura, infra-estruturas, equipa-

mentos sociais, vias de comunicação, ambiente, problemas juvenis, situação social e regionalização.

A iniciativa mereceu o aplauso de várias forças políticas presentes, nomeadamente do Presidente da Câmara de Amarante (membro do PS) que considerou ser um acto de justiça declarar publicamente ser o PCP a única força política que no último ano tem promovido várias iniciativas locais em defesa da região e cujos deputados foram os únicos a visitar o concelho e entrevistaram na AR em prol de Amarante.

Com a participação de Álvaro Cunhal 2ª Assembleia Concelhia de Évora

Com a participação do secretário-geral do PCP, realizou-se no passado sábado, no Palácio D. Manuel, a 2ª Assembleia da Organização Concelhia de Évora do Partido, que analisou a situação social e política e as tarefas

do Partido e elegeu a Comissão Concelhia.

Ao intervir no final dos trabalhos, Álvaro Cunhal destacou a oportunidade da reunião e a importância de que se reveste a sua realização, sublinhando que «é ago-

ra necessário assegurar que os seus resultados se vão traduzir na prática e na actividade do Partido no concelho. E não apenas no concelho. Évora é concelho, mas é também capital do distrito e é um pólo do Alentejo.»

O secretário-geral do PCP recordou que os comunistas têm pela frente no imediato «um combate diário, constante, contra as linhas de actuação do Governo e em defesa dos interesses do nosso povo, das várias camadas sociais». Alertou, a propósito, para a necessidade de ter «muito mais actividade em relação à juventude, não apenas em geral, no País, mas aqui, no concelho de Évora, aqui, no Alentejo, com uma

universidade de 4 mil estudantes».

Chamou ainda a atenção para a importância do desenvolvimento do trabalho com os quadros técnicos e intelectuais, lembrando que «no documento aprovado consta um dado essencial para a actividade no concelho, relativamente à composição da população activa; temos números novos: 3500 no sector primário, 6 mil no sector secundário, 12 mil no sector terciário. Isto significa que a parte rural está extraordinariamente diminuída, que a parte do operariado está também muito diminuída, e que são os serviços que têm um papel predominante em termos populacionais no concelho.»

PCP saúda federações desportivas

O camarada Carlos Rabaçal, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, enviou antontem às Federações de Natação e de Halterofilismo, mensagens de felicitações, assinadas em nome do grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva, que aqui reproduzimos.

NATAÇÃO

«O Partido Comunista Português felicita a Federação Portuguesa de Natação, o grupo de trabalho constituído por dirigentes, técnicos e atletas, pelos excelentes resultados obtidos no V Torneio Júnior Multinações disputado em 6 e 7 de Abril na Piscina dos Olivais.

Estamos certos de que as medalhas e outras classificações e os mínimos obtidos para os Campeonatos Europeus de Natação em juniores (Antuérpia), são um bom incentivo para o vosso trabalho em curso com as camadas mais jovens.»

HALTEROFILISMO

«O Partido Comunista Português felicita a Federação Portuguesa de Halterofilismo, seus dirigentes técnicos e atletas, pelos excelentes resultados obtidos pelas selecções masculina e feminina dos XIX Campeonatos da CEE realizados nos dias 5, 6 e 7 de Abril no Pavilhão Paz e Amizade em Loures.

Enviamos uma saudação particular para Élias Rochinha, Eulália Romão e Sara Duarte pela magnífica participação e elevado nível dos resultados desportivos que alcançaram.»



Coimbra prepara discussão e eleição

As comissões concelhias e outros organismos do PCP no distrito de Coimbra estão a ultimar a elaboração do calendário de reuniões para discutir o projecto de resolução política, aprovado na semana passada pela DORC, e eleger os delegados à 2ª Assembleia da Organização Regional, marcada para 19 de Maio e na qual participará o secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas.

Numa nota de imprensa distribuída segunda-feira, a direcção regional do PCP informa ainda que nos próximos dias serão distribuídos aos militantes, além do projecto de resolução política, os restantes documentos preparatórios da assembleia. Os cerca de 350 delegados que nela vão participar deverão discutir os traços principais da luta de massas, os aspectos fundamentais da caracterização política, económica, social e cultural, as tarefas e as propostas dos comunistas para o desenvolvimento da região, a actividade e as tarefas necessárias ao fortalecimento do Partido e ao maior enraizamento do PCP em toda a vida do distrito.

Bragança tem visitas...

«Com frequentes visitas de ministros e secretários de Estado para inaugurações, apresentação de projectos, colóquios, entrega de cheques, etc., numa clara e descarada promoção dos seus candidatos às próximas eleições legislativas», o Governo prossegue no distrito de Bragança uma acção eleitoralista, que contrasta com o «evidente fracasso» da sua política, reflectido nos atrasos na conclusão de vias de acesso, no aumento das dificuldades da lavoura, na desertificação crescente da região.

A acusação é feita pela direcção regional do PCP, num comunicado à imprensa acerca da sua última reunião, sábado passado, em Mirandela. Ainda na análise da situação política e social, a DORBA verificou «a imperiosa necessidade de o PS alterar a sua actuação e comportamento que, a nível local, em muitos aspectos não se diferencia da gestão ruínosa do PSD nas autarquias».

A Direcção da Organização Regional de Bragança discutiu e preparou a visita que Álvaro Cunhal vai fazer ao distrito no dia 20 de Abril. Decidiu ainda, no âmbito da preparação das eleições legislativas, dinamizar as estruturas locais da CDU e iniciar contactos com personalidades da área democrática no sentido de captar o seu apoio para a coligação.



CAMARADAS FALECIDOS

ROSENDO JOSÉ

Membro da Comissão de Freguesia de Coima do PCP, faleceu subitamente no dia 28 de Março o camarada Rosendo José, com 63 anos.

MANUEL SEABRA

Membro do Partido desde antes do 25 de Abril e activista na construção da Festa do «Avante!», faleceu a 30 de Março o camarada Manuel Seabra. Contava 90 anos e fazia parte da organização da Zona Ocidental de Lisboa (Alcântara).

JAIME PEREIRA

Faleceu no passado dia 4 o camarada Jaime Gabriel Pereira. Militante comunista desde a década de 50, foi preso por três vezes pela sua actividade política contra o regime fascista. Tinha 63 anos e era responsável da organização de freguesia do Ramalhal (Torres Vedras).

JOÃO CORREIA

Após longa doença, faleceu no dia 5, em Barra Mansa (Rio de Janeiro), o camarada João Luís Barreto Correia. Nascido há 74 anos no Barreiro, viveu desde muito jovem em Moçambique, onde aderiu ao Partido e teve uma participação activa na campanha de Norton de Matos. Estava organizado na célula do Rio, onde desenvolveu a sua actividade desde que chegou ao Brasil.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Jornadas do PCP em Aveiro Combater a apatia eleger um deputado

Reforçando laços anteriores considerados profundos e produtivos, realizaram-se nos dias 3, 4 e 5 de Abril, umas «Jornadas de Trabalho» envolvendo o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e a DORAV do Partido, iniciativa que decorreu em paralelo com a realização das «Jornadas Parlamen-

ção de S. Paio de Oleiros a Vila, criação da Escola Superior de Enfermagem de Aveiro, gestão unificada da Ria de Aveiro e domínio público marítimo).

Os elementos recolhidos pelos deputados do PCP contribuirão também — para além das já referidas iniciativas relacionadas com a região — para aprofundar

tivo Hospital durante um ano), que será tida em conta numa próxima proposta do PCP sobre esta matéria.

A encerrar as Jornadas, realizou-se uma Conferência de Imprensa, na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho de Aveiro do PCP, na qual participaram, pelo Grupo Parlamentar, os

também uma oportunidade para abordar outras questões. Jerónimo de Sousa referiu, a propósito da realização das Jornadas Parlamentares, entre outras questões, a preocupação com o encerramento prolongado da Assembleia da República, facto que significaria uma limitação da competência parlamentar de fiscalização dos actos do Governo.

Sérgio Teixeira — também da CEN do CC — centrou a sua intervenção nas questões políticas e sociais do Distrito, particularmente as relacionadas com a visita de Cavaco Silva ao Distrito, ocorrida no passado fim-de-semana, visita que classificou de «carácter eleitoralista» visto que a sua «vertente essencial consiste em inaugurações, ignorando a observação e o estudo das realidades mais gritantes no Distrito».

Partindo do exemplo da inauguração do Centro de Juventude em Aveiro, Sérgio Teixeira recordou a realidade da situação juvenil no Distrito — «65% dos jovens que entram no mercado de trabalho fazem-no com vínculo precário; é elevada a taxa de insucesso escolar atingindo os 40% nalgumas zonas; o número de estudantes do Ensino Superior e o número de licenciados é inferior às necessidades; a habitação para os jovens é cada vez mais inacessível».



O interesse dos órgãos de comunicação social pelas Jornadas foi uma constante ao longo dos três dias de trabalho, o que muito contribuiu para que as suas conclusões e propostas chegassem à opinião pública. Na foto, momento da conferência de imprensa realizada no Centro de Trabalho do PCP, em Aveiro

tares» do Grupo Parlamentar do PCP, em Coimbra.

Durante este período, cinco deputados — António Mota, Apolónia Teixeira, Jerónimo de Sousa, José Manuel Maia e Manuel Filipe — acompanhados por diversos dirigentes regionais e concelhios do PCP, participaram em 70 visitas de trabalho ou reuniões com diversas entidades e instituições ligadas à realidade do Distrito de Aveiro, efectuando também iniciativas diferenciadas com órgãos da comunicação social e regional.

As visitas e reuniões tornaram possível uma profunda troca de informação que será certamente enriquecedora do conteúdo das apreciações e das propostas políticas do PCP nas áreas respectivas.

No final daquelas acções realizou-se, em Aveiro, uma reunião entre os deputados e os membros da Direcção Regional do PCP que nelas participaram, na qual se procedeu ao balanço das «jornadas» e se perspectivaram diversas iniciativas na Assembleia da República a propor ao Grupo Parlamentar do PCP.

De entre essas iniciativas, destacam-se uma intervenção para breve sobre as principais questões levantadas na «Jornadas», a elaboração de mais de três dezenas de requerimentos questionando o governo e a administração pública sobre interrogações e dúvidas suscitadas durante as visitas, a elaboração e apresentação de propostas de lei, (eleva-

o tratamento de diversas questões ligadas à sua actividade geral, designadamente as respeitantes aos problemas dos trabalhadores e outras questões sociais. A este respeito, foi destacada a informação referente a acidentes de trabalho em Águeda (1800 acidentes registados no respec-

camaradas Jerónimo de Sousa e António Mota, e pela DORAV, os camaradas Sérgio Teixeira, António Salavessa e José Manuel Amaro.

Para além de permitir desenvolver alguns aspectos relacionados com as Jornadas de Trabalho, a Conferência de Imprensa foi

Chegar à opinião pública

A realização das «Jornadas de Trabalho AR/Aveiro» vieram uma vez mais confirmar a predisposição dos órgãos da comunicação social regional do Distrito de Aveiro para acompanhar e dar cobertura às iniciativas que abordam problemas de âmbito local e regional.

Essa disposição manifestou-se previamente na divulgação das notas do Gabinete de Imprensa da DORAV sobre a iniciativa e também na solicitação, por cinco rádios locais, de depoimentos em directo.

Durante as «Jornadas» os deputados e os membros da DORAV participaram em cinco iniciativas diferenciadas com órgãos da comunicação social — duas entrevistas em directo, um almoço com jornalistas do concelho da Feira e encontro concelhio em Águeda e uma conferência de imprensa final. No conjunto destas acções participaram jornalistas e colaboradores de 21 órgãos da comunicação social, seis dos quais de âmbito regional ou nacional.

30 requerimentos

No final das «Jornadas de Trabalho» foi anunciado que, em seu resultado e entre outras iniciativas parlamentares, serão apresentados na Assembleia da República mais de três dezenas de requerimentos.

A título de exemplo, vejamos o que alguns desses requerimentos perguntarão:

— Vão ou não ser incluídas no Orçamento de Estado de 1992 verbas destinadas aos projectos de recuperação da Ria de Aveiro?

— Vai ou não ser construída — e quando, no caso afirmativo — uma barragem no Vouga a montante do Carvoeiro visando, entre outros objectivos, a resolução a longo prazo dos problemas do abastecimento de água à região de Aveiro?

— Vai ou não ser estabelecida a prática de atribuir à comunicação social regional, particularmente às rádios locais, uma quota parte da publicidade difundida pelos organismos dependentes do Governo, ao contrário do que acontece com o Censo91?

NACIONAL



A construção de escolas é da responsabilidade do Governo, que não as faz; agora quer empurrar a tarefa para as autarquias sem lhes dar, sequer, os meios e recursos necessários para isso...

Escolas à custa das Câmaras

O Governo quer pôr escolas às costas das autarquias. A denúncia é da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS).

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) considera que a proposta do Governo que sugere a candidatura das Câmaras à construção de escolas preparatórias, escolas C+S e pavilhões ginodesportivos, no âmbito do programa comunitário PRODEP ou da OIDPS, é uma forma do «Ministério da Educação não assumir as responsabilidades em matéria de construção de equipamentos escolares».

Uma moção aprovada na Assembleia Intermunicipal da AMDS, realizada no princípio do mês em Santiago do Cacém, alerta para o facto de o «financiamento dos equipamentos escolares, segundo a proposta do

Governo, ser suportado em 70% por Fundos Comunitários e nos restantes 30% pelos orçamentos municipais, quando tais encargos são, legalmente, da inteira responsabilidade da Administração Central».

A AMDS «protesta energeticamente» contra a actualização do Governo, que acusa de pretender construir, sem qualquer dispêndio financeiro, «equipamentos que são da sua inteira e única responsabilidade, à custa dos municípios e dos Fundos Comunitários».

A proposta, afirma a moção, «não se estende ao financiamento da construção de escolas do ensino primário ou pré-escolar», enquanto os autarcas do dis-

trito defendem que, «aquí sim, o Governo deveria, no interesse nacional, apoiar os municípios».

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal também vai pedir ao Presidente da República que declare a inconstitucionalidade do artigo 46.º da Lei do Orçamento de Estado, norma que determina a retirada às autarquias locais de uma percentagem de 0,25% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) em favor das comissões de coordenação regional, para financiamento das despesas com o pessoal técnico dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT).

Os autarcas argumentam em defesa desta sua proposta afirmando que o artigo 46.º da Lei do Orçamento de Estado significa «uma alteração substancial do estatuto das autarquias locais e do regime das finanças locais, sem que ao

menos as Câmaras Municipais tenham sido ouvidas através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses».

«A retenção compulsiva de tais verbas — segundo a AMDS — ofende gravemente os princípios da justiça e proporcionalidade constitucionalmente conformadoras num Estado de direito democrático e subverte o princípio da Lei Fundamental (n.º 3 do artigo 244.º) que postula o apoio do Estado às autarquias, e não destas entre si».

Os 0,25% a retirar do FEF para apoio aos GAT «atinge indiscriminadamente as autarquias locais, beneficiem ou não de um Gabinete de Apoio Técnico»; no entanto, como afirma a AMDS, os municípios da península de Setúbal não integram nenhum GAT, «nem por nenhum deles são beneficiados».

Governo descarrila em Sintra

Enquanto a Comissão de Utentes da Linha de Sintra prepara um Tribunal de Opinião Pública que chame a atenção para o perigo que continua a ser a circulação nesta via ferroviária da Grande Lisboa, a situação continua igual (ou pior)

quase um ano depois das promessas governamentais de actuação imediata: superlotação de passageiros, não cumprimento de horários, acidentes que só este ano já provocaram mais de uma dezena de vítimas (algumas mortais). Quem o

denuncia são as Comissões Concelhias de Amadora e Sintra do PCP, que recordam a recente visita de deputados comunistas a estes municípios onde, num encontro sobre transportes e acessibilidades com diversas entidades, se constatou

que a situação em nada se alterou.

Entretanto são apontados alguns factos a demonstrar a responsabilidade e a incúria do Governo nesta situação: o Plano de Modernização da CP, aprovado em Conselho de Ministros do executivo PSD em 1988, continua a sofrer sucessivos adiamentos, enquanto só foram aplicados 1,9 milhões de contos dos seis milhões de investimentos previstos até 1990; para 1991, dos 5,5 milhões previstos, estão inscritos apenas 2,5 milhões; o Sistema Automático de Velocidade, anunciado e a implementar imediatamente após o trágico acidente ocorrido na Cruz da Pedra, em Maio de 1990, decorridos quase um ano continua como mais uma promessa dum Ministério dos Transportes que é, há 12 anos consecutivos, da responsabilidade do PSD... cujo Governo continua a «descarrilar» em Sintra.



A linha de Sintra continua a fazer dezenas de vítimas por ano, perante a indiferença e as promessas não cumpridas do executivo de Cavaco Silva

Montemor-o-Novo

Dois exposições — «As viagens portuguesas e o Encontro das Civilizações» e «Arte em Montemor-o-Novo nos séculos XV e XVI» — vão estar patentes ao público na biblioteca municipal desta vila alentejana até ao próximo dia 20 de Abril, com o apoio do município e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Já no próximo sábado será a vez do bailado, em Montemor-o-Novo, com o Grupo Ciclograma, no cine-teatro Curvo Semedo, enquanto a «Arte Manuelina» estará em debate no dia 18 de Abril, no auditório da Biblioteca Municipal e numa conferência do dr. Fernando António Baptista Pereira, director do Museu de Setúbal.

Itinerários Principais (IPs)

PCP volta a levantar a questão dos Itinerários Principais (IPs), desta vez no Parlamento Europeu através do deputado Sérgio Ribeiro, que se dirigiu à Comissão das Comunidades questionando sobre as ligações rodoviárias Espanha-Portugal IP-3 e IP-2. A primeira, que liga Viseu, Régua, Vila Real, Chaves — Orense, e a segunda que une Porto, Vila Real, Bragança — Zamora, «foram e continuam a ser motivo de muita propaganda e poucas obras efectivas do Governo» e exigem ligações internacionais com a Espanha que não estão asseguradas no «plano de rodovias» do país vizinho. Preocupado com a situação, o deputado comunista indagou esta comissão sobre o que pretende fazer para que tais ligações sejam asseguradas.

Timor-Leste

Os eurodeputados Barros Moura, Coimbra Martins, Torres Couto e Maria Santos exprimiram, numa declaração à Imprensa, «a sua viva repugnância» pelas declarações do sr. Mário Carrascalão, «governador» de Timor-Leste nomeado pela Indonésia e reproduzidas no jornal «O Público», onde afirma que «não vê possibilidade para aquele território se não a situação de anexação», que «qualquer outra situação seria voltar atrás», que «as Forças Armadas indonésias ajudam a população timorense», etc., etc. Para os eurodeputados tais afirmações são «mais indignas ainda de uma pessoa que passa por ter a nacionalidade portuguesa e que admite, aliás, a ocorrência, no território em foco, de violações dos direitos do homem», e lembram a propósito que «as Nações Unidas reconhecem Portugal, de direito, como potência administrante de Timor-Leste, e a ocupação indonésia como atentória do direito do povo timorense à autodeterminação».

Limpezas e plataformas

Em Lisboa, a Câmara Municipal apresentou obra em grande: em Benfica-Carnide desencadeou a maior operação de limpeza até hoje realizada na capital, onde durante 24 horas se envolveram cerca de 350 homens, 80 carrinhos de lavagem e 40 viaturas diversas de apoio aos meios humanos envolvidos, numa operação que se chamou «Especila» e que incluiu varredura, lavagem, recolha de resíduos sólidos, lixeiras, etc.; junto ao Padrão dos Descobrimentos a edilidade alfacinha, numa cerimónia onde esteve o presidente Jorge Sampaio, o vereador Vasco Franco e o comandante do Regimento dos Sapadores Bombeiros (RSB), coronel João Veiga, apresentou a maior plataforma elevatória do País, que irá reforçar a capacidade de intervenção do RSB.

Sesimbra

Com o objectivo de «aprofundar o conhecimento do trabalho realizado e em curso, apontar estatísticas para o futuro de forma inovadora e simultaneamente crítica», a Comissão Permanente para a Frente Autárquica de Sesimbra junto da Comissão Concelhia do PCP vai realizar no próximo sábado uma «Jornada Autárquica» que inclui visitas às principais obras do Concelho e um debate sobre o trabalho autárquico. No final há encontro com a Comunicação Social.

INTERNACIONAL

CURDOS

Uma vaga de refugiados presa entre dois fogos

Centenas de milhar de curdos — calcula-se que cerca de 2 milhões numa população de 5 milhões — estão a tentar fugir do Iraque.

Na memória, o massacre de Halabja, em 1988, quando Saddam Hussein utilizou armas químicas contra a população desta cidade curda. E nestes dias que passam, a morte pela repressão iraquiana, pelas balas de soldados turcos na fronteira, ou pura e simplesmente de fome e frio nos caminhos da fuga em massa.

O problema curdo vem de longe, mas neste mo-

mento assume carácter particularmente dramático.

Por proposta da França, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução condenando a repressão no Iraque, por dez votos favoráveis, incluindo o da URSS, três contra (Cuba, Iémen e Zimbábue) e duas abstenções (China e Índia).

A resolução 688, assim aprovada, exige que as autoridades de Bagdad ponham fim, «sem demora», a esta repressão. Adianta-se ainda que o Iraque deverá permitir «um acesso imediato das organizações humanitárias internacionais a

todos os que têm necessidade de assistência» no território do país.

Entretanto, um rio humano dirige-se às fronteiras do Irão ou da Turquia (onde aliás, neste último caso, são por vezes recebidos a tiro pelos soldados).

Números oficiais apontam para 300 mil o número de refugiados curdos que entretanto na Turquia e 700 mil no Irão, mas o director do Instituto Curdo de Paris calcula em cerca de dois milhões o número de curdos que tenta fugir do Iraque.

Os alimentos, roupas e medicamentos enviados para as regiões fronteiriças pelas autoridades iranianas e lançados por aviões franceses, britânicos e americanos, correspondem a uma ajuda concreta imediata. Mas é o próprio problema do povo curdo que se coloca com mais premência que nunca, e das consequências regionais de uma tão importante vaga de refugiados.

Há entretanto tentativas de explorar a dramática situação criada, para manobras de poder. É o caso nomeadamente do governo turco — aliás conhecido pela brutal repressão da comunidade curda na Turquia — e que chegou a aventar a hipótese de uma intervenção «terrestre» no Iraque.



Manifestação de solidariedade com os curdos, em Paris

O que naturalmente nada teria a ver com a defesa dos interesses dos curdos.

A realidade social nunca é um processo linear, e é bem possível que a situação criada aos curdos no Iraque venha a reflectir-se de diferentes formas nos outros

países da zona.

De referir, por exemplo, que uma manifestação realizada na cidade de Diyarbakir, no sul da Turquia, contra a política de Saddam, foi brutalmente reprimida.

E enquanto das frontei-

ras turcas fechadas e minadas, partem tiros sobre os refugiados que as tentam atravessar, a comunidade curda da Turquia prepara-se para os acolher, reunindo alimentos e medicamentos apesar das dificuldades económicas.

ÁFRICA

Geografia da fome

Nos próximos meses, grande parte do continente africano irá sofrer de fome, em consequência da seca e das guerras civis que lavram por África.

Face a esta situação, a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO), lança um apelo à ajuda internacional. «A situação alimentar degrada-se rapidamente no Sudão, enquanto o norte da Etiópia está novamente ameaçado de fome. O abastecimento alimentar continua a não estar assegurado em Angola, Moçambique e na Somália, por causa das guerras civis» — afirma a FAO, em relatório especial publicado no fim de Março em Nairobi.

«Numerosos países,

numa África atingida por uma crise económica que tem vindo a agravar-se, não poderão responder à penúria alimentar com importações, e a única esperança é uma ajuda alimentar imediata», sublinha o director geral da FAO, Edouard Saouma. As necessidades em víveres são avaliadas em 5,1 milhões de toneladas, enquanto a ajuda alimentar, em 1989-1990, foi de 2,9 milhões de toneladas.

«A situação alimentar deteriora-se rapidamente no ocidente do Sudão», adverte a FAO. A desnutrição está muito espalhada e os preços dos cereais atingiram níveis recorde. Uma situação dramática que tem levado ao deslocamento das populações, em busca de água e alimentos. O norte

da Etiópia, devastado pela seca e pela guerra, aproxima-se de uma situação em que a fome pode tomar proporções idênticas às de 1984.

Uma realidade que se repete em diferentes países de África, e que se encontra agravada pelas deslocamentos em massa de populações, nomeadamente na sequência de guerras, como é o caso da Somália.

A maioria dos países do sul de África tiveram este ano uma produção agrícola inferior à média. A produção deverá declinar no Lesoto, em Madagascar, na África do Sul e na Zâmbia.

A norte do continente, os países mais atingidos são o Tchad, a Mauritânia e o Níger.

EUA

Desemprego e recessão

É muito cedo ainda para discernir as possíveis consequências económicas, para os EUA, da guerra que Washington conduziu, de facto, no golfo. Mas é fora de dúvida que o factor económico jogou no desencadear desta guerra.

O objectivo seria ultrapassar o relativo declínio americano, no plano económico e financeiro, face ao desenvolvimento do capitalismo alemão e japonês, nomeadamente através do reforço do domínio de uma região que concentra dois terços das reservas mundiais de petróleo.

A verdade entretanto é que, entre as pretensões e as realidades, vai muitas vezes um abismo.

É possível que o capitalismo norte-americano venha a ganhar algo do seu reforçado domínio político-militar na zona do Golfo. Mas a crise, e concretamente a recessão, já vem de trás, e tem a ver com a dinâmica interna da economia americana, a sua interacção com as economias dos países capitalistas desenvolvidos. Crise com custos sociais em geral ignorados.

Em Janeiro passado, o governo americano divulgou que o desemprego tinha atingido os 6,1% em Dezembro de 1990, depois da mais significativa redução, num trimestre — desde 1982 — do número de pos-

tos de trabalho. Mais de meio milhão.

Então o governo de Washington anunciou também que as encomendas das empresas diminuíram de 5,9% em Novembro de 1990, nomeadamente nos sectores automóvel, aeronáutico, construção e serviços.

A supressão de postos de trabalho atingiu praticamente todos os ramos da economia.

A indústria perdeu cerca de 33 000 postos de trabalho, a posterior criação de 22 000 empregos no ramo automóvel (ligada à reabertura de algumas fábricas anteriormente encerradas) poderá ser temporária, face à queda que se regista nas encomendas neste sector.

No sector do comércio, foram suprimidos 48 000 postos de trabalho em três meses, e a grande cadeia de lojas «Sears, Roebuck & Co» anunciou a supressão de mais 21 000 postos de trabalho, o que corresponde a 10% dos seus efectivos.

De referir que a Comissão para as estatísticas do trabalho informou que o número oficial de pessoas que desistiu de procurar um emprego atingiu, em dois anos, 941 000. Trata-se de pessoas que não recebem nenhum subsídio, na sua maioria mulheres. Segundo os sindicatos, o seu número é ainda muito mais elevado.

Escravatura, hoje

A guerra veio trazer ao conhecimento público um facto praticamente ignorado, e que os números por si só traduzem, sem necessidade de comentários suplementares. Antes da ocupação havia 700 mil koweitianos numa população de 2,1 milhões. Palestinos, egípcios e asiáticos faziam os trabalhos mais duros, e nomeadamente, serviam as famílias koweitianas.

Com estas proporções difícil será encontrar situação idêntica, mas o problema está bem longe de ser exclusivo do Koweit. Os factos indicam que na Grã-Bretanha, por exemplo, a existência de criados do terceiro-mundo, desprovidos de quaisquer direitos, assume dimensões preocupantes.

A partir de 1980, a lei sobre a imigração deixou de permitir a concessão de au-

torizações de trabalho aos estrangeiros que queiram trabalhar como empregados domésticos, o que significa a recusa de qualquer estatuto de imigrante.

«Trata-se sobretudo de mulheres. Com frequência tiram-lhes o passaporte, e privam-nas dos seus direitos elementares, colocando-as numa situação de virtual escravatura», afirma a Kalayan, uma associação que luta pelos direitos humanos e o bem-estar.

Esta mesma associação registou 600 casos de abusos sobre empregadas domésticas (actos ou tentativas de violação, abusos sexuais e físicos). As vítimas são na sua maioria filipinas. Outras são provenientes da Índia, Sri Lanka, Nepal, Marrocos, Indonésia.

Alguns dos testemunhos são impressionantes. Os maus tratos passam por pancada, privação de ali-

mentos ou serem obrigadas a dormir no chão. Quando já não suportam mais tal situação e fogem, arriscam-se a ser expulsas. Porque se o seu visto não é renovado pela entidade empregadora, passam a ser consideradas pela justiça como criminosas.

Em Março passado, vários grupos que lutam contra a escravatura lançaram uma campanha de informação. Objectivo: pôr em evidência a difícil situação dos empregados domésticos e fazer pressão sobre o governo britânico para que altere a lei de forma a que estes possam mudar de patrão e reivindicar os seus direitos.

Uma exigência que é recusada pelo governo britânico.

Na opinião de Kenneth Baker, secretário de Estado, «permitir aos traba-

lhadores mudar de trabalho depois da sua chegada, poderia minar o nosso sistema e abrir o mercado britânico a um afluxo de trabalhadores não qualificados. Isso poderia ser contrário aos nossos objectivos de controlar a imigração. Um trabalhador doméstico está exactamente na mesma situação que os outros trabalhadores estrangeiros que têm uma autorização de trabalho e são admitidos apenas no quadro de um trabalho específico para um determinado patrão».

Uma posição denunciada por Lord Hylton, defensor dos direitos dos empregados domésticos, que considerava uma vergonha «uma nação que reivindica o respeito dos direitos do Homem mas contenta-se com o papel do espectador quando, aqui mesmo, seres humanos são tratados como escravos».

O Movimento de Paz no pós-guerra

Finda a guerra, o movimento pacifista prossegue, em novas bases, a sua acção para a profunda alteração nas relações internacionais e na convivência entre os povos — que mais que nunca se impõe.

A convite de deputados comunistas, socialistas e Verdes da Assembleia de Estrasburgo, reuniram-se, em Março, em Bruxelas, representantes de 85 associações, provenientes de 26 países, da Europa, dos Estados Unidos e do Médio Oriente. Objectivos desta reunião — as lições a tirar do conflito e as perspectivas que se abrem.

Primeira preocupação partilhada: exigir a verdade sobre as vítimas civis e militares. O presidente do Crescente-Vermelho argelino, Dr. Belaouane, que esteve no Iraque quando os bombardeamentos estavam no máximo da sua intensidade, denunciou os horrores para as populações civis do que foi apresentado

como uma «guerra cirúrgica», e afirmou que o embargo e a guerra têm provocado um grande aumento da mortalidade infantil.

Um outro tema de debate foram as consequências da guerra no ambiente, na Natureza. Seis milhões de barris de petróleo estão a arder diariamente no Koweit. Em consequência da nuvem de fumo assim formada a temperatura é inferior à normal em 10-15 graus. Os efeitos climáticos poderão agravar-se e ampliar-se nos próximos meses, quando a nuvem se elevar na atmosfera.

Para fazer um balanço, o mais rigoroso possível, das consequências da guerra, uma missão de deputados europeus e de especialistas foi incumbida de ir ao Golfo.

De imediato, foram consideradas questões urgentes — o auxílio humanitário ao povo iraquiano, a solidariedade com o povo curdo do Iraque e com os palestinianos perseguidos no Koweit.

O encontro de Bruxelas permitiu também chegar a conclusões convergentes no que se refere às condições para uma paz durável no Médio Oriente, que passa, por um lado, por uma conferência internacional de paz sobre o Médio Oriente,

por outro por um controlo eficaz das vendas de armas e uma acrescida vigilância quanto às tentativas de relançar, a coberto da guerra entretanto terminada, a corrida aos armamentos e aumentar os orçamentos militares.



O movimento pacifista, que se desenvolveu particularmente no período que antecedeu a guerra, entra agora numa nova fase, exigindo justiça para que a paz seja possível

O Apelo dos Cem

«No Médio Oriente, a guerra do Golfo vem lembrar ao mundo inteiro os perigos herdados da lógica do sobre-armamento» — sublinha-se no documento do «Apelo dos Cem», movimento pacifista francês, que está a organizar uma série de iniciativas que deverão culminar em manifestações, no próximo dia 2 de Junho,

por uma «nova ordem da paz».

Perigos particularmente evidentes: «a acumulação das mais sofisticadas armas, numa região de fractura do mundo, teve consequências mortíferas. Nenhuma dissuasão foi possível opor à violação do direito internacional pelo Iraque. A crença nas virtudes das ar-

mas e das estratégias militares, as vontades de hegemonia, reduziram a zero todo o esforço de negociação. As populações não tiveram o direito à paz; a guerra em si levou a novas violações dos mais elementares direitos humanos».

O que é hoje lutar pela paz?

Para o Apelo dos Cem,

«Ganhar e construir a paz, hoje, é desarmar; é destruir armas e não mudá-las de local; é organizar o diálogo onde se exacerbam as tensões; é realizar um acordo para uma estrita regulamentação, um controlo rigoroso, mesmo uma interdição do comércio de armas e reduzir a sua acumulação.

É destruir em toda a parte as armas de destruição massiva e os vectores, tornar impossível a proliferação das armas nucleares, químicas, bacteriológicas, o que implica a perspectiva de uma renúncia à lógica da dissuasão nuclear e aos seus instrumentos. É voltar a dar à ONU, de acordo com a sua Carta, a possibilidade de organizar a paz, sem qualquer tutela, através de um desenvolvimento da cooperação entre países ricos e países que lutam pela sobrevivência, por uma distribuição mais equilibrada das riquezas mundiais. É abrir o diálogo entre as culturas que os povos construíram ao longo da sua história, para que elas possam servir, não mais de justificação para guerras e confrontos, mas como instrumentos de compreensão e de enriquecimento mútuo. É permitir finalmente que os povos das diversas regiões do mundo possam decidir em conjunto do seu futuro comum, no respeito das suas diferenças, sobre a maneira mais justa de valorizar os seus territórios e as suas riquezas, preservando o meio ambiente».

NAMÍBIA

Cultura e identidade nacional

Um ano depois da conquista da independência, a Namíbia avança pelos caminhos da construção nacional, também em domínios em geral escamoteados, como os da cultura e da criação de uma identidade nacional.

Identidade nacional a formar a partir de uma variedade de culturas, que passa pela existência de 11 diferentes grupos étnicos, e engloba ainda as culturas alemã, inglesa e africânder.

Neste quadro, uma das tarefas a defrontar pelo governo actual é criar elos de unidade entre os diferentes grupos culturais, tanto mais quanto, na opinião do actual ministro namibiano da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Nahas Angula, «a cultura tem um grande papel a desempenhar nas nossas políticas de reconciliação nacional».

Muito trabalho está a ser desenvolvido nesta área.

«Estamos a trabalhar para que as pessoas sejam capazes de partilhar a variedade das suas experiências culturais — diz Nahas Angula — por exemplo,

juntando gente do campo e da cidade, gente de diferentes culturas, para que possam falar entre elas e alcançar uma melhor compreensão e apreciação do passado, para se tomarem iniciativas culturais.

«Também estamos a estimular a formação de grupos culturais, tais como de bailarinos tradicionais, grupos musicais, grupos de arte e demais forças de expressão cultural. Criou-se um centro de artesanato onde os diferentes grupos culturais podem adquirir uma melhor compreensão e apreciação das diversas culturas.

«Temos ainda um teatro nacional das artes que é predominantemente branco, mas que agora está a mudar, porque os negros começam a interessar-se por ele. O teatro das artes está a tentar estender-se às áreas rurais para aproveitar o seu potencial.

«Estamos assim a tentar integrar a variedade de todas estas iniciativas num único programa nacional», conclui o ministro.

PORTUGAL-CUBA

No próximo dia 18 de Abril realiza-se a tomada de posse dos novos corpos gerentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba, seguindo-se-lhe um beiberete. Celebrar-se-á também a vitória de Giron.

PTA TEM MAIORIA

O Partido do Trabalho Albanês (PTA) alcançou mais de dois terços dos 250 lugares do Parlamento, e a principal força da oposição, o Partido Democrático, ficou com 75 deputados. O voto maioritário nos comunistas foi particularmente o voto camponês, que corresponde a 65 por cento do eleitorado. A oposição obteve posição maioritária em muitos centros urbanos, nomeadamente na capital.

O novo Parlamento vai reunir-se pela primeira vez no dia 15. Segundo a televisão albanesa, a convocação urgente do novo parlamento deve-se «à situação económica e à crise política». De lembrar o ambiente de tensão que nestes dias se tem vivido no país, em particular depois da repressão da manifestação de Shkoder, de que resultaram quatro mortos. Foi nomeada uma comissão especial para investigar os incidentes.

INSTABILIDADE NA URSS

A situação na União Soviética continua a ser marcada pela instabilidade, enquanto o descontentamento popular gerado, em particular, pela situação socioeconómica, é aproveitado por quem nada terá a ver com a defesa dos interesses populares.

Prossegue o movimento grevista, embora o primeiro-ministro soviético, Valentin Pavlov, tenha aceite, enquanto «solução de compromisso», duplicar os salários dos mineiros em greve, até ao fim do ano. Os mineiros serão ainda, tal como os outros trabalhadores, compensados financeiramente pelos aumentos de preços decorrentes da reforma económica.

Os mineiros continuam entretanto a agitar reivindicações de carácter político — que passam pela exigência de demissão de Gorbachov — e que não parecem alheias às pretensões de poder alimentadas por Boris Ieltsin.

VIOLÊNCIA NA ÁFRICA DO SUL

O Comité Nacional Executivo do Congresso Nacional Africano (ANC) reuniu de emergência, na sequência de dois massacres sucessivos em Alexandra (45 mortos). Em debate, o estado das reformas políticas no país e a proposta do dirigente do Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, de constituição de uma troica, envolvendo este partido, o ANC e o presidente De Klerk, que teria como objectivo o combate à violência que já fez inúmeras vítimas.

De lembrar que, em declarações comuns, o ANC e o Inkhata concordaram em que os confrontos e massacres que se têm registado ultrapassam as motivações étnicas.

Já depois da reunião do órgão dirigente do ANC, pelo menos mais seis pessoas foram mortas nos ghettos negros dos arredores de Joanesburgo.

NEONAZIS ALEMÃES

Aproveitando o primeiro dia da isenção de visto, dezenas de milhar de polacos atravessaram as fronteiras com a Alemanha no passado dia 8. E foram, nalguns casos, vítimas de actos de agressão por parte de grupos de neonazis.

A isenção de visto resulta de um acordo assinado entre o governo de Varsóvia e seis países da CEE (Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália), que dá direito aos cidadãos polacos de permanecerem nestes países até três meses.

Os grupos de neonazis — neutralizados posteriormente pela polícia — atacaram sobretudo os turistas polacos que se deslocavam em camionetas.

Entretanto o Sindicato da Construção Civil alertou para os projectos de alguns empreiteiros de contratar ilegalmente trabalhadores polacos, que assim ficariam sem quaisquer direitos.

FOME EM MOÇAMBIQUE

Calcula-se em cerca de 1,1 milhões de toneladas o défice de alimentos em Moçambique, fundamentalmente provocado pela seca.

Nas províncias de Manica e de Sofala, no centro do país, mais de 70 por cento das culturas estão dadas como perdidas devido à seca.

A situação é ainda agravada pela falta de segurança devida aos ataques da Renamo. O corredor de Tete, a principal via de abastecimento desta região, está praticamente encerrada ao tráfego, na sequência dos ataques da Renamo a comboios e viaturas e que fizeram, desde o início do ano, mais de 50 mortos.

Guimarães, berço da nacionalidade, com os seus actuais 160 mil habitantes, foi no último domingo ponto de encontro de cerca de 300 participantes de uma das mais animadas jornadas do PCP sobre o Sector Têxtil.

No belo salão de festas da Sociedade Martins Sarmento, com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, a sessão de Guimarães presidida por Emídio Pinto, da CEN do CC, teve a representação partidária dos principais centros da indústria têxtil nacional: Braga, Porto, Lisboa, Castelo Branco, Setúbal, Guarda.

Comunicações de grande interesse, reveladoras de um profundo conhecimento das situações, foram trazidas ao debate, a que um Documento Base de que publicamos extractos, incidindo sobre os difíceis problemas actuais da indústria, forneceu o preocupante quadro geral de uma actividade que nos três subsectores do Têxtil (Fiação, Tecelagem e Vestuário) de que 20,3 por cento do total das empresas é responsável por 76,1 por cento das exportações da indústria transformadora do País.

António Lopes, da CEN do CC, expôs os objectivos do debate, a que assistiram e participaram como convidados estrangeiros uma representante qualificada da Federação Têxtil das Comissões Obreras de Catalunha e um membro do gabinete do Partido Comunista Francês no Parlamento Europeu e com intervenções de particular interesse os deputados do PCP à Assembleia da República, Ilda Figueiredo e José Manuel Mendes, e do Parlamento Europeu, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro.

Um quadro sombrio e documentado

Os diversos intervenientes no debate, entre os quais destacados dirigentes do movimento sindical unitário, trouxeram ao encontro o quadro sombrio da situação económica e laboral da indústria têxtil do País, em alguns casos com profundas incidências no plano social e no desenvolvimento das regiões, onde se situam, com particular agudeza na populosa região do Vale do Ave onde estão implantadas algumas das maiores empresas do sector.

Os participantes denunciaram com vigor a política do governo que dispõem de importantes subsídios da Co-



Jornadas sobre o Sector Têxtil

Os fenómenos de centralização e concentração de capitais são acompanhados por uma grave descapitalização das empresas e pela degradação social.

É esclarecedor o facto de apenas 15 das maiores empresas terem tido em 1990 um volume de negócios de 108,8 milhões de contos enquanto as 15 maiores do Sector das Pequenas e Médias Empresas tiveram apenas cerca de 20 milhões de contos.

Aumenta o desemprego (só no Vale do Ave os números oficiais, que não merecem crédito e são claramente deformadores da realidade, apontam para mais de 4 mil desempregados), cresce o trabalho precário, à hora e à

peça, alastra o trabalho infantil e ao domicílio, desenvolve-se a contratação ilegal por grandes empresas, em especial das multinacionais, de pequenas unidades, a economia paralela e subterrânea assume já expressão de vulto.

Reaparece, por outro lado, em escala preocupante a chaga dos salários em atraso.

A COELIMA em situação de falência

O caso da COELIMA - a quarta maior empresa do sector têxtil, empregando mais de 2 mil trabalhadores - foi particularmente salientado. Devido à má gestão e actos irregulares da administração

da empresa, aos pesados encargos da Banca e outros a COELIMA encontra-se em condições de falência técnica.

Dois operários da empresa trouxeram ao Encontro, com todo o seu dramatismo, a grave situação dos trabalhadores na COELIMA, uma empresa paradigma da re-

gião, cuja situação de pré-falência é um factor de depressão nos meios laborais da região. Os salários de Fevereiro estavam por pagar em fins de Março, apenas 10 contos foram pagos a cada trabalhador.

O desfile de protesto de mais de 3 mil trabalhadores têxteis da região, em 26 de

Jornadas sobre o sector
Têxtil
Modernizar e desenvolver
EXISTE ALTERNATIVA! PCP



A política governamental conduziu à crise um sector que representa 28% do emprego da indústria transformadora

Março desde a sede da COELIMA em Pevidém até Guimarães, ao Ministério do Emprego, constituiu uma impressionante manifestação de descontentamento e solidariedade dos trabalhadores do Vale do Ave.

António Lopes abordando as consequências regionais da nascente crise do sector

têxtil pôs em relevo a caracterização a que o Vale do Ave, onde se encontram cerca de 40 por cento do emprego e 45 por cento do Valor Acrescentado da indústria têxtil, tem sido submetido e desviado para fins diversos do desenvolvimento do sector industrial dominante.

O trabalho infantil, em violação da lei, é um fenómeno em crescimento.

Uma professora da região apontou causas e consequências da elevada taxa do insucesso escolar. Mais de 25 por cento das crianças saem sem habilitação primária, chegam à escola já marcadas pelas

carências sociais para o insucesso, que atinge na região as taxas mais elevadas do continente e é um incentivo à exploração do trabalho infantil. O desemprego dos pais e a exploração da mão-de-obra barata dos filhos nas condições mais degradantes são duas faces do mesmo problema.

O ministro Mira Amaral, falando em 22 de Março, na Comissão Coordenadora da Região Norte, negou a existência da crise silenciando as responsabilidades do governo e as visíveis e indimentáveis manifestações de miséria na corda do Ave. Por seu lado, Cavaco Silva, passando em silêncio a incúria do governo e a sua política fomentadora do enriquecimento e dos gastos sumptuários de alguns e do empobrecimento de muitos, atribuiu há poucas semanas a situação do Vale do Ave ao «novo riquismo» de certos empresários, deixando na sombra o fundo do problema e as suas próprias responsabilidades.

Quanto pobres para fazer um rico?

A intervenção final de Carlos Carvalhas - que foi o relator do Parecer aprovado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial do Parlamento Europeu em 22 de Novembro de 1989 - denunciou a política do governo, que promete um financiamento de 450 milhões de contos mas nada faz de prático para o promover.

Apontou como uma das causas mais fomentadoras da má situação económica e financeira as elevadas taxas de juro que agravam a vida das empresas e estão na base do aumento de 100 por cento dos lucros da Banca em plena febre da privatização.

Fustigando as desigualdades e injustiças sociais deixou a significativa interrogação: «Quanto pobres são necessários para fazer um rico?»

Apontou no final que a primeira medida para sanear as dificuldades e a crise da indústria têxtil é derrotar nas legislativas de Outubro, o PSD e o seu governo e toda a direita e pôr em seu lugar um governo democrático com uma política democrática que vá ao encontro dos problemas que angustiam o país e agravam a situação dos trabalhadores.

O PCP aponta soluções

A modernização e reestruturação da indústria têxtil deve ter como objectivos inseparáveis, a defesa e valorização económica do sector, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e o desenvolvimento das regiões onde mais fortemente se concentra. A concretização de tais objectivos não é possível com uma política que, no plano externo e interno, os subalterne e sacrifique a interesses económicos que lhes são alheios, aos interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros.

O não aproveitamento da conjuntura económica favorável que beneficiou Portugal, nos últimos anos, para se proceder à necessária modernização e reestruturação do sector, a par das consequências negativas da política desenvolvida até agora pelo Governo, torna hoje mais custoso e complexo esses processos. A maior proximidade da integração plena na CEE, a aproximação do Mercado Único e o fim do Acordo Multifibras colocam questões de tempo de eficácia executiva as propostas e medidas a serem consideradas para a modernização e reestruturação do sector. O custo e complexidade do processo não podem servir hoje de argumento para justificar o que não foi feito, limitando-se o alcance e objectivos da sua necessária modernização.

Modernização e reestruturação do sector

No quadro dos objectivos definidos, constituem linhas de orientação básica para a modernização e reestruturação do sector:

— A defesa da capacidade produtiva da indústria têxtil e da sua cadeia vertical de produção, com a correcção dos actuais desequilíbrios existentes entre subsectores;

— O melhoramento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, não aceitando quaisquer medidas que procurem fazer pagar aos trabalhadores os custos sociais e económicos da modernização e reestruturação do sector. O que significa não só dar cumprimento a um imperativo de justiça social, como constitui um factor determinante para a modernização e reestruturação da indústria têxtil, obstaculizando a que a sua competitividade prossiga (o que não será possível a médio prazo) sustentada nos baixos salários e sobreexploração dos trabalhadores;

— Assegurar a participação activa dos trabalhadores, não só na elaboração de propostas e medidas mas no seu acompanhamento, aplicação e concretização aos diferentes níveis da execução nos planos de modernização do sector. O respeito pelos direitos dos trabalhadores e a garantia do seu efectivo exercício constitui parte integrante desta política e implica a rejeição e combate a todas as formas de sobreexploração e traficância de mão-de-obra.

Modernização e reestruturação da indústria têxtil

No contexto das linhas de orientação básica anteriormente definidas, constituem principais objectivos e medidas para a modernização e reestruturação da indústria têxtil:

— O aumento da produtividade e qualidade da produção e da sua competitividade em preço e qualidade, através do melhoramento técnico e tecnológico das empresas da sua organização, gestão e métodos, da qualificação e formação profissional, do desenvolvimento da investigação científica, da inovação do «design» e qualidade.

— A definição de medidas económicas e financeiras que combatam a descapitalização e as transferências de valor acrescentado para outras áreas ou sectores, promovendo e favorecendo o investimento e o auto-investimento no sector. O apoio financeiro e económico, acompanhado por medidas de controlo, às empresas em dificuldades que, pelas suas potencialidades económicas e importância social, devem ser viabilizadas. A criação de condições de crédito que facilitem a modernização técnica e tecnológica das empresas. O combate à economia subterrânea e paralela e a todas as suas expressões e manifestações ilegais. O combate à fraude, à corrupção, às fugas ao fisco e à descapitalização criminosa das empresas.

O documento base das jornadas sobre o sector têxtil constitui um valioso contributo para o estudo e conhecimento das realidades do sector. Analisando a situação do ponto de vista económico, social e político, o documento salienta os traços essenciais da evolução do sector após a adesão de Portugal à CEE, define e critica as causas de uma situação que se tem vindo a agravar, atribuindo graves responsabilidades à política do Governo na matéria. O documento adianta ainda as grandes linhas para um Programa de Modernização e Reestruturação da Indústria Têxtil que, dado o seu interesse e actualidade, aqui publicamos.

— No plano comercial, o apoio à promoção e valorização dos têxteis portugueses. A diversificação das exportações portuguesas e a procura de novos mercados. A criação de cadeias portuguesas, com extensão internacional, de comercialização própria. Criar instrumentos e formas de combate às práticas de «dumping» e contrafacção.

— No plano social, o crescimento real dos salários em todo o sector, a redução do horário de trabalho para as 40 horas, a criação de melhores condições de higiene, segurança, medicina e ambiente no trabalho, o combate a todas as formas de precarização dos vínculos contratuais, de sobreexploração e traficância de mão-de-obra (mão-de-obra infantil, trabalho ao domicílio e à peça, etc.), o livre exercício de liberdades e direitos sindicais. Impõe-se como questão essencial a consumação da derrota do Pacote Laboral.

— No plano do aproveitamento dos recursos humanos deve procurar-se a sua valorização, designadamente no que se refere à experiência adquirida, mas também à formação profissional tendo em conta a necessária diversificação produtiva, a reconversão e as novas actividades económicas a instalar e a desenvolver.

— No plano regional, a implementação de uma verdadeira política integrada de desenvolvimento, no quadro da criação de Regiões Administrativas, da participação das Autarquias Locais e de todas as forças políticas e sociais, que asse-

gure e promova o desenvolvimento equilibrado e harmonioso das regiões. No domínio do ensino, o combate ao analfabetismo e ao insucesso escolar e ao abandono prematuro desta, ligando o ensino às necessidades de desenvolvimento e de acordo com as conquistas da ciência, da técnica e da cultura. No domínio da saúde, o alargamento da rede de cuidados primários, melhorar a qualidade, aumento e oferta dos cuidados diferenciados, a assistência hospitalar, a melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho. No domínio das infra-estruturas básicas, satisfazer os elevados défices existentes, dotando estas regiões das estruturas de saneamento e abastecimento de água, indispensáveis ao bem-estar e qualidade de vida das populações. No domínio de defesa do ambiente, assegurar a articulação necessária entre a construção das ETARs com «um programa de medidas e regras primárias ao nível das empresas e das principais fontes poluidoras, de neutralização, regularização e reposição de efluentes, a recepção de produtos, a contenção de restos, etc.»

No domínio económico, uma política de diversificação industrial que tenha em conta o aproveitamento da capacidade produtiva instalada, a interligação do sector têxtil com outros sectores da indústria transformadora, nomeadamente a metalomecânica para a produção de equipamentos e a indústria química quanto à produção de fibras artificiais e sintéticas. Uma política de diversificação e de reconversão deverá respeitar os interesses de desenvolvimento da região nomeadamente através do perfil produtivo a instalar. Igualmente a dinamização e modernização da agricultura, do comércio e serviços envolventes do sector têxtil.

Política externa

No plano da política externa, constituem linhas fundamentais as propostas já apresentadas pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu:

— Uma estratégia de apoio à modernização da indústria têxtil nas regiões comunitárias em dificuldades, através de apoios específicos à criação de empregos e à formação profissional do reforço do Programa Brito (política de modernização), da melhoria das infra-estruturas e, no caso particular de Portugal, dado o peso relativo desta indústria, o financiamento e o apoio técnico a um estudo de avaliação da indústria têxtil portuguesa (que estará em andamento) e a criação de um programa específico de financiamento à reestruturação e modernização desta indústria desde 1991.

A Esquerda não embarca

É uso antigo, até agora não alterado por nenhuma nova ordem, que a seguir a uma guerra se sigam os ajustes de contas. Assim se passa no que respeita à guerra do Golfo. Neste ano de 1919, em Versailles... perdão, neste ano de 1991, em Nova York, na Sede da ONU, os vencedores ditam as suas condições ao vencido. Condições as mais humilhantes, diga-se, e contra as quais apenas se ergueu a voz frontal, corajosa e digna de Cuba.

Por todo o mundo os belicistas vencedores (que, por acaso, são também quem domina a maior parte dos órgãos da comunicação social) sentenciam os derrotados pacifistas e tentam impor-lhes as suas conclusões, as suas análises, a suas verdades absolutas. A comunicação social, grande derrotada nesta guerra, e sem dúvida mais humilhada do que o próprio Sadam Hussein, continua a mirar-se ao espelho e, pelos vistos, a deliciar-se com o que vê. Após ter cumprido o papel que Bush e os seus conselheiros lhe destinaram na monumental lavagem de cérebros, prossegue o seu percurso dentro das baías traçadas pelos estrategos da «miséria comunicacional» que se traduziu num dos períodos mais negros da história da informação no mundo.

A «lei do silêncio» continua. E esta é, sem dúvida, uma das mais terríveis consequências desta guerra.

O ajuste de contas com os pacifistas faz-se não só silenciado-os mas também tentando impor-lhes as conclusões dos vencedores.

É o que pretende fazer, reconheça-se que desajeitadamente, o «Público» no recente suplemento sobre «A Esquerda depois da Guerra». Título enganador como terá verificado quem se tenha dedicado à leitura das seis páginas de prosa produzidas.

Apenas um artigo, assinado pelo director do «Público», falava do pós-guerra, ditando a sentença à derrotada «esquerda pacifista» e decretando o seu comportamento futuro. O texto de V. J. Silva, afundamentado e axiomático, não surpreende. Sabendo que o autor se vem desunhando desde Janeiro na tentativa inglória de demonstrar, primeiro, a inevitabilidade e a bondade dos bombardeamentos; depois, a inevitabilidade e a necessidade imperiosa da ofensiva terrestre; e, sempre, a inevitabilidade de essa ofensiva não parar no Kuwait — porque, dizia ele, a «lógica da guerra» conduziria inevitavelmente à destruição total do regime iraquiano e à captura de Saddam» (apesar disso não constar do mandato da ONU, como muito bem assinalava..., sem se aperceber ou, o que é pior, apercebendo-se, do significado de tal afirmação).

É claro que no momento actual «a lógica da guerra» passou a ser outra e V. J. S. parece conformado e procura novas «lógicas». No que não está sozinho mas também não estará bem acompanhado: também Schwarzkopf queria dizimar o exército iraquiano «até ao último soldado» e agora está em vias de passar a director geral da Chrysler. Seguindo o rasto de Schwarzkopf, V. J. S. bebeu em fonte errada: os cérebros políticos que decidiram e dirigiram esta guerra são muito mais argutos do que o conhecido general e o director do «Público». Kissinger escreveu, em Janeiro, que o equilíbrio na região obrigava os EUA a encontrar uma solução que não deixasse o Iraque de Saddam demasiado forte mas que também não o deixasse demasiado fraco. A bom entendedor meia dúzia de palavras bastam e os curdos que o digam...

A referência de VJS ao slogan que, segundo ele, foi «dos mais agitados» pelos pacifistas («NÃO MAIS VIETNAMES») carece de rigor. Bastar-lhes-ia ler as reportagens do jornal de que é director sobre as manifestações pacifistas para ver que não foi assim e que, portanto, a afirmação que é ponto de partida da sua teorização é falsa. Trata-se, talvez, de confusão. Quem muito falou do Vietnam foi Bush e os seus comandos militares que desde muito cedo disseram que, desta vez, não iriam perder a guerra da opinião pública. Daí o esforço (totalmente conseguido) de colocar a maior parte da comunicação social ao serviço dos seus objectivos belicistas, mascarando toda a brutalidade e violência da «guerra relâmpago» (que VJS tanto enaltece), escondendo o assassinato de dezenas de milhar de pessoas, a destruição total de dois pequenos países.

Os slogans dos pacifistas eram outros e o mais gritado de todos foi, como VJS deveria saber, «Não à guerra, sim à Paz», o que queria dizer: procure-se uma solução pacífica, suspenda-se o bombardeamento injustificado e criminoso. Porque, como toda a gente infor-

mada sabe, a solução pacífica era possível se aos EUA não interessasse, acima de tudo, a guerra.

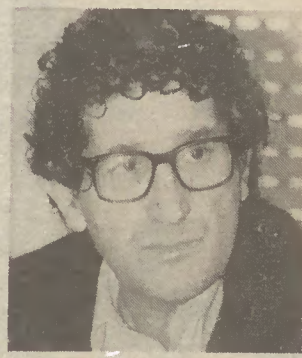
Lamentavelmente, o «Público» pela pena do seu director (e não só) persiste na sua visão maniqueísta no que toca à apreciação das posturas da «esquerda europeia» face à guerra.

De um lado, «esquerda intervencionista» (curiosa expressão) — adulta, lúcida, sintonizada com as novas realidades europeias e mundiais e nelas integrada, iluminada e luminar, que tudo viu e tudo previu, liberta do antiamericanismo primário e racista, liberta de todos os fantasmas (e comprovando-o com uma lasca de tijolo do Muro na estante da sala e com profissões públicas de fé no ideal americano); uma «esquerda intervencionista» que se apresenta agora, de camuflado e de Patriot na algibeira, como vencedora implacável, fazendo valer os direitos que lhe advêm da sua «intervenção pragmática» na sagrada batalha de repor o respeito pelo «direito internacional» e pelos «direitos humanos» ali onde eles não existiam e é suposto que agora tenham passado a existir: no Iraque e no Kuwait mas também na Arábia Saudita, na Turquia, no Egipto, em Israel...

Do outro lado a «esquerda pacifista» que é o contrário de tudo o que acima é dito e pior ainda: que não entendeu nem entende nada, que confundiu o Golfo como Vietnã, que confundiu EUA com potência agressora, que confundiu a intervenção no Golfo com acto de arrogância colonial visando a apropriação do petróleo e a instalação dos EUA na região; enfim, uma esquerda presa de fantasmas vários e que nem sequer conseguiu ainda libertar-se do maior de todos esses fantasmas (que é, como se sabe, o Muro de Berlim) por não ter compreendido o verdadeiro significado da queda do dito.

A sentença decretada contra a esquerda pacifista e, como se vê, impiedosa. Derrotada ela teria que, segundo VJS, adaptar-se às novas realidades e, pragmaticamente, aceitá-las como boas. VJS utiliza assim a razão da força como se manipulasse a força da razão.

A «lei do silêncio» continua. E esta é, sem dúvida, uma das mais terríveis consequências desta guerra



José Casanova
Membro da Comissão Política
do CC do PCP

Desnorteada, porventura atormentada por complexos problemas de consciência, a «esquerda intervencionista» está colocada numa situação difícil. Enredada na teia do «labirinto dialéctico» onde teceu as suas teses belicistas, perdeu decisivas referências temporais, aproximou-se perigosamente do gendarme vencedor com a ilusão de que o sentido dessa aproximação era o inverso... E, como já se disse, não ganhou a confiança do gendarme e muito menos o «direito» de lhe exigir que a ajude a mudar o Mundo. Por outro lado perdeu a confiança (ou ganhou a desconfiança) daqueles que revelaram continuar dispostos a tudo fazer para que o Mundo mude.

O ataque aos pacifistas retomado pelo «Público» tem a forma e o conteúdo do ovo da serpente. De facto, a identificação de pacifismo como antiamericanismo (feita no pressuposto de que antiamericanismo é crime que exige punição severa), configura uma daquelas situações que ao longo da História «justificaram» prepotências e intolerâncias múltiplas. A acreditar no que escreve VJS seriam antiamericanistas primários os milhões de pessoas que em todo o mundo se manifestaram pela paz e contra a guerra, alertando para as verdadeiras causas do conflito, para o massacre em vias de se concretizar ou a concretizar-se (os milhões de pessoas que o «Público», por exemplo, quase silenciou e quando falou deles foi para tentar denegri-los e contrapor-lhes a maioria silenciosa e invisível das sondagens que lhe permitiu titular à largura de toda uma página: «os povos dizem sim à guerra»). Antiamericanistas primários seriam igualmente, o Papa, dezenas de Bispos, vários membros do Senado e do Congresso dos EUA e os milhões de cidadãos norte-americanos que se manifestaram pela paz. A operação de silenciamento, vituperação e ameaça das opiniões pacifistas é, assim, outra das consequências desta guerra que fez saltar à luz do dia sonhos de intolerância e represálias recalçados e ocultados em muitas mentes perversas. É bom não nos esquecermos, e não nos esqueceremos, que foi com análises semelhantes às dos belicistas pró-americanistas de hoje que um tal MacCarty iniciou a sua carreira.

Sentencia o «Público» que, depois desta guerra e desta vitória, o antiamericanismo perdeu razão de ser. Porquê? Por três razões, ensina VJS. A primeira é anterior à guerra e teria a ver com a queda do Muro de Berlim; a segunda decorreria da guerra e da vitória, as quais «liquidaram o fantasma do Vietnam que há mais de 20 anos perseguia a América». (Fracas fantasmas seria este se se deixasse destruir por uma vitória alcançada pelos EUA e mais 28 países contra um pequeno e afinal mal preparado país.) A terceira razão resultaria do seguinte: a vitória e «a forma como foi alcançada» (assassinando dezenas de milhar de pessoas, manipulando consciências, subvertendo verdades), juntamente com «a sabedoria política com os EUA e os aliados geriram a vitória militar e o imediato pós-guerra» — conduziram à constituição de uma «fronteira histórica, ideológica e também psicológica no Ocidente». Assim, e por tudo isto, à «esquerda pacifista» não restaria outra hipótese que não fosse a de prostrar-se, convencida e embevecida, perante o colosso americano e reverenciar «a arquitectura transparente das suas instituições políticas, o jogo de equilíbrio entre os diferentes poderes que se controlam e fiscalizam mutuamente — e geraram o modelo mais avançado das democracias modernas» (sic).

A intimação à esquerda é pois no sentido de a sujeitar a esta postura autista e de genuflexão perante os poderosos EUA. O que revela da parte do director do «Público» um curiosíssimo conceito de esquerda: uma esquerda surpreendentemente posicionada ao lado da direita em tudo o que é essencial, facto que me leva a pensar tratar-se de uma esquerda que, se o fosse, seria cruelmente masoquista e suicidária mas, e porque não o é, apenas pretende sê-lo para melhor o não ser; uma esquerda muito, muito moderna mas pouco, pouco esquerda. O barco, para o qual novo Colombo tenta arrebatar passageiros a fim de partirem «à redescoberta da América», tem lugares cativos para os cativos desse bizarro figurino de esquerda.

A Esquerda, que não deixou de o ser, não embarca.



Numa altura em que a actividade do Governo está voltada para o mais descarado eleitoralismo, utilizando vastíssimos meios técnicos e recursos financeiros públicos ilegalmente postos ao serviço do PSD, num esforço para convencer o eleitorado de que se deram grandes saltos económicos no desenvolvimento industrial e agrícola em todo o País e também nos distritos do interior, chegando o Primeiro-Ministro a afirmar que se acabaram as assimetrias regionais, progresso esse que teria trazido um salto qualitativo no bem-estar das populações, necessário se torna contrapor à propaganda e às mentiras do Governo e do seu Partido a dura realidade do «País real».

Vamos conversar sobre o distrito da Guarda



ARMANDO MORAIS
Membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP

«O distrito precisa de uma nova política que tenha em conta as suas realidades»

O que dizem os ministros e os deputados do PSD

Na altura em que começava a escrever estas linhas, o ministro Silva Peneda dizia na televisão que os 20 contos que os pensionistas recebem hoje dá para comprar o dobro das mercadorias que compravam em 1985 e daí concluía o grande sucesso da política social do seu Ministério. Não deixa de ser interessante este raciocínio especialmente se considerarmos que este senhor ganha mais de 500 contos mensais.

Outra opinião do mesmo calibre é feita pelo deputado do PSD Luís Carvalho eleito pelo distrito da Guarda e que por dever de ofício falou na sessão plenária da AR dedicada aos distritos (um amigo que o conhece admirou-se do facto e propôs que se colocasse uma lápide no seu lugar a dizer que falou neste dia no Parlamento) disse que «para trás ficaram as más estradas, os salários em atraso, as pensões de miséria». Disse ainda que no distrito «há escolas bem equipadas, bem aquecidas». Tais afirmações, que mais à frente comentaremos, merecem-nos desde já a seguinte interrogação: este senhor vem ao distrito? Circula nas estradas e no caminho-de-ferro que dão acesso à Guarda? Já alguma vez visitou alguma escola?

O ministro da Indústria diz que não há crise nos têxteis, apelidando de «empolada e falsa crise», o que segundo ele assusta o capital financeiro.

Outras afirmações e patacoadas de membros do Governo sobre o hipotético desenvolvimento e que todos os dias enchem os jornais, rádio e televisão em autênticos tempos de antena do PSD, pagos pelos dinheiros públicos, pagos com o nosso dinheiro, têm de ficar para outra oportunidade, por limitações de espaço e não de argumentos e factos.

evidência que apenas custa a admitir a quem ganha largas centenas de contos por mês e que por isso mesmo tem o despudor de afirmar que acabaram as pensões de miséria...

Sobre as estradas e já agora sobre o caminho-de-ferro o que é dito por Sindicatos, associações patronais, órgãos autárquicos de vários quadrantes políticos, órgãos de informação e pelas pessoas em geral, é de que o distrito continua a ser servido por péssimas estradas, quer nas ligações a Lisboa e Coimbra, quer nas estradas de ligação ao norte do distrito e para Trás-os-Montes, ou ainda como exemplo a estrada Guarda-Manteigas que está esburacada e que é o acesso desta zona à serra da Estrela, mesmo para quem entra em Vilar Formoso.

As tomadas de posição públicas de muitas entidades sobre o IP-2 que o Governo vem protelando de ano para ano e que agora já nem se sabe qual o traçado, têm sido numerosas e que um jornal da Guarda faz eco: «Desconhecemos os rumos do IP-2 no Distrito da Guarda, não se sabe onde cruzará o IP-5 nem os rumos que tomará a caminho de C. Branco».

Igualmente sobre a linha da Beira Alta e a linha da Beira Baixa são muitos os protestos pelos maus serviços, atrasos constantes e velocidades que os nossos avós já alcançavam e até por vezes ultrapassavam. As perspectivas de melhoria no transporte ferroviário não se vislumbra, estando sim no horizonte a ameaça da CP reduzir serviços na ligação Guarda-Covilhã, senão mesmo projectos inconfessados de encerramento deste troço. Só a luta das populações fará recuar tais intenções e proporcionar a melhoria destes serviços.

Sobre as escolas, também a realidade desmente a propaganda do Governo e do PSD. Algumas das queixas apresentadas aos nossos deputados aquando das Jornadas Legislativas do Distrito:

didatou à reestruturação e noutras os projectos foram considerados inelegíveis. Noutras ainda a crise já chegou, como é o caso da Fisel e da Textilana em Seia actualmente com salários em atraso, estando os trabalhadores todos os meses a receberem cheque que na maior parte das vezes não tem cobertura, isto porque o patrão só coloca no Banco 1/4 ou 1/3 dos salários, obrigando os trabalhadores a irem às 5 e 6 horas da manhã para a porta do Banco na esperança de que ainda lá haja dinheiro.

O que dizem a isto os membros do Governo e os deputados eleitos pelo distrito?

A posição de cinco Câmaras Municipais da Corda da Serra da Estrela preocupados com o agravamento da crise no sector pedem «maior intervenção e apoio técnico do Governo» é também demonstrativa de que a situação está longe de ser aquela que o ministro da Indústria faz crer.

Sobre os incêndios e a reflorestação, importa ter presente que todos os anos o Governo e serviços dele dependentes anunciam medidas e investimentos, que na altura consideram suficientes para acabar com este flagelo e proceder à reflorestação das áreas queimadas. Também devemos recordar que todos os anos aumenta a área queimada (apesar de cada vez haver menos para arder) tendo no ano passado sido queimados cerca de 25 000 ha em 1400 fogos, sendo 7600 ha no Parque Natural da Serra da Estrela.

Dizia-me há dias um amigo agricultor: é preciso desmentir os ministros que dizem que se tem feito a reflorestação de grandes áreas, muitos pinhais arderam há anos e não foram reflorestados, a burocracia para se conseguirem subsídios é mais que muita... E os dinheiros da CEE está a ir para as mãos de muitos que nunca foram agricultores, mas porque são filhos e afilhados dizem que têm a quinta do avô de renda... Os outros não apanham nada!

Já ouvi o mesmo noutros concelhos e por isso estou convencido que estas situações predominam, o que não quer dizer que não haja subsídios para projectos capazes. Mas, a maioria dos agricultores fica à margem dos apoios de que necessitam e têm direito. É caso para dizer que a selecção é muito apurada...

Outros aspectos da vida económica e social podem ser aduzidos para demonstrar que não é verdade que acabaram as assimetrias regionais como diz o Primeiro-Ministro, mas que ainda se acenturam mais.

A diminuição da população do distrito segundo os dados oficiais disponíveis e a saída contínua da mão de obra especializada, especialmente a saída de jovens para a emigração e para o litoral, empobrece o distrito, retira-lhe capacidade para relançar novos empreendimentos e é o desmentido mais cabal ao tão apregoado salto no desenvolvimento.

O distrito precisa de uma nova política que tenha em conta as suas realidades económicas, sociais e culturais, o mesmo é dizer que é imperioso ir ao encontro dessas realidades, apoiando o que existe e tem valor intrínseco, como as potencialidades atrás enumeradas, em vez de se condenar as populações pelas difíceis condições em que vivem e trabalham, vítimas da desertificação, que tem como causa a política centralista de muitos anos do poder central, como foi a criminoso medida de fechar a linha do Douro entre o Pocinho e Barca d'Alva.

Mas, para que haja outra política, é necessário outro Governo. É também necessário que o distrito eleja outros deputados para que na Assembleia da República defendam o distrito, defendam o interior, o que não acontece com os actuais deputados do PSD e também do PS (acusação que não é apenas nossa, ainda há poucas semanas um dirigente socialista assumiu tal acusação). Com outros representantes, o distrito e o País podem ser melhores.



O que dizem o cidadão comum, as organizações e entidades do Distrito

Sobre as pensões e reformas o que é frequente ouvir-se é que são muito magras estando longe de proporcionar uma vida digna para quem já deu o seu contributo à sociedade, sendo conhecidos casos de muitas pessoas que cortam na alimentação, isto é, naquele mínimo necessário e que para além dele se passa a chamar fome, assim como de pessoas que não compram os medicamentos que lhes são receitados, ou ainda de pessoas que não têm lugar em lares para idosos, mesmo que possam pagar 30 contos mensais, porque não é fácil encontrar lugar nestes lares se não se é possuidor de bens que revertam para essas instituições.

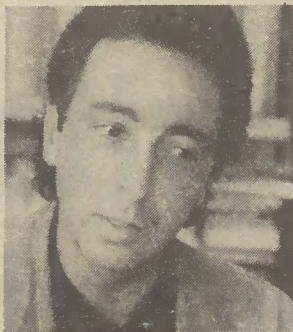
As pensões continuam a ser de miséria por mais afirmações que os Ministros façam em contrário, porque 14 ou 20 contos mensais não é suficiente para sobreviver,

Grave ausência de aquecimento em muitas escolas do ensino preparatório e secundário. Igualmente no ensino básico, concelhos de Seia e Celorico da Beira onde as escolas sem aquecimento estiveram para ser fechadas. Para melhor se compreender a gravidade deste problema deve referir-se que no Inverno são frequentes as temperaturas negativas e as quedas de neve, o que transforma os tempos de aulas em autênticos martírios com influência negativa no aproveitamento escolar dos alunos. Este problema é agravado porque muitas das instalações escolares são em pré-fabricados, onde todo o aquecimento é sempre pouco. É o caso da Escola C+S de Vila Nova de Tazém com instalações provisórias há 4 anos. A superlotação das escolas e o desdobramento dos horários atingem muitas escolas do distrito. O desporto escolar é nulo em muitas escolas, por falta de pavilhões e de equipamento.

Sobre os têxteis pesa a incerteza para o futuro de muitas empresas a maioria das quais nem sequer se can-

O porquê das coisas

O reforço eleitoral do PCP em Beja e a nível nacional é necessário e possível



ANTÓNIO MURTEIRA
Membro da CEN do CC do PCP
Coordenador da DOR de Beja do PCP

1. O liberalismo cavaquista

Foi caricato e falho de credibilidade (embora perigoso) o comportamento de Cavaco Silva e do seu séquito nas recentes e repetidas deambulações por terras alentejanas nestes princípios de Primavera.

Cavaco quis ser culto e foi superficial. Quis ser civilizado e portou-se como um cruzado antigo, investindo contra os infiéis que habitam estas terras, manipulados por perigosos comunistas. Quis vender estabilidade e competência em discursos repletos de afirmações gratuitas de progresso e bem-estar que ninguém por aqui vislumbra e de promessas de um liberalismo tão desbragado que soaram aos ouvidos das pessoas não como promessas de um paraíso próximo, mas como ameaças de continuação do inferno que já conhecemos.

Quis parecer sério, mas escamoteou a verdade. E a verdade é que na década 1980-1990 os principais indicadores económicos e sociais indiciam o fracasso do capitalismo tão violentamente imposto por Cavaco e pelo PSD nesta região, quantas vezes com o apoio do PS.

A verdade é que o Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pelo Governo e entregue em Bruxelas, é condenado, na metodologia e no conteúdo, por praticamente todas as forças da região e traça uma perspectiva sombria, e para nós inaceitável, para o presente e para o futuro.

A verdade é que Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, o aproveitamento dos perímetros de rega, as metalurgias do cobre e do estanho, os estudos para utilização civil da Base Aérea n.º 11 de Beja, uma política eficaz para uma nova agricultura e para o eficaz aproveitamento das potencialidades industriais, uma política de defesa e recuperação do património e do meio ambiente continuam por fazer.

A verdade é que as cooperativas agrícolas da Reforma Agrária têm sido e continuam a ser violenta e sistematicamente destruídas.

A verdade é que mais de metade das explorações agrícolas de pequenos e médios agricultores do distrito correm o risco de ficar arruinados nos próximos anos com esta política agrícola.

A verdade é que o Poder Local se debate com dificuldades provocadas, sobretudo, pela política autoritária e centralizadora do Governo.

A verdade é que a Regionalização continua a ser boicotada pelo Governo e pelos deputados do PSD na Assembleia da República.

A verdade é que a taxa de analfabetismo na região ronda os 35%.

A verdade é que os reformados continuam com pensões da ordem dos vinte contos por mês, os salários são dos mais baixos da CEE, os horários de trabalho dos mais prolongados e alastra o trabalho precário e sazonal que aqui atinge, ainda mais, as mulheres e os jovens.

Caricato sim e perigoso este liberalismo cavaquista, eivado de profundo dogmatismo de quem, sendo servo da cartilha do grande capital, fez análises e aplica receitas e modelos iguais a realidades sociais, económicas e culturais bem diferenciadas.

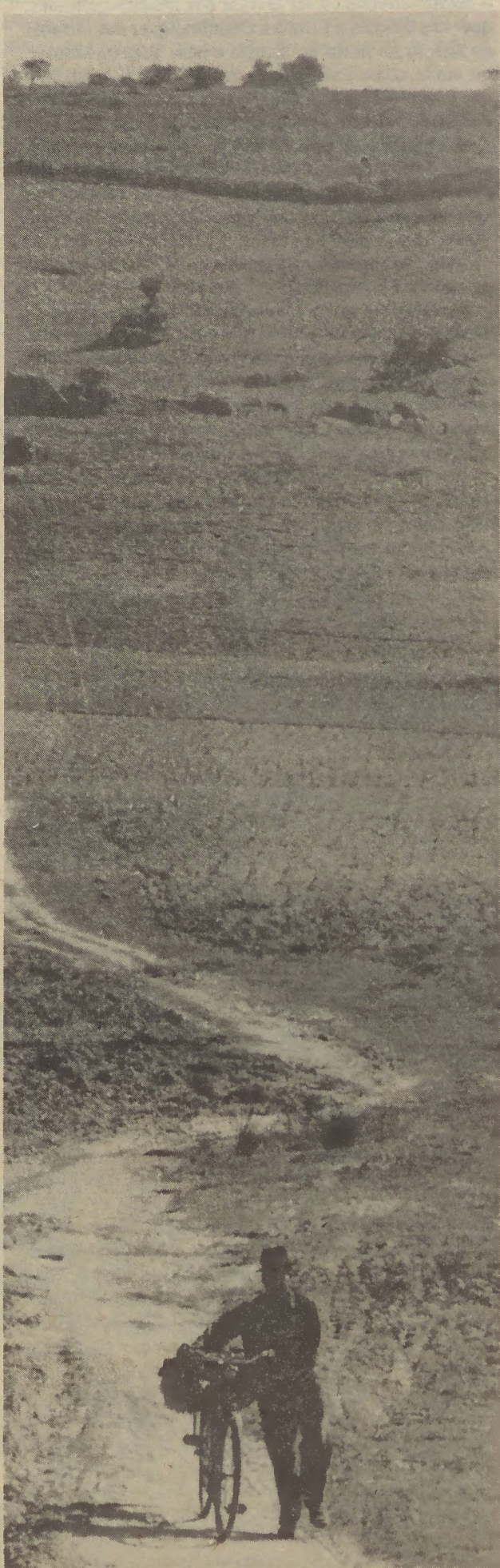
Aqui o tecido social e empresarial está de tal forma enfraquecido por políticas de desgaste de governos PS e PSD que é precisa uma nova política capaz de potenciar e conjugar o aproveitamento dos recursos e forças regionais (endógenas) com uma planificação democrática e participada a nível central que permita e estimule a urgente canalização de fortes apoios financeiros e projectos para a região e nas áreas que podem e devem ser o motor do progresso.

2. CDU – Um espaço alargado de convergências democráticas

A Regionalização será, sem dúvida, um passo importante no sentido de potenciar o desenvolvimento e o bem-estar.

Mas não menos importante, antes pelo contrário, é que todos os democratas alentejanos compreendam como pode ser decisivo para todos nós sermos capazes de derrotar o partido do poder e o seu governo nas eleições de Outubro para a Assembleia da República.

E digo isto porque reparo que em alguns sectores



democráticos há ilusões sobre a importância decisiva de se alterar a natureza do poder político central.

Neste contexto, e perante as conhecidas e por vezes perigosas posições do PS, a CDU pode desempenhar um papel de toda a importância como um espaço alargado de convergências democráticas.

3. PCP – Uma força dinâmica na procura de soluções e caminhos adequados

A Organização do Partido no distrito de Beja tem sabido, no fundamental, manter a serenidade e a lucidez na análise séria que faz para tentar compreender quer os fenómenos no Leste europeu, na URSS e noutras partes do mundo, quer os novos fenómenos e situações no País e particularmente na região.

Apolando-se na nossa ideologia, natureza de classe e prática política de rigor e dinamismo, procurando a unidade entre democratas e forças democráticas, o Partido soube navegar na enorme tempestade dos últimos anos e manter-se como a mais influente força ideológica, política e eleitoral da região.

Na 2.ª Assembleia da Organização Regional realizada em Dezembro de 1990, foi debatido e aprovado um novo Projecto de Desenvolvimento para o Distrito de Beja, contributo importante do Partido para que o povo e as forças democráticas do distrito vençam a batalha da liberdade, do progresso e da justiça social durante a década de 90.

Há, é certo, atrasos e deficiências sérias em várias áreas do nosso trabalho. Como há também, aqui e além, posicionamentos que não nos parecem os mais correctos.

Uns porque não compreenderam ainda que tudo o que se passou na região, no País e no mundo nos últimos anos conduziu a novas realidades que é preciso analisar profundamente, compreender e às quais é preciso responder com soluções e caminhos adequados. Outros porque, perante mudanças tão significativas, embarcam apressadamente em teorizações em moda, tais como a vitória decisiva e eterna do capitalismo ou o desaparecimento ou perda de importância da luta de classes nas transformações sociais.

O caminho da renovação, do aprofundamento da democracia interna, do debate aberto e franco de ideias e opiniões de rejeição de todas as formas de dogmatismo, de procura de soluções adequadas para deficiências orgânicas de intensificação do debate e da resposta ideológica, da capacidade para formular propostas construtivas e alternativas, caminho que estamos a trilhar, contribuirá para ultrapassar situações difíceis com as quais presentemente nos debatemos.

4. O reforço eleitoral do PCP no distrito de Beja e a nível nacional é necessário e possível para uma alternativa democrática

É necessário e possível porque hoje está claro que o PSD não tem uma política que resolva os problemas da região.

É necessário e possível porque a experiência histórica concreta destes últimos 15 anos nos mostrou que o PS, quando sozinho no governo ou quando aliado à direita (ao PSD ou ao CDS), acaba por fazer uma política muito semelhante à do PSD e a qual também não resolve os problemas.

O reforço eleitoral do PCP é necessário e possível porque o povo não esquece a luta do PCP pela liberdade e pela democracia em Portugal, não esquece a responsabilidade, a capacidade, o trabalho construtivo do PCP no Poder Local, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, no movimento sindical, na agricultura, na política externa, como em tantas outras áreas, demonstrando o PCP a sua preparação e capacidade não apenas como partido da oposição, mas também como partido de Estado e de Governo, que no seu Programa «Por uma democracia avançada no limiar do século XXI» apresenta um projecto novo e construtivo ao povo português.

Do 25 de Abril a novas vitórias da democracia

Vamos, dentro de poucos dias, festejar o 17º Aniversário do 25 de Abril. Esta verdadeira 2ª República tem já mais tempo de vida que a primeira; tem camadas e classes que a vêm defendendo denodadamente, passo a passo, numa prova real de que os tempos são outros e de que este povo cresceu política e culturalmente, desde 1926 até hoje, a ponto de corrigir sempre, mais adiante, erros cometidos por vezes a partir de situações propícias a demagogias e promessas, depois deslindadas e desmontadas, no quotidiano doloroso e na experiência sempre salutar e indiciadora de soluções mais adequadas.

Este ano, naturalmente, o povo português regulará exemplarmente excessos anteriores, nomeadamente expressos através do voto levado na onda das promessas de vida fácil e de benesses que cresceram de mais, é um facto, para certas camadas do País, e sobretudo para grupos económicos estrangeiros, e desapareceram, na voragem dos dias e das medidas governamentais erradas,

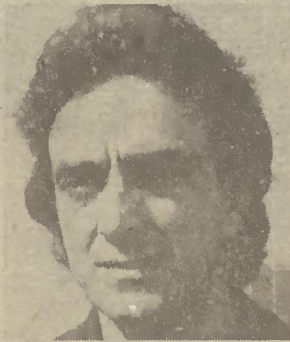
para quem esperava uma evolução positiva e se depara agora, na grande maioria, com a crise e a venda aos bocados do que de melhor nos identifica, material e espiritualmente, tanto nas áreas da economia, como da identidade e da cultura.

Manifestações de autoritarismo e de exercício absoluto do poder têm sido travadas por vezes nos últimos momentos, pela consciência e pelas lutas de populações, classes e camadas atentas e capazes já de levarem a cabo situações de resistência e de implementação de novas ideias e projectos. As experiências mais recentes, no País e por todo o mundo, mesmo quando traduzidas em calorosos recuos das ideias e até de progressos necessários à humanidade, são estudadas e aproveitadas, para depois serem traduzidas em novas formas de organização e de

*Manifestações
de autoritarismo
têm sido travadas
pela consciência
e pelas lutas
das populações*

actividade frente a inimigos que não desistem de destruir o que demorou décadas a construir, que não hesitam em entregar a estranhos o que marca e identifica economias e povos.

Ainda assim, subsistem perigos e mudanças introduzidas ao arripio da História e dos avanços da humanidade, que por vezes levam poderes com características tipicamente ditatoriais a intentarem leis de silêncio e de censura, pacotes laborais que entregariam mais facilmente nas mãos, nomeadamente de estrangeiros, os cérebros e os braços dos portugueses que trabalham e amam o que fazem e criam, enquanto aceleram a venda corrupta e endoidecida de patrimónios que pertencem e devem continuar a pertencer ao País e ao seu povo.



A. MODESTO NAVARRO
Membro da Assembleia
Municipal de Lisboa

por conselheiros Acácios, ministros, secretários de Estado, deputados e correlativos que nem merecem já um Eça de Queirós para os retratar, bem como é composta por anjos caídos de antemão no lodo da corrupção e da hipocrisia, tão novos e já tão velhos que um Camilo Castelo Branco nem lhes pegaria para fazer um artigo de jornal, quanto mais para escrever um livro.

Neste final de festa do que de pior caracteriza uma pequena-média burguesia falaz e vendedora, a qualquer preço, da credibilidade que lhe vai fugindo, cresce a consciência nacional perante a crise em que mergulharam o País, renova-se a vontade de caminhar para uma vida diferente onde o discurso da luta e da oposição não vire depois discurso de poder absolutista, logo seguido pelos discursos piedosos de autojustificação, quando a



derrota política e moral se configura. O PCP trabalha e continuará a trabalhar para unir forças políticas e sociais decisivas, para que a frontalidade e a firmeza moral substituam a corrupção e o amorfismo perante a autocracia do chefe, para que haja novos destinos a descobrir na sociedade portuguesa. Estamos e estaremos ao lado dos que vitoriam abertamente o 25 de Abril e o festejam, querendo senti-lo e vê-lo firme e duradouro, em democracia e na liberdade que ajudámos a construir com 70 anos de luta, de sofrimento e de confiança, com o realismo que nos caracteriza e leva a ajudar a preparar, lenta e cuidadosamente, as mudanças de fundo que trazem consigo novos horizontes de criatividade e de um novo humanismo. Porque é do homem e da mulher que trabalham e sonham, das crianças e dos velhos que se trata, quando defendemos e propomos medidas transformadoras da vida e da sociedade, quando sacrificámos carreiras, isolamentos e individualismos para nos aproximarmos dos que, connosco, poderão caminhar de novo na senda do progresso e da felicidade humana, na democracia sempre necessária para entender como ontem se perdeu e como amanhã é possível ganhar e construir um país ainda mais livre e liberto dos que o querem alienar a interesses violentos e estranhos.

São palavras de confiança, estas que aqui deixamos num ano decisivo, um ano ainda mais necessário à unidade dos democratas e das forças que podem e sabem como construir novos espaços de diálogo e de outra vida, sobretudo para essa grande maioria, constituída pelas populações e por quem trabalha, que aprende sempre na carne e à sua própria custa como mudar o que está mal, muito mal, e como construir novas situações mais consentâneas com a vida democrática e livre que todos, homens e mulheres do progresso e do futuro, queremos e merecemos.

Este texto foi a base de uma intervenção na Assembleia Municipal de Lisboa.

O Golfo e as americofilias

As circunstâncias que estiveram presentes na guerra do Golfo foram aproveitadas por um conjunto de forças e personalidades políticas para as tentar fechar num espaço em que o mundo se dividiria exclusivamente em dois campos: os pró-americanos e os antiamericanos; os pró-americanos a favor do direito internacional, os antiamericanos a favor de Saddam Hussein.

Assim, quem não estivesse de alma e coração com a América, estava com Saddam...

Do lado de Saddam Hussein, quem não estivesse com o Iraque, do lado de Deus, estaria do lado do grande Satanás... Mas passemos adiante, face ao primarismo.

Não podia haver hesitação na condenação frontal e desde o primeiro minuto da anexação do Kuwait pelo Iraque.

Merece ainda condenação à ingenuidade e a irresponsabilidade (para não dizer outra coisa) de Saddam Hussein em contar com complacências de Washington sobre a sua «bravura».

É de condenar igualmente o pretexto que a direcção iraquiana deu a George Bush para se servir da ocupação iraquiana do Kuwait para alterar a seu favor a correlação de forças em todo o Médio Oriente.

Escreto isto, à laia de preâmbulo, queremos ir mais longe e participar no debate, que não está de modo nenhum ultrapassado (veja-se «Público» de 19.3.91, artigo, no Suplemento de Fim-de-Semana, de Vicente Jorge Silva, «A América sem Vietname»).

Quer-nos parecer que de nenhum modo a guerra do Golfo enterrou o fantasma do Vietname. Aliás, aparentar a guerra do Golfo como desforra da derrota político-militar no Vietname não é elogio nem aos dirigentes, nem ao povo dos EUA. Mas voltamos a passar adiante. As circunstâncias são bem diferentes, quer no tempo, quer no *modus faciendi*.

No Vietname tratou-se de uma invasão e agressão imperialista típica, clássica. As operações militares travavam-se entre o povo do Vietname, no território vietnamita, em defesa do Vietname, e os soldados americanos e os seus aliados locais.

Nesse cenário, os vietnamitas contavam, em defesa do seu território, com o apoio da URSS, da China e da opinião pública mundial.

No Golfo, o Iraque invadiu, ocupou e anexou o Kuwait. E ficou completamente isolado.

A ONU através do seu Conselho de Segurança reagiu de imediato e condenou por unanimidade essa anexação.

Na guerra do Golfo o que se condena, o que sectores importantes da esquerda condenaram e condenam, foi o não se ter levado até às últimas consequências a possibilidade de obrigar o Iraque a sair do Kuwait por via do embargo económico e de outras pressões políticas.

Ninguém da esquerda, com o mínimo de credibilidade, se colocou ao lado de Saddam, nem da ocupação do Kuwait, nem (já agora para ficar registado) durante a guerra contra o Irão que o Kuwait, a Arábia Saudita, os EUA, a França e outros apoiaram.

A América no Golfo jogou todo o seu peso político-militar para se impor e impor ao mundo o seu *leadership*. Também isto. Em causa estavam o petróleo, os petrodólares, a força militar do Iraque, a posição geoestratégica. Mais nada. Democracia na região nunca houve. Muito menos no Kuwait ou no Reino Saudita. Ou nos Sultanatos. Entendamo-nos. Ora dizer isto é, nada mais, nem nada menos, afirmar uma posição, aliás que milhares de personalidades (quanto ao americanismo «intocáveis») por essa Europa e pelo mundo defenderam. Inclusive Sua Santidade, o Papa. Inclusive jornais «insuspeitos» como o «New York Times».

Não faz, portanto, sentido acusar de antiamericanismo uma posição que não parte do pressuposto que a América deva ser elogiada por ter pressionado tudo e todos para começar a guerra.

Os dirigentes dos EUA parecem desconhecer a civilização árabe e o seu contributo para a formação da civilização europeia renascentista e moderna.

Os EUA vêem o mundo à luz da sua lógica estratégica. O Médio Oriente para eles é uma região que têm de dominar, e para isso tanto se aliam a Saddam (guerra contra o Irão), como ao Rei Fahd (Arábia Saudita), como a Hafez Al Assad (Síria), como a quem quer que siga que o aceite para manter e reforçar o seu domínio.

Estes são factos que decorrem da política internacional dos EUA «magnificamente» realizada no Golfo por grandes intérpre-

tes do género do general Schwarzkopf. Quem a aprecia, elogia-a. Quem não a aprecia, critica-a.

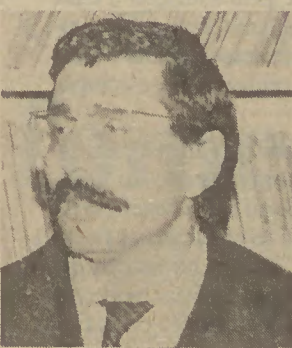
Quem entenda que no fim deste século a ONU deva dar luz verde aos EUA para iniciarem guerras contra o Terceiro Mundo, aplauda!

Quem entender que a finalidade da ONU é procurar sempre e sempre soluções negociadas, evitar a guerra, critique a conduta dos EUA.

Entretanto, diga-se que o elogio do sistema político dos

EUA como «transparente que gera uma das mais avançadas democracias do mundo» tem muito que se lhe diga, e vale o que vale esta afirmação, sem que se apoie a base em que se apoia.

Vale a pena sem a menor dúvida estudar o sistema político dos EUA. À esquerda e à direita. Mas há os grandes números, reconhecidos *urbi et orbe*. Dezenas de milhões de pobres. A não inscrição de cidadãos com capacidade eleitoral atinge cerca de



DOMINGOS LOPES
Membro suplente do CC

30% (in Bureau of Census). O senador Paul Douglas, do Illinois, apresentou estatísticas no Senado segundo as quais de entre 3 750 000 negros com qualidade de eleitores, só 23% estão recenseados (in Françoise Subileau et Marie France Toinet, «L'abstencionisme en France et aux EUA»). Ausência de diferenças visíveis entre o Partido Republicano e o Partido Democrático. Escândalos político-financeiros. Política externa diafanamente imperial. Mais haverá a dizer. Muito mais. A América não é o diabo. Aliás creio que foi Ronald Reagan que tratou a URSS como império do Diabo. Esta forma de abordar o mundo e as suas múltiplas facetas é mais parecida com a de Saddam Hussein.

Para que não restem dúvidas: os EUA são um grande, rico e extraordinário país com um povo com características iguais. Pena é que os seus dirigentes não queiram aceitar que cada povo e cada país possa escolher livremente o seu futuro, em função exclusiva dos seus interesses e dos seus desígnios.

*De nenhum modo
a guerra do Golfo
enterrou
o fantasma
do Vietname*

Como trabalhar em situação de minoria sem fazer reverter a favor dos adversários políticos o trabalho da CDU?

GERIR EM MINORIA

Depois dos resultados eleitorais das autárquicas de 89 assistiu-se a um fenómeno de crescimento da participação de eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária, em executivos camarários cuja presidência e maioria pertencem a outras forças partidárias. Neste momento são 48 câmaras municipais onde o fenómeno ocorre, além de inúmeras freguesias, e um quase igual número de diversidade de situações.

Caso a caso muda a forma e o número de atribuição de pelouros a vereadores da coligação: uns conseguiram obter o exercício do cargo a tempo inteiro ou meio-tempo, outros não. Em determinados executivos de juntas de freguesia e câmaras é fácil a relação com os outros eleitos, noutros as relações pessoais e políticas são muito difíceis. A própria dimensão das autarquias é muito variável - por exemplo, há *simples* freguesias que têm orçamentos, extensão e população muito superiores a certos concelhos de outras regiões do país.

Há no entanto um problema comum para estes eleitos da CDU: como fazer distinguir na opinião pública o trabalho da coligação do dos seus parceiros autárquicos? Como trabalhar em situação de minoria sem fazer reverter a favor dos adversários políticos os resultados positivos da acção dos eleitos da CDU?

Esta foi uma discussão pela primeira vez travada em termos de encontro organizado com vereadores e outros autarcas da CDU em executivos onde esta é minoritária. Foi sábado passado, tal como noticiamos na página sete deste número do «Avante!».

Fortalecer o movimento popular, estar mais perto das colectividades e associações, transformar essa proximidade num instrumento de gestão, mobilizar pessoas cujos interesses possam ser aglutinados em torno de pelouros específicos, editar documentos próprios da CDU. Estas algumas das ideias discutidas ao longo do dia para responder à questão colocada como tema central deste encontro.

Um pressuposto foi colocado: é que a recolha de maiores ou menores benefícios eleitorais com este tipo de participação na gestão dos destinos das autarquias, tem de ser colocada em segundo plano perante a necessidade de essa gestão dever beneficiar as populações: e o grande número de situações descritas ao longo do dia leva a concluir que a acção destes eleitos é muitas vezes fundamental para diminuir concepções de gestão autárquica do tipo presidencialista, para fazer aproximar o trabalho do Poder Local às reais necessidades das populações, para aumentar a ligação entre os diversos órgãos autárquicos (câmaras, assembleias municipais e freguesias), para desconcentrar e melhorar os serviços. Diminuem as irregularidades, o compadrio e a corrupção.

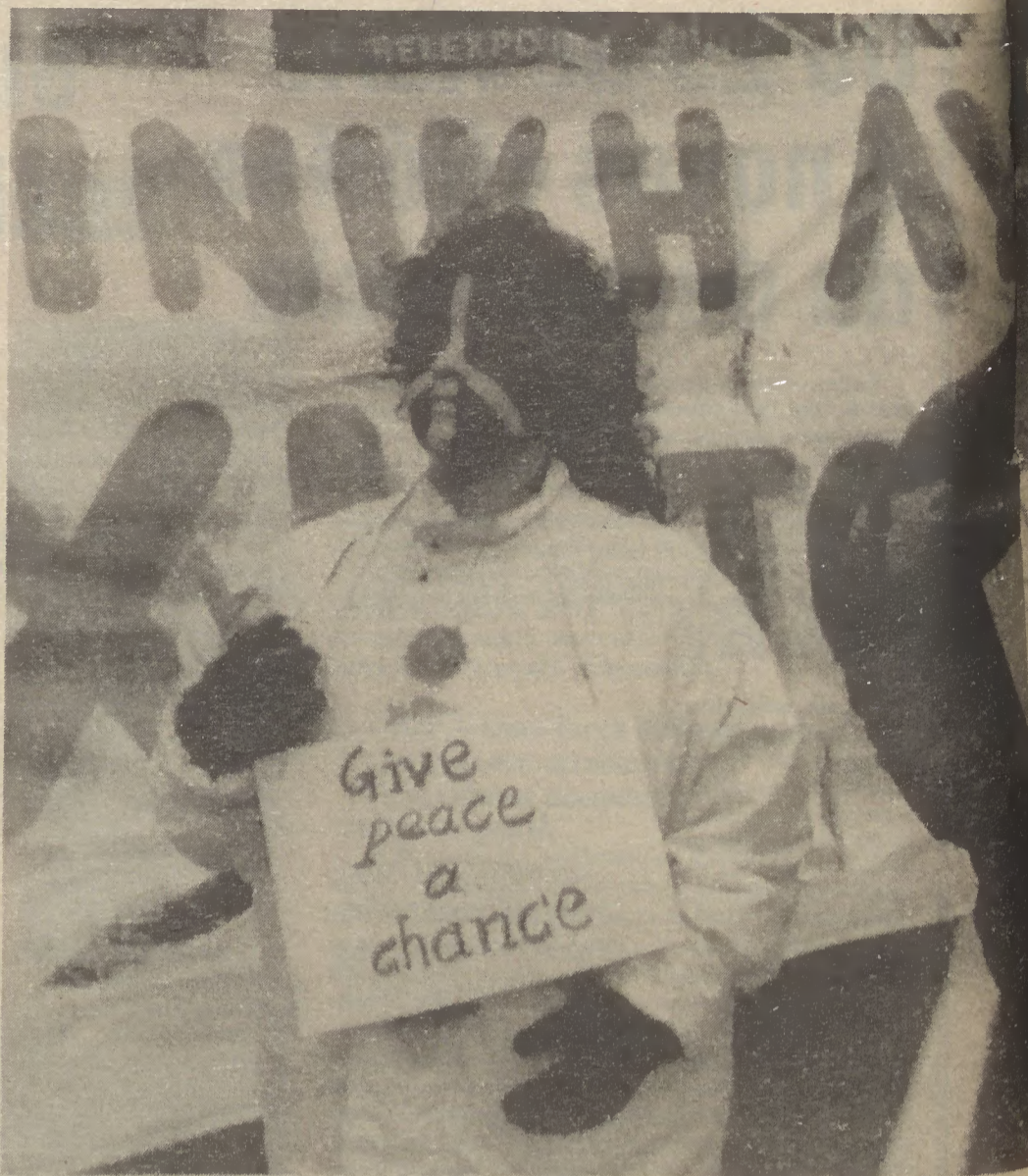
«Ou seja: o facto de eleitos da CDU trabalharem na gestão autárquica onde outras forças políticas estão em situação de maioria não deve fazer diminuir (para benefício da própria gestão da autarquia) o papel reivindicativo e fiscalizador desses eleitos. Por outro lado, a atribuição específica de um ou mais pelouros não pode fazer perder de vista a concepção global da gestão do concelho ou da freguesia - em cada local a CDU tem de se mostrar capaz de protagonizar sozinha uma alternativa de poder.»

Um problema foi colocado por muitos dos participantes neste encontro: a necessidade de existir um maior apoio das organizações partidárias que constituem a CDU ao trabalho dos seus eleitos. Por exemplo, na transmissão de informações que uma maior proximidade junto das populações permite, na ajuda de tomadas de posição ou elaboração de documentos complexos como os orçamentos camarários ou Planos Directores Municipais (sobretudo em casos onde existe um único vereador CDU), passando também pela divulgação à opinião pública do trabalho desenvolvido.

Aumentar o conteúdo político e social do trabalho nas autarquias foi outra das necessidades manifestadas durante esta reunião.

Um encontro não conclusivo: «é um debate constantemente travado e nunca resolvido» diria, a este propósito, Luís Sá. Mas a transmissão das diversas experiências destes eleitos certamente tê-lo-á feito avançar um passo mais.

Iniciativa
Europeia
de Paz debate
Iraque
do pós-guerra



A verdade da guerra

«Corpos calcinados, informes, nesse famoso abrigo de Bagdad (...). Corpos de numerosas crianças, algumas ainda nos seus carrinhos, outras com o biberão ao lado».

Não é uma lembrança fácil de evocar, mas alguém tem de começar a fazê-lo para que o mundo saiba o que foi de facto a *guerra cirúrgica* levada a cabo contra o Iraque, cuja população continua a sofrer as consequências de uma estratégia política que nada tem a ver com o direito internacional.

Aconteceu em Bruxelas, no passado dia 22 de Março, num evento que a generalidade dos meios de comunicação social portugueses ignorou.

Falamos da Iniciativa Europeia de Paz (IEP), um movimento nascido no Parlamento Europeu a partir das posições de 55 deputados (comunistas, socialistas e verdes) que em Janeiro se manifestaram contra a guerra no Golfo e a favor de uma solução política e diplomática para os problemas da região.

Vale a pena lembrar que na sessão plenária do PE nesse mês, uma proposta apresentada por aqueles deputados recolheu um terço dos votos dos presentes na Assembleia, a maioria dos quais à revelia das posições dos respectivos grupos políticos.

O desencadear da guerra não impediu o crescimento do movimento. Bem pelo contrário, cada vez mais deputados de outros grupos políticos se juntaram à Coligação de Esquerda, em defesa do fim das hostilidades e pela solução política e negociada do conflito, tendo em conta os problemas fundamentais geradores da instabilidade na região.

Comunistas, verdes, socialistas ingleses, alemães, belgas, espanhóis, gregos, liberais espanhóis, conservadores gregos, PDS italiano, entre outros, promoveram a IEP para, em conjunto com deputados nacionais, personalidades e representantes dos movimentos pacifistas darem voz aos milhões de europeus que protestavam contra a guerra e exigiam alternativas políticas à política das armas.

No primeiro encontro da IEP, em 13 de Fevereiro, participaram mais de 100 deputados e representantes de organizações de 14 países europeus.

No segundo encontro, no final do mês passado, responderam ao apelo dos eurodeputados representantes de cerca de 100 associações (sociais, políticas, religiosas) e jornalistas que viveram directamente a guerra do Golfo, vindos de 26 países da Europa comunitária, dos Estados Unidos, da URSS, de Israel, da Palestina, Áustria, Suíça, Jugoslávia, Argélia, Malta, Jordânia, Turquia e ainda representantes curdos do Iraque, Síria e Turquia.

E muitos foram os que, não podendo estar presentes devido a naturais dificuldades financeiras e de organização, fizeram chegar a sua manifestação de apoio e vontade de contribuir para a acção comum em defesa do levantamento do embargo contra o Iraque, o desarmamento e uma paz justa no Médio Oriente.

Mas se esse é o objectivo central da IEP, de momento outra preocupação comum a mobiliza: exigir a verdade sobre as consequências da guerra do Golfo.

No encontro de Março foi feita uma primeira abordagem à questão. As declarações do dr. Belaouane, presidente da Cruz Vermelha argelina, com que iniciamos este trabalho, são bem reveladoras da tragédia da população iraquiana. Presente no Iraque durante o auge dos bombardeamentos, guarda bem vivos na memória os horrores da dita *guerra cirúrgica* e as imagens de morte e desespero.

Lembra a fábrica de leite destruída e apresentada depois à opinião pública como fábrica de armamentos: «Era mesmo de leite», garante. Do leite que falta agora no Iraque onde «se dá só um biberão de leite por dia aos bebés em vez de quatro ou seis».

No seu relato o espectro da fome esteve sempre presente: «Os relatórios das minhas equipas médicas no local referem uma grande mortalidade infantil. Os bebés nascidos depois do embargo não pesam mais de 2,5kg».

A morte silenciosa

O abismo que separa o mundo desenvolvido das vastas zonas e dos países em vias de desenvolvimento, é cada vez mais profundo e tenderá a alargar-se pela simples lógica do crescimento da população. Uma situação que se pode medir em milhares de mortes todos os dias e que exige — quanto mais não seja pelo perigo de dramáticos confrontos que comporta — que outros caminhos sejam trilhados nas relações entre países e povos, nomeadamente no plano económico.

Hoje habitam a terra 5 300 milhões de pessoas. Mais de 70% vivem no mundo subdesenvolvido. No decénio agora iniciado a população mundial aumentará em cerca de 1000 milhões de habitantes. Em cada segundo nascem três pessoas, em cada dia um quarto de milhão, segundo estudos das Nações Unidas. 90% do crescimento populacional regista-se nos países do Terceiro Mundo, cada vez mais incapazes materialmente de satisfazer as necessidades elementares — alimentação, vestuário, casa, luz, água, cuidados médicos e educação, para as crianças que vão nascendo.

Mas para avaliar o dramatismo da situação não é necessário fazer quaisquer projecções para o futuro. Basta olhar para a realidade actual.

Fomes como na Etiópia e no Sudão, que nos últimos anos provocaram a morte de quase três milhões de pessoas, dez vezes mais que as vítimas do genocídio

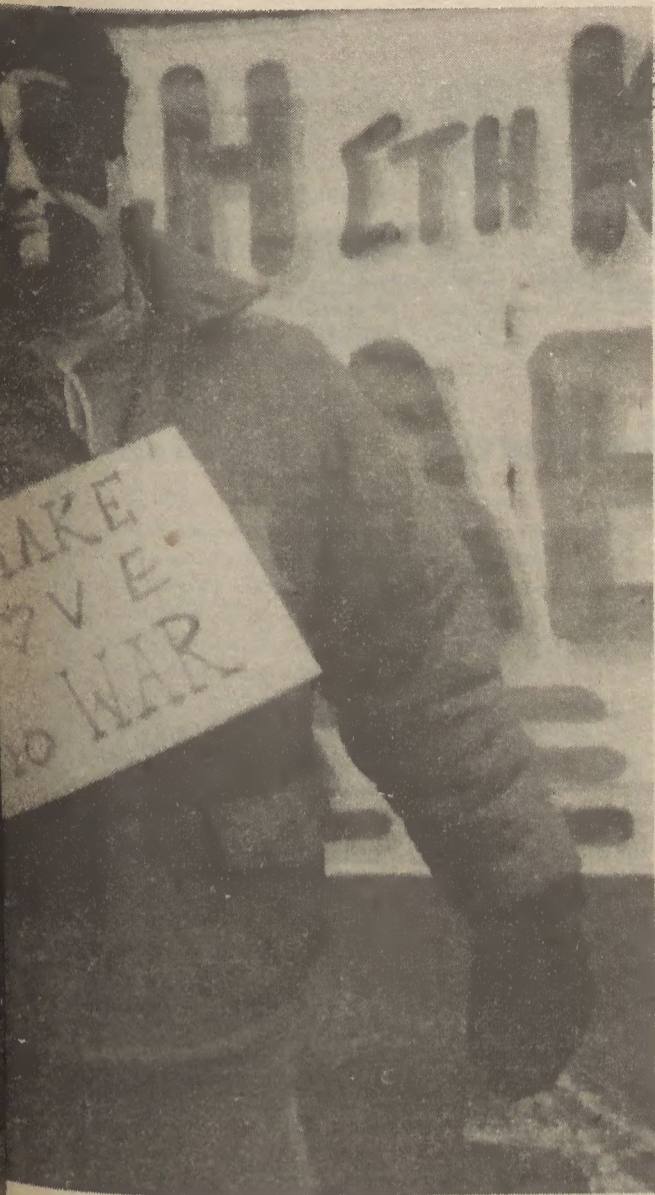
atómico de Hiroshima e Nagasaki. Quebra acentuada na produção de alguns alimentos, um facto de que praticamente não se fala.

Na década de 80, por exemplo, 25 dos 43 países de África sofreram uma quebra na produção de cereais *per capita*. Na América Latina ainda foi pior, pois 17 dos 23 maiores países registaram igualmente quebras da produção agrícola.

Na Ásia a situação foi mais favorável. A China e a Índia, onde vive quase metade da população mundial, alcançaram um certo nível de suficiência alimentar. A FAO considera entretanto que mais de 70 países no mundo enfrentam fomes crónicas.

Em cada dia morrem quase 8 mil crianças, vítimas do sarampo, do tétano e de outras doenças facilmente evitáveis com vacinas baratas. Em cada dia continuam a morrer 7 mil crianças por desidratação diarreica, o que também poderia ser facilmente evitado. Em cada dia mais de 6 mil crianças morrem de pneumonia, tratável com antibióticos de baixo custo. Em cada dia morrem 40 mil crianças no mundo, vítimas de doenças curáveis ou evitáveis, ou pura e simplesmente de fome.

É o **assassinato silencioso**, de que só se fala em momentos de campanha, e que na verdade põe em cheque, não só as actuais relações internacionais, como os caminhos que se abrem à civilização humana.



Testemunhos

Muitos são os caminhos para a morte. Segundo Pierre-Galland, responsável da organização belga de ajuda ao Terceiro Mundo, OXFAM, desde há um mês que a CEE está a bloquear o envio para o Iraque de depuradores de água e antibióticos.

Também o deputado trabalhista inglês, Ken Coates, denunciou os obstáculos levantados pelas chamadas forças multinacionais à identificação das vítimas de guerra. Quantos civis? Quantos militares?

Questões para que a Cruz Vermelha Internacional não consegue respostas, numa clara violação das convenções de Genebra.

A chacina contra o comboio de viaturas em retirada para o Iraque também não foi esquecida. Elisabeth Burdot esteve no local e afirma que a maioria dos mortos eram civis. Como se pode fazer isto? — pergunta, e o silêncio é a única resposta.

Mas o horror da verdade aos poucos descoberta não parece ter limites. Um representante da RITA (Resistência no Interior das Forças Armadas) testemunhou pelos soldados americanos, que não podem participar em iniciativas deste tipo, já que arriscam de 10 anos de prisão, no mínimo, a prisão perpétua.

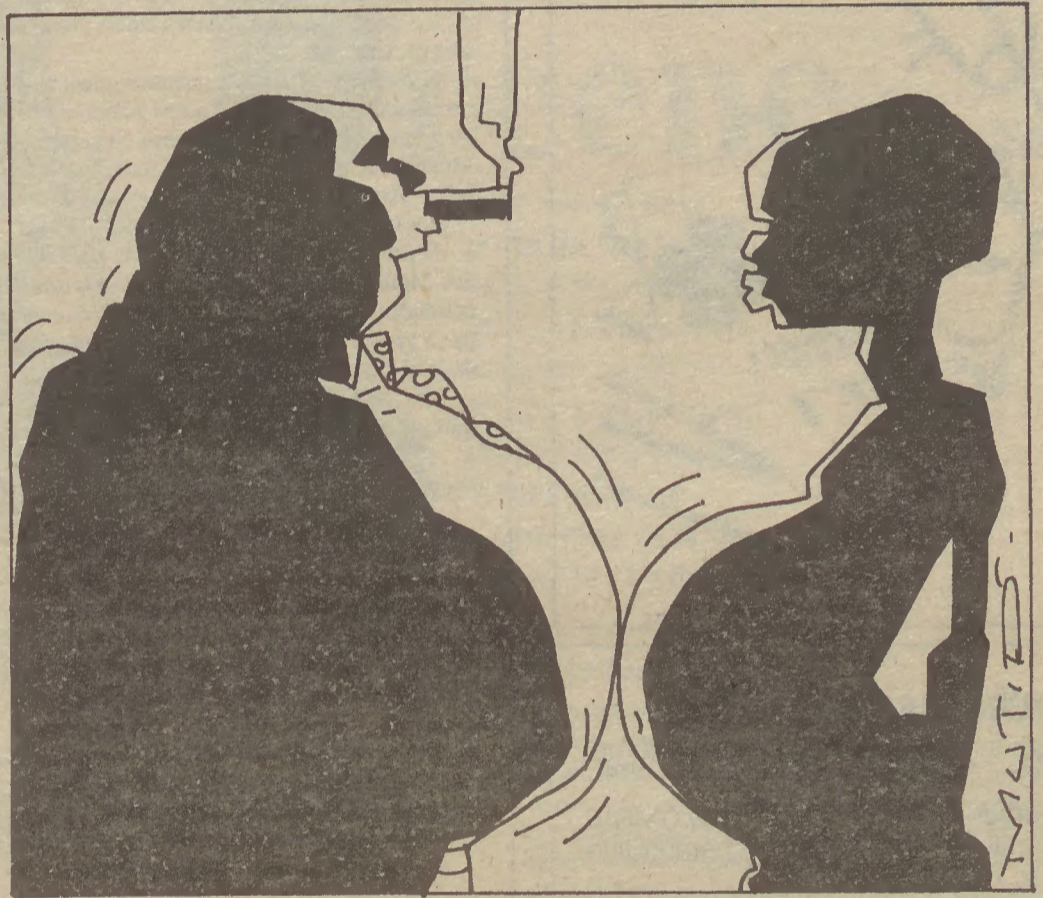
Entre outras coisas, o representante da RITA afirmou que muitos soldados iraquianos foram mortos quando pretenderam render-se, devido ao facto de já haver «muitos prisioneiros de guerra». Referiu, por outro lado, que tanto os EUA como Israel empolaram deliberadamente o pretenso poderio do exército iraquiano, quando tinham informações sobre a sua verdadeira capacidade de resistência.

O problema curdo não foi esquecido. São 25 milhões de pessoas (entre Iraque, Turquia, Irão e Síria) a quem não se reconhece o direito à identidade própria e que há muito lutam por uma pátria.

Os EUA, a Grã-Bretanha e a França, agora subitamente tão preocupados com os curdos, esqueceram as promessas por cumprir no Tratado de Sévres (a independência do Curdistão) e prepararam-se para impor uma «solução» sem sequer ouvir os principais interessados.

O mesmo se passa com o problema israelo-árabe. E a propósito vale a pena referir o diálogo directo entre israelitas e palestinos da OLP, durante a iniciativa de Bruxelas e o acordo generalizado sobre a necessidade de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente.

As diligências da Iniciativa Europeia de Paz vão continuar. Em breve, uma delegação da IEP deverá deslocar-se à região do Golfo para uma análise mais aprofundada das consequências da guerra, enquanto por outro lado será solicitado um encontro com Perez de Cuellar para lhe transmitir os resultados da iniciativa. O Parlamento Europeu será, na medida do possível, o polo centralizador de actividades futuras, mobilizando para a unidade na acção deputados comunitários e nacionais, bem como organizações que se batem em defesa da paz e da democracia.



Aproximação Norte-Sul

A lógica da fome

Em Agosto passado, o jornal peruano «Página Livre» inseria na sua primeira página os seguintes títulos: **Quebra no consumo de proteínas; Um terço dos peruanos poderá morrer de fome; Crianças recebem 20% das proteínas indispensáveis.**

Nesse mesmo dia, «A República» tinha como primeiro título: **Queimadas 70 mil toneladas de arroz.**

A contradição e o absurdo da situação estão à vista, e no fundo inserem-se na mesma lógica que transformou os países do Terceiro Mundo em fornecedores líquidos de capital ao mundo desenvolvido.

A situação referida este Verão pela imprensa peruana está bem longe de ser exclusiva deste país. Situações similares ou piores vivem-se na Argentina, Brasil, Venezuela, Equador, Chile, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Nicarágua, Honduras, Haiti, República Dominicana. Concretamente a CEPAL (Comissão Económica para a América Latina), afirma que em 1989 se registaram 183 milhões de pobres na região, que mais de metade dos lares vivem em situação de pobreza, tendo-se registado uma quebra de 13% no consumo *per capita*.

Entretanto, na década de 80, a América Latina pagou mais de 350 milhões de dólares na qualidade de juros da dívida externa, dinheiro que deu entrada nos grandes bancos do mundo capitalista desenvolvido.

A alta de preços do petróleo, registada quando da invasão do Koweit pelo Iraque, tornou ainda mais difícil a situação no Terceiro Mundo. Um relatório da ONU, de Outubro de 90, indicava que se os preços do petróleo se mantivessem em 1991 em torno dos 30 dólares, o Terceiro Mundo teria de pagar mais 15 000 milhões de dólares que o ano anterior, só pelas importações desta matéria-prima vital.

É para os povos que as consequências de factos como este são sempre desastrosas. As populações pagam, quer pelos aumentos de preços, quer pelas restrições no consumo. Um exemplo — em fins de 1990, na República Dominicana, houve dias em que a electricidade era cortada durante 20 horas. A generalidade dos governos optou quer por restrições ao consumo, quer por aumentos dos preços da gasolina e seus derivados — com a conseqüente alta generalizada de preços e degradação das já miseráveis condições de vida.

Graham Greene afirmou um dia, numa entrevista, que não escreveria a sua autobiografia. Não precisava. Com efeito, a maior parte da sua obra contém traços vincados autobiográficos, quando não é o próprio Greene a contar as suas jornadas aventurosas pelos vastos continentes. Talvez por isso mesmo tenha durado tanto tempo a sua vida, sempre à espera de ver-se confirmada em um novo livro, que milhões de leitores aguardavam nos quatro cantos do mundo. Aos oitenta e seis anos, Greene morre em Vevey, na Suíça. Uma longa viagem, uma longa obra, uma longa vida encerravam-se ali, no dia 3 de Abril de 1991.

Uma longa vida

É curioso verificar que, sendo Graham Greene um escritor de previsões, um escritor profético - ele vê a guerra do Vietname chegar em «Um Homem Tranquilo», já em 1955; ele apercebe-se de Cuba liberta da ditadura de Batista, em 1959; ele anuncia «a salvação», que «virá do Leste para todo o mundo. É por isso que é preciso ajudar Gorbachov», dizia numa entrevista concedida em 1988 a Pierre Assouline - o homem que que preferia morrer de um tiro (ou de uma faca de ponta, diria, se fosse português) vem a falecer num hospital suíço. Embora as causas da morte não tivessem sido divulgadas pela família, não é de crer que a violência o houvesse finalmente encontrado no final da vida.

Não que ele próprio a não tivesse procurado. A sua vida foi uma longa série de provocações à morte, de escolhas e de interrogações - e bem se sabe quanto umas e outras são perigosas neste mundo, sobretudo se são levadas a sério e divulgadas aos quatro ventos.

Fadado para as coisas da cultura - era filho do reitor da escola de Berkhamsted -, com o apelo da aventura no sangue - era neto do famoso Robert Louis Stevenson -, Graham Greene cedo se lançou nas letras. Mas, como muitos dos seus contemporâneos, não entrou pela porta da ficção, onde o mundo se molda facilmente à maneira como se imagina ou se quer. Entrou para o jornalismo, onde os acontecimentos são a base da escrita.

Entra como jornalista no «Nottingham Journal» em 1926, após concluir os estudos em Oxford, e aí se mantém, como secretário da direcção, até 1930. Mais tarde trabalha no «Spectator», de 1935 a 1939. O seu primeiro livro data de 1929 - «The Man Within», cujo título em português veio a ser «O Outro Eu».

Depois veio a guerra.

Mas os perigos desta, aos quais ele não se furtaria, não são propriamente uma escolha. A guerra quando nasce é para todos - os combatentes e os massacrados. Greene é vigilante de abrigo antiaéreo em Gower Street. Mais tarde vai pertencer aos serviços secretos e partir para o estrangeiro. Estas experiências serão determinantes na sua obra.

Mas antes já fizera escolhas importantes. Uma delas seria marcante e definitiva. A da sua conversão ao catolicismo. Sem pretender minimamente pôr em causa a fé pessoal do escritor - é ele próprio que ao longo da vida o fará e não apenas nos livros que escreve mas nas atitudes que toma, chegando ao ponto de definir-se como «católico agnóstico» -, quem lhe conhece os livros e as opções de vida não deixará de interrogar-se sobre essa conversão.

O momento e o lugar em que tal conversão acontecem são muito importantes. Está-se em Inglaterra e corre o ano de 1926. Greene vai casar-se com uma convertida - Vivian Dayrell-Browning. O jovem jornalista, que entrara no mesmo ano para o «Nottingham Journal», vai à catequese do Padre Trollope e é aceite na Igreja Católica nesse ano. Em Outubro do ano seguinte celebra-se o matrimónio e o casal vai viver modestamente para Clapham Common.

O curioso é que, se tal atitude o torna «diferente», ariscadamente diferente na sociedade inglesa, onde os católicos são marginalizados, essa conversão vai servir-lhe como «passaporte» nos outros países da Europa e da América Latina, onde começa a ser «servido» essencialmente como escritor «católico» e não apenas como escritor tout-court.

O duplo escândalo de Graham Greene era o facto de, ao tornar-se católico, abraçando portanto uma religião considerada mais conservadora nos seus mitos e ritos, nas suas proibições e obediências, ele detinha assim um rótulo, dispunha de um «passaporte» que lhe facilitava o acesso a leitores de insuspeitadas afeições subversivas...

Esses leitores não viriam simultaneamente. Se os católicos começaram por ter acesso aos livros onde a própria fé era uma interrogação e os «caminhos de Deus» muito mais ínvios e misteriosos que o que a doutrina vulgarmente permite - abrindo-se deste modo, para eles, um salutar espaço de dúvida -, os leitores de «esquerda» não olhavam a princípio, com bons olhos - os olhos de ler - para os livros de um escritor que usava o rótulo de católico.

Esse escândalo resolveu-se em breve a contento de todos. O olhar de Greene é o olhar de um homem, em primeiro lugar e em última instância.

Terá sido, entretanto, o próprio escritor a ser o menos beneficiado. Ao mesmo tempo que a sua celebridade aumentava entre os leitores, menos o nome do autor aparecia nas páginas da cultura mundana. Católico

Graham



Greene

Não entrou pela porta da ficção, onde o mundo se molda facilmente à maneira como se imagina ou se quer. Entrou para o jornalismo, onde os acontecimentos são a base da escrita.

Uma longa obra

Os críticos - e os seus primos comentadores-avulsos - costumam destacar, na vasta obra de Graham Greene, os temas católicos e os de denúncia. É certo que Greene é um escritor que tem um olhar «moral» sobre o seu tempo. O bem e o mal não lhe são indiferentes, como lhe não são indiferentes os «lugares do drama». Continuando a lista de obras que as suas viagens determinaram, citemos ainda, do México, «Lawless Roads», 1939; de África, «Journey Without Maps», 1936; da Indochina, «The Quiet American», «O Americano Tranquilo», em português, 1955; «Our Man in Havana», 1958, de Cuba; «Getting to Know the General», que fala de Torrijos, 1984.

Escritor que produziu sempre - em breve se saberá se ainda haverá um novo livro a sair após a sua morte -, Greene escreveu durante sessenta dos seus oitenta e seis anos de vida.

Mais conhecido por ter publicado vários romances e novelas em que são reveladas as trevas do trabalho do agente secreto, Greene é, no entanto, muito diferente do outro escritor inglês que mais celebrado tem sido nos últimos quarenta anos - John Le Carré. Com efeito, tem-se registado uma certa preferência da generalidade dos órgãos de comunicação social pela obra de Carré. É certo que este destruiu os velhos «clichés» do género, tal como Greene o houvera feito. No entanto, Carré, se é verdade que dá voz ao «outro lado», também é verdade que esse lado, encarado com menos «clichés», continua a ser o lado do inimigo a abater. Pelo contrário, Greene cometia o escândalo de simpatizar...

Mais de trinta obras em sessenta anos de escrita - romances, peças de teatro, novelas, livros de viagens, contos - grande parte delas traduzidas em português, preencheram a vida, a longa viagem de um escritor de grande qualidade e de grande humanidade. Que não recebeu o Nobel. Oitenta e seis anos de porfiado trabalho não deram para isso. Garcia Marquez já anunciou que irá propôr a sua candidatura. Tarde demais.

«agnóstico», defensor de causas justas, sonhando os sonhos dos que desejam transformar o mundo, denunciador de injustiças, crítico dos americanos novos donos do mundo, homem de esquerda, passou a ser olhado de viés pelos poderes ocidentais. E com razão.

Uma longa viagem

Inquieto e aventureiro, a obra de Greene confunde-se com a sua longa viagem. Não a viagem de um turista, que vê e admira as coisas pela rama, e eventualmente colecciona pedaços de uma realidade que aflorou. O escritor foi ao fundo das realidades tal como viajou ao fundo dos continentes. E de cada viagem, em lugar de um postal, de uma fotografia, de um pedaço de pedra, arrancou a recriação da própria realidade visitada, o livro onde ficam as interrogações e as profecias, as histórias vivas, inventadas ou descritas.

Nenhum lugar foi entretanto escolhido por Greene como definitivo. Antibes, onde viveu largos anos, parecia a todos, ser o seu último refúgio. Lá viveu, entre uma viagem e outra viagem, desde 1967 até que, há pouco tempo, escolheu a Suíça onde veio a falecer.

Mas a viagem começaria em 1943, durante a guerra, quando foi enviado para a Serra Leoa como agente secreto.

A lepra na África negra, a perseguição religiosa no México, a guerra da Indochina, são outros tantos temas que o escritor desenvolve a partir de um conhecimento e não apenas da escolha de um cenário exótico.

Terá sido a América Latina, para além da Europa, o continente que mais o atraiu. É muito conhecido o seu romance «O Agente em Havana», a sua amizade com o general Torrijos, do Panamá, a sua simpatia para com o regime sandinista da Nicarágua, o romance «O Consul Honorário», passado no Paraguai.

Menos conhecidas, mas de assinalar, as suas duas passagens em Portugal, em 1971 e 1972.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Droga

Maradona irradiado
Jogou, foi analisado
viu-se que estava drogado...

O governo de Cavaco
tenha juízo no caco
pois se não trata de si
se lhe apanham o chichi
e o mandam analisar...
... governo vai todo ao ar!

Miliância

Eu quero ser deputado
porque sou gente de nível.
E quando for colocado
exijo um posto elegível.

O quê? Ir lá para o fim?
Pouco visto e muito usado?
Isso não me serve a mim
eu quero ser deputado.

Não sou bonecô entrapado.
Não ando cá por enlevo.
Eu quero ser deputado
quero, posso — inda mais: devo!

Espertalhão, bem falante
eu quero ser deputado.
Não sou qualquer militante
tenho voz no eleitorado!

Jogo na maior oferta
e tenham muito cuidado
porque uma coisa é certa:
eu quero ser deputado.

Se da AR não petisco
desarrisco! Desarrisco!

Fantasma

A corrupção tem carisma?

O governo por sofisma
dá publicidade a esmo
a uma empresa — a gente pasma! —
que é uma empresa-fantasma...

um fantasma dele mesmo...

Um e outro

Nem sempre manda a asneira
neste jogo de paus e varapaus.
Ouçamos por exemplo o Nogueira
dizer aos calmeirões:
«Se o PSD perder as eleições
com mil diabos, não será o caos!»

(Respiro fundo
depois da festa:
não, não é desta
que acaba a mundo!)

Logo a seguir Cavaco atira os seus calhaus.
Fere lume ao dizer:
«Se o PSD perder,
sim senhor é o fim! Sim senhor, é o caos!»

Cada qual puxa a brasa ao seu enguiço
pelo que eu ouso
pedir então: resolvam-me lá isso
e depressinha
que eu quero saber a linha
com que me coso!

Não é o fim? É o fim? Pois, pois!
Pelo menos é o fim daqueles dois...

Incrível!



O bolo bipolar

A maioria dos jornais e semanários — e também a rádio em geral e a televisão em particular — têm-se desenhado nos últimos tempos a impingirem uma imagem bipolar das forças políticas portuguesas, no confronto eleitoral que, embora não tenha começado, já tem o estendal de comunicação preparado. O Governo, é claro, é o primeiro interessado nessa estratégia. A questão da maioria absoluta indispensável para que continue, foi ideia lançada pelo próprio Cavaco e glosada, com palavras e números, pelos seus seguidores. Visa, por um lado, demonstrar que pode e deve continuar a maioria de 1987. E que, por outro, só o PS lha pode disputar. Esta última ideia encerra uma outra que, por ser óbvia, acaba por convencer os distraídos — a de que não podendo o PS aceder à maioria absoluta, não há outra hipótese se não a da continuidade cavaquista no poder. O certo e o lamentável é que o PS parece ir na conversa. Não sabemos se quer reeditar a retumbante derrota averbada por Almeida Santos — lembram-se dos tais 43 por

cento que ficaram em pouco mais de vinte? Mas, se nada mudar até Outubro, vamos ter a imprensa e os outros órgãos de comunicação social a metralharem os leitores com sondagens a dois — de um lado 43, do outro 42, e vice-versa. Todas as semanas vamos ter direito a gráficos. Como se o eleitorado fosse um bolo bipolar, a ser cortado em duas fatias...

O gosto de Santana

«Estar na Cultura ajudou a aperfeiçoar o meu gosto», confessa Santana Lopes em entrevista ao «Expresso». O homem que mais desgostos tem causado aos criadores de cultura no nosso país, afinando uma política na área digna do mestre Cavaco que o guindou às alturas «culturais» do Governo PSD, mostra-se em tudo um bom seguidor do Primeiro-Ministro. Nunca tem dúvidas. Não mostra sensibilidade aos escândalos. Gosta de desagradar a quase todos. Promove os menos capazes. É megalómano. É do PSD. Não admira que confesse, pois, que o seu gosto era

mau antes de entrar para a «cultura». Do que duvidamos é que esse gosto se tenha aperfeiçoado.

Plano catástrofe

O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, acaba de anunciar que o Governo se prepara «a muito curto prazo para tomar medidas para a eventual criação de um centro específico de luta anticatástrofe». Diz o ministro que o Serviço Nacional de Protecção Civil e o Instituto Nacional de Emergência Médica «cumprem muito bem a sua função» mas não em casos de catástrofe. Só de grande desastre, como «no caso daquela camioneta que recentemente caiu ao rio, em Viseu». Se um «grande desastre» não é uma «catástrofe», uma «catástrofe» não é uma «calamidade», nem uma «tormenta», nem uma «infelicidade», então o melhor é o Governo desunhar-se a tomar medidas para a «eventual» criação de outros tantos centros e planos. A menos, claro, que antes disso o povo português decida livrar-se de vez da «calamidade» que é este Governo, antes de se meter em novos «trabalhos». A propósito, são tudo sinónimos.

frases da Semana

«O Primeiro-Ministro Cavaco Silva é um Primeiro-Ministro que não serve o País, como o governo PSD é um governo que não serve. É necessário substituí-lo.»

Alvaro Cunhal em entrevista ao «Semanário» de 6 de Abril

«Mesmo que agora se pronuncie contra alguns decretos-lei e contra algumas medidas do governo, o PS anteriormente facilitou ao governo a possibilidade de se lançar nesse caminho.»

Idem

«O limbo é o lugar da inocência. E os partidos políticos têm tudo menos inocência. Muito menos o PS.»

Idem

«Actualmente o PS manifesta-se contra a política do governo. O que desejamos é que seja coerente e que não acabe num novo compromisso com a direita.»

Idem

«Ser o número dois de Mário Soares traz consigo a honra de ser o número dois de um muito ilustre número um.»

Almeida Santos à revista «Sábado», de 5 de Abril

«Não quero suceder ao meu pai.»

João Soares ao «Diabo», de 9 de Abril

«Não sou o sucessor, mas o substituto de Jorge Sampaio.»

Idem

«O PSD é o único partido que é credível para ter uma maioria de governo nas próximas eleições (...)

«— primeiro, porque tem vontade de a ter» (...)

«— segundo, porque já a teve» (...)

«— terceiro, porque as sondagens mostram que é o único partido que a pode vir a ter.»

Pacheco Pereira, no «Público», de 8 de Abril

Quinta, 11

● LISBOA

Plenário de militantes do Sector Bancário de Lisboa para discussão das eleições sindicais a realizar em fim de Abril. Participa o camarada Agostinho Lopes.

No Centro de Trabalho Vitória a partir das 17.30.

Sexta, 12

● AMADORA

Debate sobre o Pacote Laboral promovido pela Comissão Concelhia da Amadora, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: às 21.30, no salão da Junta de Freguesia da Damala.

● PORTO

Ambiente: que política, que educação, que participação? - debate na Cooperativa «Gesto» (Trav. do Ferraz, 13), organizado pela Comissão para as Questões do Ambiente da DORP e pelo Sector Intelectual do Porto com a participação de Pimenta Dias, Ilda Figueiredo e Walter Gomes. Às 21.30.

● PORTALEGRE

A DORPOR promove hoje e amanhã as Jornadas Legislativas do PCP no Distrito de Portalegre. Os deputados Álvaro Brasileiro, João Amaral, Joaquim Teixeira, Júlio Antunes, Lino de Carvalho, Luís Roque e Rogério de Brito intervêm em visitas aos concelhos para contactos com organizações sociais, económicas e culturais.

● OEIRAS

Plenário concelhio sobre a Frente de Trabalho de Mulheres, com a participa-

70 ANOS

PCP
UM IDEAL
COM FUTURO

DEBATE

17 Abril/17.30 H

Aula Magna/ISCTE

ÁLVARO CUNHAL



Organização de Lisboa Ensino Superior JCP

ção da camarada Fernanda Mateus. Às 21.00, no Centro de Trabalho de Algés.

● SEIXAL

Plenário concelhio de eleitos comunistas do Seixal. Em discussão: balanço do mandato cumprido, ordenamento do território, próximas eleições legislativas.

● PORTALEGRE

Encontro sobre Desenvolvimento Regional, integrado nas Jornadas Legislativas do Distrito: das 10.00 às 17.00, no Salão de Conferências da Biblioteca Municipal de Ponte de Sor.

● PORTO

«Olhar a Cidade na viragem do século» é o tema do Encontro promovido pela CDU a partir das 15.00 na Casa D. Hugo (à Sé) e para o qual foram convidados eleitos nos órgãos autárquicos da Cidade, representantes de Associações e Comissões de Moradores, Colectividades Culturais, Desportivas e Recreativas, Associações juvenis, de Estudantes e Trabalhadores-Estudantes, Sindicatos, Grupos Ecológicos.

O Encontro divide-se por 3 painéis, cujas conclusões serão apresentadas em sessão plenária final.

● LISBOA

3º Encontro Nacional de Saúde do PCP - hoje e amanhã no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

III Assembleia da Organização da Célula da EDP (ORL/Sector Público). Sob o lema «Reforçar e dinamizar a célula da EDP, defender os trabalhadores e a empresa», a Assembleia tem lugar no Centro de Trabalho Vitória a partir das 15 horas.

Assembleia da Organização da Célula dos TLP. No

Agenda

PCP

5ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO
CONCELHIA DE LOURES

EM LOURES, COM O PCP
**um presente
com futuro**

LOURES 13 DE ABRIL DE 1991

Com a participação
de
ÁLVARO CUNHAL

Centro de Trabalho Vitória, a partir das 14.30, com a participação do camarada Carlos Grilo.

O PCP Presta Contas em Lisboa: conjunto de iniciativas de informação e contacto com as populações das diversas freguesias de Lisboa, com a participação de eleitos na Câmaras e nas Freguesias.

● ALMADA

Reunião concelhia de Quadros sobre questões da Organização: às 14.30, no CT da Comissão Concelhia.

● CORUCHE

3ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP: a partir das 10.00, no Centro de Cultura de Coruche. No encerramento, almoço comemorativo do 70º aniversário no restaurante «Famel».

Participa o camarada Albano Nunes.

● FERREIRA DO ALENTEJO

Encontro Regional de Beja de Activistas da CDU: a partir das 10.00, no Centro Cultural Manuel da Fonseca, com a participação do camarada Luís Sá.

● LOURES

5ª Assembleia da Organização Concelhia. Sob o lema «Em Loures com o PCP - Um presente com futuro», a Assembleia realiza-se no Cinema dos Bombeiros e tem início às 9.30.

O camarada Álvaro Cunhal, que participa, intervirá na sessão de encerramento.

● PORTIMÃO

A Situação Social e os Direitos dos Trabalhadores é o tema de mais um dos debates organizados no âmbito das Jornadas Algarvias, a realizar a partir das 15.00 no salão do «Glória ou Morte».

Participam os camaradas Domingos Abrantes e Fernando Amaro.

● QUARTEIRA

Outros dos debates integrados nas Jornadas Algarvias: A situação da Pesca Artesanal face à integração na CEE. Às 16.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação dos camaradas Joaquim Miranda e Emídio Cadima.

Domingo, 14

● LISBOA

Plenário Distrital da JCP, que discutirá e aprovará o novo Plano de Actividades e um documento sobre «A Situação Social da Juventude no distrito de Lisboa e as propostas da JCP». A partir das 15.00.

● CASCAIS

5ª Assembleia da Organização Concelhia. Na SMUP (Parede), das 14 às 19.00, com a participação do camarada José Casanova.

● ALENQUER

4ª Assembleia da Organização Concelhia - a partir das 14.00, na Romeira. Participa o camarada António Andrés.

● AMADORA

Almoço-convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP: no Centro de Trabalho da Amadora, a partir das 14.00, com a participação do camarada Sérgio Vilargues.

● CARTAXO

Encontro Concelhio da CDU - a partir das 15.00, no salão da Junta de Freguesia do Cartaxo.

Quarta, 17

● LISBOA

PCP, um Ideal de Futuro: debate com Álvaro Cunhal na Aula Magna do ISCTE, por iniciativa da Organização de Lisboa do Ensino Superior da JCP. Às 17.30.

PCP

**TEMPO
DE
ANTENA**

2ª Feira
dia 15 Abril

RTP 1
A SEGUIR AO TELEJORNAL

RDP 1
DEPOIS DO NOTICIÁRIO
DAS 13 HORAS



Exposições

Alice Jorge, ausente de galerias de Lisboa desde 1986, expõe agora no Teatro Romano óleos, aguarelas e desenhos dos Anos 60, 70 e 80

TEMPORADA GULBENKIAN

Recomeçou no Grande Auditório da Gulbenkian a Temporada de Música e Dança 90/91, cuja programação do trimestre foi recentemente divulgada.

A programação agora anunciada inclui alguns grandes concertos, dos quais se referem aqui os recitais de cantores solistas como Felicity Lott no dia 15 e Margaret Price no dia 29; ainda a interpretação do Requiem de Verdi nos dias 26 e 27.

A notar também a participação de instrumentistas solistas portugueses na programação anunciada: o violinista Gerardo Ribeiro com obras de Mozart, Beethoven e Pº José Maurício nos dias 11 e 12; a pianista Nella Maissa (Bomtempo e Beethoven) nos dias 18 e 19.

Em Maio, assinala-se o concerto de Sequeira Costa com obras para piano de compositores russos e soviéticos - recital único no dia 14 - e o de Maria João Pires, que interpretará, acompanhada pela Orquestra Gulbenkian, obras de Haydn, Mozart, Britten e Prokofiev nos dias 23 e 24.

Do ciclo «Grandes Orquestras Mundiais» consta, no dia 21 de Abril no Coliseu dos Recreios, um concerto pela Academy of St. Martin-in-Fields.

CICLO SCORSESE

A Cinemateca Portuguesa apresenta, de 16 a 22 do corrente, o ciclo Scorsese por Scorsese. Terça-feira, o início é com «Italianoamericano», às 18.30h, seguindo-se «Tudo Bons Rapazes» às 21.30h; dia 17, «Uma Mulher da Rua» e «Cavaleiros do Asfalto», respectivamente às 18.30h e 21.30h; dia 18, sempre com o mesmo horário, «Alice já não Mora Aqui» e «Taxi Driver»; dia 19, «American Boy: A Profile of Steven Prince» e «O Touro Enraivecido»; dia 20, respectivamente às 15.30h, 18.30h e 21.30h, «O Rei da Comédia», «Nova Iorque Fora de Horas» e «Histórias de Nova Iorque»; dia 22, às 18.30h, «A Última Tentação de Cristo».

FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO

Continua a decorrer o Festival Internacional de Teatro que trouxe até ao nosso país companhias da França, Espanha, URSS, Jugoslávia, Suécia, Suíça, Itália e Inglaterra, as quais, com companhias portuguesas, animam as salas de espectáculos com a apresentação de peças tornadas possíveis com os meios postos à disposição para esta iniciativa. Esta semana, em Lisboa, pode ver-se: Theatre Tattou (Jugoslávia), com encenação de Mladen Materic (dias 11, 12 e 13, às 21.30h); As Suplicantes (Portugal), com encenação de Joaquim Benite (dias 12 e 13, às 21.30h e 14 às 16h); Madame de Sade (Suécia), com encenação de Ingmar Bergman (dia 14 às 16h). Destaca-se a estreia da peça de Fonseca Lobo, As Suplicantes, no Teatro Municipal de Almada, que conta com o Coro Polifónico de Almada, música de Amador Cortês-Medina e cenografia e figurinos de Vasco Eloy.

Tempo

No fim-de-semana o céu vai estar muito nublado (embora com aberturas), com aguaceiros e, possivelmente, trovoadas, de acordo com a previsão do INMG.



3 **PCP**

ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE

DEFENDER O DIREITO À SAÚDE PARTICIPAR REGIONALIZAR INTERVIR

13 e 14 de Abril 1991
Junta de Freguesia de Alcântara
L I S B O A

O Secretariado da Comissão Nacional Para as Questões da Saúde do PCP

Televisão

Quinta, 11

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Mar Cercado
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.45 O Retrato de Jennie
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crônicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.15 A Viagem de Jennifer
16.40 Recreio do 2
17.30 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Dramazine
21.55 Sinais do Tempo
22.55 Marcados para a Morte
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 12

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Festivais do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.35 O Comboio dos Sarilhos
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 O Arco do Triunfo
(ver «Filmes na TV»)
23.05 Querido John
23.35 24 Horas
00.10 Remate
00.35 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.50 Recreio do 2
17.30 Charlot
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 A Tenda dos Milagres
22.15 Rotações
23.15 Os Mistérios de Dorothy
00.05 Ele Há Coisas!

Sábado, 13

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Quem Manda Sou Eu
14.20 Grammy's Awards 91 II

15.30 O Clima e o Homem
16.10 Alvo: Hitler
(ver «Filmes na TV»)
17.50 T & T
18.05 Palavras Vivas
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Claxon
22.00 Casa Cheia
22.45 Os Noivos
00.05 Ponto de Ruptura
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 A Gruta dos Sonhos
11.55 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.10 O Mistério da Casa de Bambu
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.30 O Amigo Giono
00.30 Eurythmics

Domingo, 14

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.25 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.35 À Pesca de Um Marido
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
18.55 Mcgyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Ana Karenina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.40 Artes e Letras
22.25 Os Nús e os Mortos
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 15

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.45 A Refém
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Direito de Antena-PCP
20.20 Desenhos Animados
20.30 Tieta
21.30 O Preço Certo
22.55 Vagas Revoltas
23.55 24 Horas
00.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Benny e Cecil
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de Africa
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
17.00 Recreio do 2
17.40 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo

19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Falar Claro
22.30 Bailado

Terça, 16

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.40 A Importância de se Chamar Ernesto
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 As Causas da Justiça
22.25 Primeira Página
23.15 A Mansão dos Marblehead
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasma
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Viajando pelo Mundo
16.20 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Juri
18.05 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Tokyo-Ga
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

Quarta, 17

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Desenhos Animados
13.40 Sem Legendas
14.35 Ponto Por Ponto
15.20 A Batalha do Rio da Prata
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 A Paixão de Swan
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
13.00 O Herói de Lian Xan Po
13.10 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Madeira - Cá Entre Nós
16.40 Recreio do 2
17.40 O Jardim Inglês
18.00 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Joaquim Letria
23.00 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta

Memória de D. W. Griffith

Aquele que, nas palavras do crítico britânico Robert Morgan, «inventou o cinema juntamente com Eisenstein», vai esta semana estar indirectamente presente na programação cinematográfica da RTP: dos intérpretes do arqui-clássico «Nascimento de uma Nação» passarão pelos ecrans, uma ainda como intérprete, outro como realizador.

Hoje ainda, Lillian Gish surge como intérprete de «O Retrato de Jennie», rodado em 1948. Nessa época a que foi considerada a maior estrela do cinema mudo, contava 52 anos e deixava para trás 36 de carreira profissional nos estúdios: o seu primeiro filme fora «An Unseen Enemy», também de Griffith, filmado em 1912 e onde Lillian ganhara 5 dólares... Quinze anos depois, quando a actriz assinou contrato exclusivo com a Metro Goldwyn Mayer, o preço passara para um milhão de dólares! Representou nos palcos até aos 80 anos e foi uma das mais estimadas figuras de Hollywood, empenhada no ensino de jovens artistas.

No Domingo será a vez do homem que em «O Nascimento de uma Nação» desempenha o papel de John Wilkes Booth, o homem que assassinou Abraham Lincoln: Raoul Walsh.

Nascido em 1887, Walsh foi um homem dos sete ofícios, desde jornalista a cowboy... O seu trabalho no cinema começou com Griffith (além de actor, trabalhou como assistente de realização em «O Nascimento de uma Nação») e a ele se devem obras de culto da cinematografia norte-americana: «O Ladrão de Bagdad», de 1924, com Douglas Fairbanks, «High Sierra», de 1941, com Humphrey Bogart, «Objectivo Burma», de 45, com Errol Flynn.

Filmes na TV

O Retrato de Jennie

«The Portrait of Jennie» (EUA/1944), realização de William Dieterle, produção de David O'Selznick, interpretação de Jennifer Jones, Joseph Cotten, Ethel Barrymore, Lillian Gish. P/B e Cor, 86 minutos.

Baseado num romance de Robert Nathan, «O Retrato de Jennie» foi mais uma grande aposta do produtor David O'Selznick no grande melodrama fantástico, aqui servido por grandes talentos: o realizador, William Dieterle, formado na escola do romantismo alemão, o fotógrafo Joseph August, Dimitri Tiomkin, autor da banda sonora e Jennifer Jones, a enigmática Jennie do filme, que para sempre ficaria ligada a esta sua imagem e com ela à gloriosa galeria dos rostos do cinema.

Quinta, 15.45, Canal 1

Marcados para a Morte

«Underworld USA» (EUA/1960), argumento, realização e produção de Samuel Fuller, interpretação de Cliff Robertson, Beatrice Kay, Larry Gates, Richard Rust. P/B, 94 minutos.

«Marcados para a Morte» é tido como uma das obras cimeiras de Samuel Fuller nos domínios do filme negro. Mais uma vez, S. F. inspira-se num artigo de jornal e conta uma história de crime e vingança protagonizada por um jovem gangster que dedica a sua vida a tentar identificar, para os matar por suas próprias mãos, os assassinos de seu pai. Mas acabará ele próprio vítima do universo implacável do submundo do crime, vítima da atmosfera de violência e fatalidade que af incessantemente se gera.

Citando expressamente Sternberg, à filmografia de

quem vai buscar o título deste filme, Fuller acaba por construir uma obra que a crítica frequentemente aproxima de Fritz Lang, reconhecendo-a embora sem qualquer sombra de dúvida como uma das suas criações superlativas.

Quinta, 22.55, Canal 2

O Comboio dos Sarilhos

«Finders Keepers» (EUA/1984), realização de Richard Lester, interpretação de Michael O'Keefe, Beverly D'Angelo, Pamela Stephenson, Lois Gossett Jr., Brian Dennehy. Cor, 95 minutos.

Comédia, misto de filme de suspense e de aventuras, aqui se conta a «odisseia» de um grupo de personagens e de um seu precioso fardo (cinco milhões de dólares escondidos num caixão), fechados num comboio que dá voltas à América... O realizador, inglês, tornou-se conhecido com os filmes que fez com os Beatles.

Sexta, 15.35, Canal 1

O Arco do Triunfo

«Arch of Triumph» (EUA/1985), realização de Waris Hussein, interpretação de Anthony Hopkins, Lesley-Ann Down, Donald Pleasence. Cor, 90 minutos.

O romance homónimo de Erich Maria Remarque, tem nesta realização de Waris Hussein a segunda adaptação para cinema - uma e outra, diga-se, recebidas com parcos elogios. Mas Lewis Milestone, que dirigiu em 1948 a primeira adaptação, pôde pelo menos contar com actores como Ingrid Bergman, Charles Boyer e Charles Laughton.

Tudo indica que a presente versão, apesar da cor é ainda mais parda...

Sexta, 21.20, Canal 1

Wim Wenders

Com Werner Herzog e Rainer Werner Fassbinder, Wenders é um dos mais importantes expoentes da cinematografia alemã do post-guerra, profundamente marcada pelas contradições da sociedade alemã confrontada com a derrota da guerra, a memória do nazismo e o desenvolvimento económico a partir do final dos anos 50.

Tornado célebre com «O Amigo Americano», baseado no romance de Nicholas Ray, Wenders, sem mergulhar tão fundo com Fassbinder nos universos angustiados que caracterizam a cinematografia alemã, denota em «Tokyo-Ga» uma sugestiva ligação com outro universo ideológico e cultural igualmente traumatizado pela guerra, pela derrota do fascismo e pelo desenvolvimento económico: o Japão.

O pretexto oferecido pela busca em torno do cinema de Yasujiro Ozu permite um curioso encontro com uma memória cinematográfica e universos culturais e afectivos simultaneamente longe e perto.

O Mistério da Casa de Bambu

«The House of Bamboo» (EUA/1955), realização de Samuel Fuller, interpretação de Robert Stack, Shirley Yamaguchi, Robert Ryan, Cameron Mitchell. Cor, 98 minutos.

Eis outro dos filmes de gangsters de Samuel Fuller - e outro dos seus grandes filmes. Nele, Fuller regressa ao Oriente e mais concretamente ao Japão, desta vez não reconstruído em estúdio mas em cenários naturais e autênticos, revelados e transfigurados por uma fotografia magistral.

Sábado, 14.10, Canal 2

Alvo: Hitler

«Rogue Male» (GBR/1976), realização de Clive Donner, argumento adaptado de um livro de Geoffrey Household, interpretação de Peter O'Toole, John Standing, Alastair Sim, Cyd Hayman. Cor, 102 minutos.

Fritz Lang já em 1941 dirigira nos Estados Unidos uma adaptação deste mesmo romance de Geoffrey Household, intitulada «Feras Humanas».

É mais uma história de espionagem passada durante a 2ª Guerra Mundial. Diferentemente do caso de «Arco do Triunfo» que acima se refere, a nova versão de «Rogue Male» chega acompanhada de elogios, sublinhando-se por um lado o facto de ser produzida pela BBC, por outro o trabalho do actor Peter O'Toole no papel do inglês «que podia ter morto Hitler».

Sábado, 16.10, Canal 1

Ponto de Ruptura

«Breaking Point» (EUA/1989), realização de Peter Markle, interpretação de Corbin Bernsen, Joanna Pakula, John Glover, David Marshall Grant. Cor, 91 minutos.

...e eis que sábado, ao bater da meia-noite, repete-se o cenário 2ª Guerra Mundial e a intriga Espionagem. Produzido nos Estados Unidos em 1989 para televisão, «Ponto de Ruptura» conta a história de um major americano capturado pelos nazis, que é sujeito a torturas para revelar os planos aliados para a libertação da Europa.

Sábado, 00.05, Canal 1

À Pesca de um Marido

«The Mating Game» (EUA/1958), realização de George Marshall, interpre-

Cinema

Table with columns for film titles (A-D) and directors (David Lopes, M.M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres) with star ratings.

Classificação de ★ a ★★★★★

- List of film titles and directors with their respective star ratings and showtimes.

tação de Debbie Reynolds, Tony Randall, Paul Douglas. Cor, 92 minutos.

«À Pesca de um Marido» é uma divertida comédia de um dos mestres americanos do género, George Marshall...

Domingo, 15.35, Canal 1

Os Nus e os Mortos

«The Naked and the Dead» (EUA/1958), realização de Raoul Walsh...

«Os Nus e os Mortos» é uma adaptação ao cinema de um célebre romance de Norman Mailer...

Domingo, 22.25, Canal 2

A Refém

«Hostage» (Telefilme, EUA/1988). Realização de Peter Levin...

Telefilme que conta a história de uma rapariga em fuga da prisão e da cumplicidade que cria com uma refém num trabalho...

Segunda, 15.30, Canal 1

A Importância de se Chamar Ernesto

«The Importance of Being Earnest» (GBR/1952). Realização de Anthony Asquith...

Versão cinematográfica da peça de Oscar Wilde, «A Importância de se Chamar Ernesto»...

tância de se Chamar Ernesto» representa bem o cinema britânico dos anos 50...

Terça, 15.50, Canal 1

Tokyo-Ga

«Tokyo-Ga» (RFA/1988). Realização, argumento e produção de Wim Wenders. Cor, 87 minutos.

«Tokyo-Ga» é um documentário muito especial feito no Japão em memória de Yasujiro Ozu...

Terça, 22.00, Canal 3

A Batalha do Rio da Prata

«The Battle of the River Plate» (GBR/1956). Realização de Michael Powell e Emeric Pressburger...

«A Batalha do Rio da Prata» é o penúltimo filme da fecunda associação entre Michael Powell e Emeric Pressburger...

Quarta, 15.20, Canal 1

A Paixão de Swann

«Un Amour de Swann» (Fr/1984). Realização de Yorker Schlöndorff...

«A Paixão de Swann» é um velho e quase histórico projecto

que fascinou muitos cineastas. Trata-se da complexa e difícil adaptação de parte da obra-prima de Proust...

Quarta, 21.30, Canal 1



«O Mistério da Casa de Bambu»

Quando escolhíamos o elenco houve diversas sugestões para o papel que coube a Robert Ryan. A primeira foi Cooper...

Quanto a Robert Stack, quase se fez matar pela polícia japonesa, a quem eu tinha pedido, para uma cena, que o insultasse e arrancasse as roupas...

Samuel Fuller. Entrevista a Jean Narboni e Noel Simsolo

Teatro

CINEARTE

Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. TERRA, de Abel Neves...

RITZ CLUBE

Rua da Glória, 57. Tel. 325140. Bilhetes: 1000\$00. De 3ª a sáb. às 22.

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.

TEATRO CAPITÓLIO

Parque Mayer. Tel. 3466745. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e às 21.30.

ESTREIA

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.

TEATRO MARIA MATOS

Avenida Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 897017. Bilhetes: de 1000\$00 a 1500\$00. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. Bilhetes: de 500\$00 a 1500\$00. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23.

TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso, 54. Tel. 327172. Bilhetes: 1000\$00. 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 538586. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16.

TEATRO SÁ DA BANDEIRA

R. Sá da Bandeira, 108, Porto. Tel. 2003595. Bilhetes: de 500\$00 a 1800\$00. De 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e às 23, dom. às 16 e 21.30.

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword puzzle grid with numbers 1-15 indicating starting positions for horizontal and vertical words.

HORIZONTAIS: 1 — Rainha de Portugal; rainha de Portugal; 2 — pron. pess.; rei de Esparta; altar; 3 — homem pequeno; suplicar; luz da Lua; 4 — Sódio (simb.); pref. neg.; ente; pron; pess.; o dormir das crianças; 5 — discursam; cont. de prep. e art.; 6 — dueto; ilha em que reinava Ulisses; lavra; 7 mofar; para barlavento; nome de letra; apelido do autor do «Luar de Janeiro»; 8 — má sorte; objectará; antiga medida equivalente ao alqueire; 9 — pron. poss.; agora; piedoso; 10 — Gálio (simb.); pedra de altar; negativa; solitário; 11 — canção de letra; flor; transpirar; 12 — mágoa; aremossava; mulher celibatária (pop.); 13 — Ósmio (simb.); torna-se companheiro; aparência.

VERTICAIS: Desmedido; roto; 2 — sorte; fala; antepassados; 3 — patroa; tonturas; brisa; 4 — metal precioso; verdadeiro; 5 — prep.; cânhamo da Índia; cidade da Caldeia; Actínio (simb.); 6 — adivinhar (fig.); ilha grega do Arquipélago; registo de sessão; 7 — laços apertados; cume; víscera dupla; 8 — dirigiria; enfeitara; 9 — lareira; rosto; meia varca; 10 — família (por ext.); pagamento; novidade; 11 — pron. pess.; pron. pess.; rapaz (abrev. pop.); doa (inv.); 12 — cefalópode com tentáculos que projectam um líquido negro; correntes de água doce; 13 — antigo navio à vela; instrumento musical das igrejas em especial; antiga nota musical; 14 — cidade argelina; suspiros; vestuário feminino; 15 — invulgares; trabalhar.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

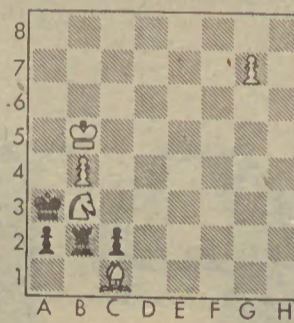
HORIZONTAIS: 1 — Galho; ara; acudo; 2 — orai; Átila; amor; 3 — tó; desastros; ré; 4 — tri; iça; mas; 5 — ara; lis; 6 — cri; aparado; lei; 7 — embicar; toirada; 8 — mau; aravela; bem; 9 — Ota; nas; 10 — oro; sal; nós; 11 — és; estimular; má; 12 — meta; anoso; atem; 13 — êmulo; asa; isola.

VERTICAIS: 1 — Gota; cem; leme; 2 — aro; armão; sem; 3 — lá; tributo; tu; 4 — hidra; areal; 5 — ei; aca; os; 6 — ás; apar; tá; 7 — atai; sina; 8 — riscar; víamos; 9 — alta; até; lusa; 10 — ar; ídolo; 11 — em; Oia; Na; 12 — casal; noras; 13 — um; sílabas; 14 — dor; sedes; mel; 15 — orci; iam; dama.

XADREZ

CCXC VIII - 11 de Abril de 1991

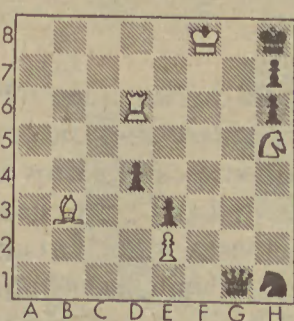
Proposição nº 298/A Por: M. Zigman 1º Prémio Delo Tovarís, 1970



Mate em 3 lances ***

Proposição Nº 298/B Por: H. M. Lommer Ceskoslovensky Sach, 1934

Pr.: [7]: Ps.d4,e3,h6,h7-Ch1-Dg1-Rh8 Br.: [5]: P62-Ch5-Bb3-Td6-Rf8



Branças jogam e ganham ***

Soluções do Nº CCXC VIII

Nº 298/A (M. Z.): 1. Cd2!, a1=B; 2. g8=T!!; Ra2; 3. Ta8++ 1. ... a1=C; 2. g8=D!!; Cb3; 3. D:b3++ Nº 298/B (H. M. L.): 1. Td8, Dg5; 2. Ta8, Dg2; 3. Tb8, Dh2; 4. Tc8, Dh3; 5. Td8, Dh4; 6. Te8, Dh5; 7. Ta8 e g.

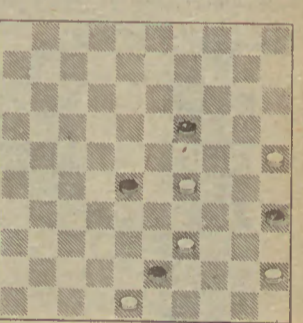
A. de M. M.

DAMAS

CCXC VIII - 11 de Abril de 1991

Proposição nº 298 Por: W. Mulliar - 1969

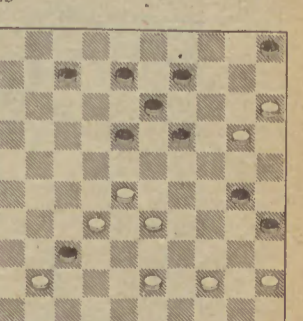
Pr.: [4]: 19-28-35-43 Br.: [5]: 25-29-39-45-48



Branças jogam e ganham ***

Golpe Nº 298 Por: Lize - Novembro, 1921

Pr.: [10]: 5-7-8-9-13-18-19-30-35-37 Br.: [9]: 15-20-28-32-33-41-43-44-45



Branças jogam e ganham ***

Soluções do Nº CCXC VIII

Nº 298 (W.M.): 1. 39-33,(28x39); 2. 45-40, (35x44); 3. 29-24, (19x30); 4. 25x34, (39x30); 5. 48x50 + oposição Golpe Nº 298 (L.): 1. 15-10, (5x25); 2. 28-22, (18x40); 3. 45-34, (30x28); 4. 41x1=D+

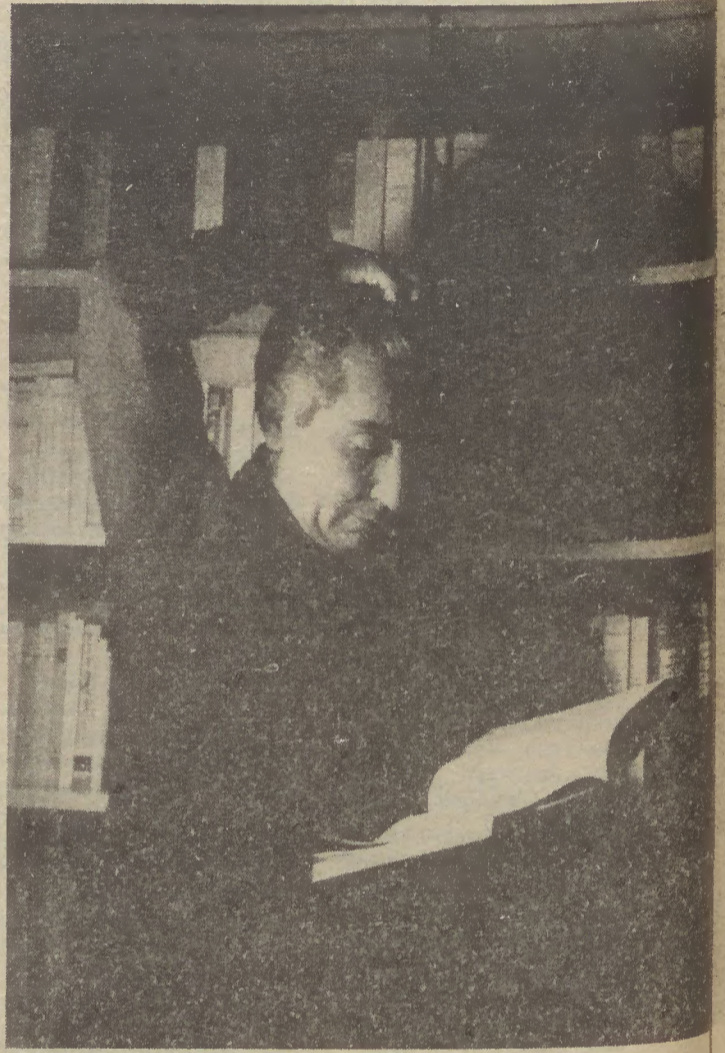
A. de M. M.

Promovida pela Comissão Instaladora do Museu do Neo-realismo, encontra-se patente em Vila Franca, no Edifício da Patriarcal, uma exposição sobre dois escritores do neo-realismo: Aleixo Ribeiro (1898-1977) e Leão Penedo (1916-1976). No sábado, o prof. Vítor Viçoso falou sobre Aleixo Ribeiro, Baptista-Bastos falou sobre Leão Penedo. E inaugurou-se a exposição. O interesse documental, o interesse histórico, o interesse cultural. Mas também aquela indefinível sedução que exercem as fotografias antigas. Com aquelas máquinas tão pouco sofisticadas, aqueles fotógrafos deslumbrados obtinham resultados de uma nitidez surpreendente, de uma clareza e de uma luminosidade tão particulares. Depois, essas fotos antigas obrigam à memória daquilo que, à época, frente à máquina, era simples e banal. Olhando a foto recorda-se o pormenor, a presença, o papel desempenhado por um dos protagonistas, pela situação, pelo tempo. Como estas. Inéditas e aqui impressas.

Leão



Leão Penedo em 1942...



... e nos anos 60

Penedo

Leão do Nascimento Penedo começou a actividade literária com a adaptação romanesca de êxitos cinematográficos. Jornalista e empregado de escritório, activista político e cultural, publica sucessivamente *Multidão* (1942), *Caminhada* (1943) e *Circo* (1945). Depois da adaptação desde último romance ao cinema com o título «Saltimbancos», é co-argumentista do filme «Sonhar é fácil» e escreve o argumento de «D. Roberto», premiado em Cannes. Fundou a editora Artis e foi membro fundador da Sociedade Portuguesa de Escritores, publicando entretanto o romance *A Raiz e o Vento*.

O cachecol do Verão e do Inverno, qualquer coisa que se tornou indissociável da figura de Leão Penedo!



Leão Penedo, um nome de escritor e um nome de combatente no largo registo de uma geração que, na literatura e na vida, inscreveu uma odisséia de resistência e um exemplo de solidarismo. Leão Penedo, um dos mais insubmissos, um dos mais solidários. E também um dos mais conviventes: o Leão Penedo das tertúlias dos anos 50-60, do optimismo cicatrizado, dos júbilos contagiosos, das esperanças e projectos sentidos em comum. O Leão Penedo atraído por todos os apelos e riscos, embora o fascínio, nele, se temperasse de uma sabedoria experiente. Por fim, o Leão Penedo dramático: o escritor a quem a doença forçou ao silêncio, o homem discreto que, voluntariamente, escondeu a sua forçada renúncia na solidão. Ele, amigos, ele, o autor de *Caminhada e A Raiz e o Vento* — para quem a sociabilidade activa e fraterna era a própria razão de viver! Ele, a quem nenhuma agrura, e tantas foram, logrou vergar. Mas, no pudor do seu isolamento, esteve sempre presente. E presente continuará a estar.

Fernando Namora. 1976.



Um almoço de escritores, presumivelmente no final da década de 50: da direita para a esquerda, Alexandre Cabral, Fernando Namora, Etelvina Lopes de Almeida, Rogério de Freitas e Leão Penedo



Por aqueles acasos de que também se faz a história, algumas localidades acabam a constituir pontos de referência culturais. Foi o caso do Freixial, onde Redol viveu e escreveu muitos dos seus livros, foi o caso de uma pequena aldeia a 5 quilómetros da Praia das Maças, Fontanelas. Os «pioneiros» foram Robles Monteiro e Amélia Rey Colaço que ali construíram uma quinta ainda nos anos 40, mas, em meados dos anos 50, pela mão de Etelvina Lopes de Almeida, ali arranjaram casas de Verão Leão Penedo e Rogério de Freitas, mais tarde Vergílio Ferreira. Essas casas tornaram-se em novos centros de tertúlia: «Falava-se — recordará Etelvina Lopes de Almeida — de literatura, de arte, do mundo, das pessoas de perto e de longe — tudo passado através de uma preocupação sociopolítica que os nossos amigos Mar e Árvores não denunciavam a ninguém.» Em cima, em Fontanelas, na casa de Rogério de Freitas, o próprio, Leão Penedo e Fernando Namora; em baixo, a seguir, também na casa de Rogério de Freitas, Vergílio Ferreira, Leão Penedo, Lima de Freitas e o dono da casa; em cima à direita, Leão Penedo, sua mulher e o crítico de arte Adriano Gusmão nas falésias da praia da Aguda



Uma foto de Setembro de 1951. Ao centro, Leão Penedo e, à sua direita, sua mulher, Linda Penedo. À esquerda, de fato, Manuel Correia, o então proprietário dos estabelecimentos Val do Rio e que assegurou o capital necessário à realização do filme «Saltimbancos», com argumento baseado no romance de Leão Penedo *Circo*

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Emergências e catástrofes

O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, anunciou inesperadamente durante um almoço comemorativo do Dia Mundial de Saúde que «o Governo se prepara a muito curto prazo para tomar medidas para a eventual criação de um centro específico de luta anticatástrofe», dado ser «de importância fundamental a existência de um serviço especialmente vocacionado para acorrer a situações de emergência corrente».

Palavra de honra que se me tirou um peso de cima quando soube. Se muitas situações já são aflitivas em si mesmas (bastando-lhes ocorrer a partir do meio do mês e do fim do ordenado), serem de emergência corrente sempre me fez muita impressão. Concordo plenamente com a importância fundamental dum serviço que tenha a vocação disso, de acorrer às emergências correntes. Já vai sendo tempo de alguém as obrigar a ficar quietinhas.

Mas o ministro não se ficou pela apresentação da ideia — explicou-lhe a execução, deu-lhe nome, calendarizou-lhe os passos, deu-lhe vida no sopro concreto do discurso.

É seu grande Arquitecto o Governo, que já se prepara. E quem se prepara, fá-lo com um objectivo. O do Governo é tomar medidas.

Quanto ao «timing», não pode ser mais rápido e rigoroso: será a muito curto prazo, algo normalmente tão próximo que muitas vezes chega sem darmos por isso, como a Primavera, as despoluições de Macário Correia e o bem-estar que o Governo nos deu.

Ora estas medidas a tomar pelo Governo a muito curto prazo não são para andar aí às voltas sem rumo definido — elas servirão para a eventual criação da coisa contra as emergências correntes. Que tem nome. Específico. Centro de Luta Anticatástrofe.

Vamos, portanto, ter um Centro de Luta Anticatástrofe que será eventualmente criado através de medidas que o Governo se prepara para tomar a muito curto prazo.

Há quem, mais especiosamente, garanta que vamos ter medidas do Governo criadas a muito curto prazo através de um Centro de Luta Anticatástrofe que será eventualmente criado, mas não vemos necessidade de toldar a nitidez do projecto com pormenorizações desnecessárias. Basta-nos a tranquilidade de saber que já aí está a capacidade de luta suficiente para gritarmos «Abaixo a emergência! Viva a anticatástrofe!».

E de confiarmos redobradamente num executivo que não se embrulha em promessas mas se pauta pelos actos, que tem a coragem de agir sobre os grandes problemas sem recorrer à demagogia eleicoeira onde outros buscam um prestígio que não têm.

Entretanto compreendemos agora porque continuam os acidentes mortais na Linha de Sintra à média das dezenas por ano, enquanto os seus utentes continuam à espera, 10 meses por ano, que o Governo instale o Sistema Automático de Velocidade prometido no mais curto prazo pelo ministro da tutela em Maio de 1990, na sequência do grande desastre da Cruz da Pedra: a Linha de Sintra, embora seja corrente morrer-se lá, não constitui uma emergência...

H.C.

Governo lançado no eleitoralismo

Na sua reunião de 8 de Abril, a Comissão Política do PCP analisou aspectos da situação política e social do País e da actividade do Partido.

1. A Comissão Política do PCP chama a atenção para a fortíssima evidência de que, a seis meses das eleições legislativas, a actividade do governo do PSD está já completamente submergida por critérios e iniciativas de carácter descaradamente eleitoralista, em execução do que, com toda a probabilidade, se tornará na mais intensa e planificada operação de mistificação e demagogia posta em marcha por um governo e por um partido de governo depois do 25 de Abril.

São instrumentos e componentes fulcrais dessa articulada e poderosa operação de intoxicação uma acentuada falta de escrúpulos; a abusiva utilização do aparelho e dos recursos do Estado; a monopolização dos grandes meios de comunicação social estatizados, assegurando designadamente uma cobertura escandalosamente laudatória das actividades governamentais; um vasto e minucioso programa de inaugurações (que se repetem, atrasam ou antecipam ao serviço do calendário eleitoralista do governo e do PSD); a apropriação governamental até de realizações ou medidas que ou são o resultado de lutas vitoriosas de múltiplos sectores sociais contra a vontade e a política do governo, ou são o normal resultado do andamento da Administração Pública ou são ainda mérito do trabalho e esforços das autarquias locais e de outras entidades; a fuga às visíveis responsabilidades do PSD, o escamoteamento dos seus patentes fracassos acompanhado de novas e infundáveis promessas para o futuro próximo; em suma, o recurso a métodos e práticas que degradam e enovalham o próprio conceito de acção política por parte de um governo e de um partido que, periodicamente, fingem situar-se num plano nacional e de Estado e acima da «política».

Sublinhando o imperativo maior de o funcionamento das instituições democráticas resultar num travão ao abuso do poder do governo do PSD, salientando a importância de um firme e comum empenho das forças democráticas no combate à demagogia governamental e aos graves factores condicionantes da plena democraticidade das eleições, o PCP reafirma a sua confiança em que os portugueses, fazendo valer a sua inalienável dignidade de cidadãos, acabarão por dar ao PSD a resposta que a sua política e os seus métodos indiscutivelmente merecem.

2. Constatando que o tema da «estabilidade governativa» e da maioria absoluta como sua exclusiva garantia está convertido num dos eixos centrais da propaganda do governo e do PSD, a Comissão Política do PCP considera oportuno denunciar os equívocos e falsidades que lhe estão subjacentes e desvendar os reais objectivos que, com tais concepções, o PSD prossegue.

A este propósito, o PCP salienta que a «estabilidade governativa» de que o PSD se vangloria tem significado a imposição de uma política de real desestabilização na esfera social e económica e, no plano político e institucional, um vasto e estável cortejo de atitudes arrogantes, autoritárias, prepotentes e práticas governamentalizadoras em detrimento do respeito devido às competências e atribuições de outros órgãos de soberania.

Não são critérios nem de eficácia governativa, nem de interesse nacional, nem de normalidade democrática, mas tão-só o desejo de conservação do poder e de agravado desenvolvimento de uma política inspirada pelos interesses do grande capital e pela satisfação das suas clientelas, que levam o PSD a enfatizar a «estabilidade governativa» e a pedir uma nova maioria absoluta com a absurda e desonesta justificação de que, se outra for a vontade do povo português, o País sofreria terríveis prejuízos, sobressaltos, desgraças e calamidades.

O PCP salienta que as teses do PSD no sentido, por um lado, de erigir a estabilidade governativa em valor único e absoluto, dissociado do carácter e resultados da política realizada pelo governo e, por outro, de fazer depender a estabilidade governativa da obtenção por um partido de uma maioria absoluta relevam de concepções antidemocráticas e autoritárias.

O PCP salienta que a grande perspectiva que se abre ao povo português com as próximas eleições legislativas é exactamente a de, a uma «estabilidade governativa» que tem servido para a imposição de uma péssima política e de uma governação arrogante, fazer suceder uma nova política ao serviço do progresso do País e do bem-estar dos portugueses, sustentada por um governo democrático dotado da estabilidade assegurada pelo diálogo, entendimento e convergência das forças democráticas.

3. A Comissão Política do PCP manifesta uma profunda apreensão face a notícias que se têm sucedido mais recentemente relativamente a projectos de criação de uma Força de Intervenção Rápida portuguesa, a integrar numa força militar a criar no âmbito da UEO (União da Europa Ocidental).

A Comissão Política do PCP considera que esta proposta, oriunda dos círculos militaristas ingleses, e agora anunciada em Portugal pelo ministro Fernando Nogueira por ocasião da

visita ao ministro da Defesa britânico, para além dos encargos materiais e políticos que acarretaria, tem como objectivo amarrar o nosso país a uma estratégia de reforço da componente bélica da Europa Ocidental, visando a intervenção em países do «Terceiro Mundo».

O PCP chama a atenção para que tais projectos e concepções são contrários aos interesses nacionais, colidem frontalmente com os princípios orientadores da postura de Portugal nas relações internacionais consagrados no artº 7º da Constituição e, contrariamente ao que felizmente aconteceu na guerra do Golfo, conduziriam ao futuro envolvimento directo de forças militares portuguesas em conflitos e guerras fora do âmbito territorial da própria NATO.

Alertando a opinião pública para o perigo das posições seguidistas e capitulacionistas do governo do PSD, a Comissão Política do PCP sublinha a indispensabilidade de amplas consultas e de um alargado debate político e institucional sobre matérias tão importantes e delicadas como as inerentes à política de Defesa Nacional e aos compromissos internacionais de Portugal.

4. No quadro de uma ampla e diversificada dinamização da actividade partidária, a Comissão Política salienta nomeadamente o êxito e o valor de recentes iniciativas como o Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Reformados (com mais de 500 participantes) e as jornadas do PCP sobre o Sector Têxtil (com cerca de 300 participantes) com as quais o PCP deu novo testemunho da sua profunda ligação aos problemas do povo e do País e da sua capacidade para apresentar propostas capazes de enfrentar com eficácia relevantes questões sociais.

O dinamismo e confiança que se respira na vastíssima actividade e intervenção do PCP e das suas organizações, os apoios e o interesse suscitados pela renovada reconstituição da CDU, a ampla participação e o ambiente fraterno e caloroso patentes nas numerosas iniciativas de comemoração do 70º aniversário do PCP, a crescente vontade de cooperação com o PCP por parte de democratas independentes, indicam que, desmentindo as profecias e as operações propagandísticas em favor da «bipolarização», o PCP está em condições de ampliar a sua influência social, política e eleitoral e de travar com êxito a batalha das próximas eleições legislativas.

5. Com vista a analisar a actuação política nacional e as tarefas do Partido, designadamente no âmbito da preparação da intervenção eleitoral, a Comissão Política do PCP convoca para a próxima 2ª feira, dia 15 de Abril, uma reunião plenária do Comité Central.



PCP recebe CNA

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, recebeu na passada terça-feira uma delegação da Confederação Nacional de Agricultura composta por João Vieira, da Direcção da CNA e Fernando Bernardo, do Conselho Nacional. A delegação da CNA deu informações sobre o seu recente Congresso e sobre os problemas que afectam a agricultura e os agricultores portugueses, em particular os decorrentes da 1.ª etapa da fase de transição na integração comunitária. Para a CNA, esta saldou-se num tempo

de oportunidades perdidas, baixa dos preços de produtos agrícolas e subida dos preços dos factores de produção, errada aplicação das ajudas da CEE, entre outros problemas. A delegação do PCP, por seu turno, criticou a política agrícola do Governo, expressou o seu inteiro apoio às reclamações da CNA e informou das posições e iniciativas políticas e legislativas do PCP nesta matéria. A delegação do PCP manifestou ainda o seu apoio ao justo direito da CNA a ser reconhecida pela sua indiscutível representatividade da agricultura e dos agricultores portugueses.